

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

KATE CONSTANTINO PINHEIRO DE ANDRADE OLIVEIRA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE FRANCÊS NO BRASIL:

o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810 - 1832)

ARACAJU – 2016

KATE CONSTANTINO PINHEIRO DE ANDRADE OLIVEIRA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE FRANCÊS NO BRASIL:

o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810 - 1832)

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa Educação e Formação Docente - Universidade Tiradentes.

Orientadora:

Profa. Dra. Simone Silveira Amorim

ARACAJU – 2016

O48a Oliveira, Kate Constantino Pinheiro de Andrade
A institucionalização do ensino de francês no Brasil: o caso da academia real militar do Rio de Janeiro (1810-1882). / Kate Constantino Pinheiro de Andrade Oliveira ; orientação [de] Prof^ª. Dr^ª. Simone Silveira Amorim. – Aracaju: UNIT, 2016.
106 p. il.: 30 cm

Inclui bibliografia.
Dissertação (Mestrado em Educação)

1. Ensino de línguas. 2. Língua francesa. 3. Disciplina escolar. 4. Instrução militar. 5. História militar. I. Amorim, Simone Silveira. (orient.). II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 372.881.1:811.133.1

KATE CONSTANTINO PINHEIRO DE ANDRADE OLIVEIRA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE FRANCÊS NO BRASIL:

o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810 - 1832)

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa Educação e Formação Docente - Universidade Tiradentes.

Aprovada em: ____/____/____ por:

Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim (PPED/UNIT) (Orientadora)

Prof. Dra. Raquel Meister Ko Freitag (PPGED/UFS) (Membro Externo da Banca)

Prof. Dr. Cristiano Ferronato (PPED/UNIT) (Membro Interno da Banca)

Profa. Dra. Ilka Míglio de Mesquita (PPED/UNIT) (Membro Suplente da Banca)

ARACAJU – 2016

À José, meu primeiro amor.

Porque o amor é a melhor parte da história.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer. Agradeço a sorte de ter amigos e uma família com quem sempre posso contar.

Ao meu pai e à minha mãe, José Laert e Margareth, minha eterna gratidão. Pelo esforço em me educar e me oferecer o que havia de melhor ao nosso alcance, por me ensinarem que a educação é o único caminho que vale a pena seguir. E por cuidarem tão bem de José, quase que diariamente, para que este trabalho pudesse acontecer, meu muito obrigada.

Aos homens da minha vida, Luiz Eduardo e José, agradeço por todo amor e carinho. Vocês são o que há de melhor em minha história e com vocês muitos outros capítulos de ternura e doçura serão escritos.

Agradeço também a melhor sogra do mundo, Avani. Pelo carinho de sempre e pelas conversas amistosas nos deliciosos almoços após o trabalho, meu muito obrigada.

Aos amigos do NEC – Núcleo de Estudos de Cultura da UFS, meu obrigada. Nossas reuniões e discussões de trabalho foram fundamentais para a construção desta pesquisa. Aos queridos Émmerly e Augusto, pelas tardes de estudos na sala do grupo e pelos deliciosos biscoitos, meu obrigada. Aos amigos mais que especiais, Elaine e Rodrigo, meu muito obrigada. Vocês foram as primeiras pessoas a lerem meus primeiros escritos. Sou grata pela nossa amizade e companheirismo. Meu agradecimento especial à Fernanda Santos, a portuguesa mais brasileira que já conheci, pessoa querida e amiga pessoal. Sem sua ajuda, parte deste trabalho não seria possível.

Agradeço também aos professores e colegas de turma da Unit – Universidade Tiradentes pelas tardes de erudição e crescimento intelectual. Um especial agradecimento à minha orientadora, professora Simone Amorim, por ter apostado em mim e por ter acreditado que esta história poderia ser feita.

Para que francês! A sobrinha dizia-lhe que era indispensável para conversar, para ir às lojas, para ler um romance... — Sempre fui feliz sem francês, respondia a velha [...]. — Nem por isso lhe hão de faltar noivos. [...] Que francês? Que piano? Bradou que não, ou então que deixasse de ser sua filha; podia ficar, tocar, cantar, falar cabinda ou a língua do diabo que os levasse a todos. Palha é que a persuadiu finalmente; disse-lhe que, por mais supérfluas que lhe parecessem aquelas prendas, eram o mínimo dos adornos de uma educação de sala. [...] Em certas ruas Maria Benedita não perdia tempo: lia as tabuletas francesas, e perguntava pelos substantivos novos que a prima, algumas vezes, não sabia dizer o que eram, tão estritamente adequado era o seu vocabulário às coisas do vestido, da sala e do galanteio.

(Quincas Borba, 1892¹)

¹Escrito por Machado de Assis, *Quincas Borba* foi publicado como livro em 1892 pela Livraria Garnier.

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar o processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil buscando delinear suas representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais no início do século XIX. A Academia Real Militar do Rio de Janeiro, criada em 1810 com o objetivo de formar um núcleo de estadistas na América portuguesa, é o *locus* da pesquisa onde o ensino de francês era percebido como veículo de transmissão dos conhecimentos tidos como modernos, passando por reformas estruturais no ano de 1832, que o excluem do currículo como matéria de ensino. A institucionalização do ensino de francês, como um processo, representou uma transformação da natureza de seu ensino, formalizando e universalizando suas regras de funcionamento. Para esta pesquisa, foram usados como fontes a historiografia e a legislação sobre a matéria, bem como os primeiros compêndios de francês lançados entre 1647 e 1836. Do ponto de vista legislativo, as normas para o ensino de francês tinham por objetivo definir os conteúdos a serem ensinados, sendo elaboradas com a finalidade de legitimar os saberes a serem transmitidos, bem como autorizar as práticas que possibilitassem a sua transmissão. Contudo, as finalidades do ensino de francês não estavam forçosamente inscritas nos textos oficiais, sendo o compêndio de francês percebido como agente de uma prática escolar e por meio do qual observamos as suas representações e finalidades pedagógicas e culturais propostas para instrução oferecida. Serviram como pressupostos teóricos algumas obras de autores como Dominique Julià (2001), para pensarmos o conceito de cultura escolar; reflexões de Chartier (1999) e Chervel e Compère (1999), que tratam do conceito de disciplina escolar, assim como as pesquisas de Darnton (2005) e Geary (2008) que tocam em questões relativas à identidade nacional e à educação sob a ótica iluminista de progresso e perfectibilidade humana.

Palavras-chave: Ensino de Línguas. Língua Francesa. Disciplina Escolar. Instrução Militar. História da Educação.

\

ABSTRACT

This dissertation investigates the process of institutionalization of the teaching of French in Brazil between 1810 and 1832, seeking to outline its representations and political, educational and cultural purposes in military training. The Real Military Academy, created in 1810 with the intent of training a group of politicians in Portuguese America, is the *locus* of the research where the teaching of French was understood as a means of transmission of a kind of knowledge held as modern, and which passed through structural reforms in 1832, after which the subject was excluded from the curriculum. The institutionalization of the teaching of French, as a process, represented a transformation of the nature of its teaching, formalizing and universalizing its rules and organization. As sources for this research, the historiography and legislation on the subject, as well as the first French textbooks published between 1647 and 1836, were used. From the legislative point of view, the laws for the teaching of French had, as an aim, to define the contents to be taught, being elaborated to legitimate the knowledge to be transmitted, as well as to authorize the practices which made that transmission possible. However, the finalities of the teaching of French were not necessarily inscribed in the official texts, being the French textbook understood as an agent in the school practice through which we can observe its representations and cultural and pedagogical finalities proposed to the kind of teaching which was offered. The theoretical assumptions were based on authors such as Dominique Julia (2001); Chartier (1999); Chervel (1990); Chervel and Compere (1999); Darnton and Geary (2008), so that it was possible to discuss concepts such as school culture, school discipline, national identity and education under the enlightened perspective of progress and human perfectibility.

Keywords: Language Teaching. French. School discipline. Military Instruction. History of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01 – Capa da obra **Collecção Das Leis Do Império Do Brasil de 1810**. Obra na qual foi publicada a Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 que criou a Academia Real Militar do Rio de Janeiro 62
- Figura 02 – Capa da obra **Remarqves Svr La Langve Françoise Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire**, de Vaugelas. Compêndio de ensino de francês publicado na França em 1647 73
- Figura 03 – Capa da obra **L’art De Bien Parler François**, de Pierre de La Touche. Compêndio de ensino de francês publicado na Holanda em 1696 76
- Figura 04 – Capa da obra **Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portugueza, Regulada Pelas Notas E Refflexoes Da Academia De França**, de Luiz Caetano de Lima. Compêndio de ensino de francês publicado em Portugal em 1710. Edição de 1756 79
- Figura 05 – Capa da obra **Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Orthographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ..Ordenado Por Hum Genio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma**, da Off. De António Ginião. Compêndio de ensino de francês publicado na França em 1766 81
- Figura 06 – Capa da obra **Élémens De La Grammaire Françoise**, de M. Lhomond. Compêndio de ensino de francês publicado na França em 1780 83
- Figura 07 – Capa da obra **Principes Généraux de Grammaire Pour Toutes Les Langues**, de Étienne Bonnot de Condillac. Compêndio de ensino de francês publicado na França em 1798 88
- Figura 08 – Capa da obra **Manuel Des Amateurs De La Langue Française, Contenant Des Solutions Sur L’étymologie, L’orthographe, La Prononciation, La Syntaxe, Par A. B. Et**

Par Plusieurs Gens Sur Les Lettres, de Alexandre Boniface. Compêndio de ensino de francês publicado na França em 1813 92

Figura 09 – Capa da obra **Abrégé De La Grammaire Française Méthodique Et Raisonnée. Adoptée Par Le Conseil Royal De L`Université, Pour Les Classes Élémentires Des Colléges Et Les Écoles Primaires Et Normales**, de Alexandre Boniface. Compêndio de ensino de francês publicado na França em 1836 95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Matérias de ensino da Academia Real Militar do Rio de Janeiro com base na Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810 58

Quadro 02 – Catálogo dos compêndios de francês (1647 – 1836) 96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O objeto de estudo	15
1.2 O lócus da pesquisa	16
1.3 Os objetivos da pesquisa e sua metodologia	18
1.4 O recorte cronológico	20
1.5 As fontes da pesquisa	21
1.6 Revisão de literatura	23
1.7 O referencial teórico	24
1.8 As seções	27
2 A INSTRUÇÃO MILITAR EM PORTUGAL E NO BRASIL: O iluminismo português e a instrução pública	29
2.1 Pombal e a Instrução Pública	31
2.2 A <i>Encyclopédie</i> e a Escola Real Militar de Paris	35
2.3 As <i>Cartas sobre a educação da mocidade</i> e o Collegio Real dos Nobres de Lisboa	41
2.4 O <i>Verdadeiro Método de Estudar</i> e a Academia Real Militar do Rio de Janeiro	48
2.5 A Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a Carta de 04 de dezembro de 1810	53
3 A ACADEMIA REAL MILITAR DO RIO DE JANEIRO: os compêndios de francês como prática pedagógica no Brasil do século XIX	64
3.1 Os caminhos dos compêndios e a Impressão Régia	65
3.2 Os compêndios de francês e a composição de seus conteúdos de ensino	68
3.2.1 <i>Remarques Svr La Langve Françoise Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire</i> , de Vaugelas	70
3.2.2 <i>L'art De Bien Parler François</i> , de Pierre De La Touche	74
3.2.3 <i>Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Reflexoens Da Academia De França</i> , de Luiz Caetano de Lima	77

<i>3.2.4 Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Ortographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ...Ordenado Por Hum Genio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma, de António Ginião</i>	80
<i>3.2.5 Éléments De La Grammaire Française, de M. Lhomond</i>	82
<i>3.2.6 Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française, de Étienne Bonnot de Condillac</i>	85
<i>3.2.7 Manuel Des Amateurs De La Langue Française, Contenant Des Solutions Sur L'étymologie, L'orthographe, La Prononciation, La Synonymie Et La Syntaxe, de Alexandre Boniface</i>	89
<i>3.2.8 Abrégé de la Grammaire Française Méthodique et Raisonnée, de Boniface</i>	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
5 REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

[...] Em certas ruas, Maria Benedita não perdia tempo; lia as tabuletas francesas e perguntava pelos substantivos novos que a prima, algumas vezes, não sabia dizer o que eram, tão estritamente adequado era o seu vocabulário às cousas do vestido, da sala e do galanteio. Mas não era só nessas disciplinas que Maria Benedita fazia progressos rápidos. A pessoa ajustara-se ao meio, mais depressa do que fariam crer o gosto natural e a vida da roça.

(Quincas Borba, 1892)

1.1 O objeto de estudo

Estamos nos primeiros anos do século XIX, na agitada cidade do Rio de Janeiro, que, assim como os demais centros urbanos ocidentais, respirava os ares da moderna Paris. Para a História, a França e os seus *philosophes* assumiram o papel de carro-chefe na divulgação e desenvolvimento dos ideais de modernidade proclamados pelo Iluminismo, fenômeno cultural que exerceu grande influência na vida política e intelectual dos países do ocidente. Muito do que hoje consideramos como valores régios da modernidade, como os direitos políticos e civis, a igualdade perante a lei e sobretudo a liberdade de expressão e pensamento, tiveram suas origens nesse movimento.

Apostando no avanço do espírito humano e do conhecimento, no progresso dos povos e na caminhada do gênero humano rumo a um indefectível percurso de aprimoramento – a que chamava perfectibilidade –, o Iluminismo foi também um movimento de fé: fé na razão, no futuro, na flecha de um tempo, no comércio entre os homens e, finalmente, fé na educação. (BOTO, 2011, p. 110)

Movidos pela crença no nascimento de um homem consciente de sua relação com a natureza e com a sociedade, pela crença na razão, a aristocracia intelectual da europa ocidental passou então a desejar a “[...] delicadeza, a cortesia, a cultura, a alegria de viver” francesas, sinônimos de progresso, de civilização (HAZARD, 1971, p. 53).

Na tentativa de imitação dessa *manière de vivre*, o uso da língua francesa passou a ser regra nas cortes europeias, configurando-se como veículo de acesso aos códigos de civilidade. A língua francesa, segundo Hazard (1971), assumia, pois, o status de língua universal e, ao cruzar o Atlântico, seus valores culturais passaram a fazer parte também da vida brasileira. Conforme Hallewell (2005),

[...] uma preferência por modelos franceses em todas as esferas da vida brasileira vinha crescendo constantemente desde fins do século XVIII. A teoria e a prática políticas eram dominadas por influências francesas: a arte estava sendo confiada deliberadamente a professores franceses (especialmente aqueles ligados à missão artística de 1816); a literatura brasileira era quase inteiramente inspirada na francesa; mesmo os costumes sociais extremamente conservadores do país estavam sendo lentamente transformados pela admissão generalizada de que a França era a única nação civilizada no mundo ocidental (HALLEWELL, 2005, p. 146).

Dada a sua preponderância cultural no mundo ocidental, esta pesquisa buscou elucidar algumas questões relativas à história do ensino de francês em território brasileiro. Assim, tomamos como objeto de estudo o *processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil* no intuito de delinear suas representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais na recente nação que surgia.

1.2 O *locus* da pesquisa

A então colônia portuguesa, que passava no ano de 1808 para a condição de metrópole com a vinda do príncipe regente D. João (1767 – 1826) e sua corte para a cidade do Rio de Janeiro em decorrência de desentendimento diplomático² com Napoleão Bonaparte (1769 – 1821), Imperador da França, criou e desenvolveu instituições políticas, econômicas e administrativas necessárias à manutenção na colônia da monarquia portuguesa. De fato, no reino português, um novo panorama político já se configurava a partir do período pombalino³

²Segundo Gondra e Schueler: “a guerra entre a França napoleônica e as monarquias absolutistas continentais (Inglaterra, Áustria, Rússia e Prússia) apressou os acontecimentos diplomáticos e políticos em Portugal, invadido pelas tropas francesas em novembro de 1807. Diante desta situação, a Coroa decidiu transferir a sede do Império para a América, desembarcando na Bahia e, posteriormente, no Rio de Janeiro, nos primeiros meses de 1808” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 22).

³No artigo *A invenção da tradição e o mito da modernidade: aspectos principais da legislação pombalina sobre o ensino de línguas*, Luiz Eduardo Oliveira, denomina período pombalino como o período “[...] durante o reinado de D. José I, que se estende de 1750 até 1777. Foi nesse período que Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), que havia sido diplomata em Londres (1738 – 1744) e em Viena (1745 – 1749), tornando-se Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra com a ascensão de D. José I e Secretário dos Negócios do Reino em 1755, exerceu controle quase absoluto dos assuntos relativos ao governo” (OLIVEIRA, 2010, p.13).

(1750 – 1777) com a promulgação de muitas medidas na tentativa de afirmação da autoridade nacional.

Agora metrópole e com uma imensa costa frequentemente ameaçada por invasores estrangeiros, o território brasileiro exigia, por parte da coroa portuguesa, o bom treinamento de seus oficiais no manuseio da artilharia, bem como na construção de fortes em suas possessões ultramarinas. Para isso, comungando com o pensamento do Marquês de Pombal (1699 – 1782), então ministro plenipotenciário do reinado de D. José I (1750 – 1777), e com as orientações do Conde de Lippe (1724 – 1777)⁴, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 – 1812), o Conde de Linhares⁵, Ministro das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e afilhado do Marquês de Pombal, propôs a criação de um Exército forte e organizado para a defesa das fronteiras brasileiras, para a manutenção da paz, bem como para o desenvolvimento da metrópole portuguesa na América (TELLES, 2003).

Para a instrução desses oficiais foi idealizada, em 1810, a construção da *Academia Real Militar do Rio de Janeiro*, a primeira instituição secular de orientação militar na América portuguesa e que nos serve como lócus para a pesquisa. Tendo a missão de formar engenheiros e oficiais de Infantaria e de Cavalaria, a Academia Real Militar apresentava em seu Estatuto de criação as diretrizes para um curso de sete anos e um currículo com ênfase nas Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais, reflexo de um racionalismo moderno de evidente inspiração francesa.

Com o fim das Guerras Napoleônicas, a motivação científica francesa ganha corpo e a ela não era estranha essa motivação econômica e geopolítica. Com as guerras coloniais do fim do século XVIII e a venda da Louisiana em 1812, os franceses haviam sido praticamente expulsos da América do Norte, enquanto, com os movimentos de Independência, assistiam crescer a influência econômica e política da Inglaterra no continente. O contexto da rivalidade anglo-francesa é, assim, o mais relevante para entender a dinâmica da aproximação entre França e América do Sul, dinâmica esta que procurou compensar a menor presença econômica com a busca de uma hegemonia no campo cultural (COSTA, 2003, p. 64).

Era preciso construir uma nação e, para a condução do desenvolvimento do “espírito de invenção que nas ciencias mathematicas conduz às maiores descobertas” (BRASIL, 1810, p. 232), foram indicadas como obras de referência para todas as matérias de ensino da

⁴O Conde de Lippe (1724 – 1777) foi um importante político e militar inglês que esteve a serviço da reorganização do Exército na ocasião da Reforma Pombalina, destacando-se pelo contributo que deu às ciências militares (OLIVEIRA, 2006).

⁵Segundo Telles (2003), o Conde de Linhares (1745 – 1812), no episódio da invasão de Napoleão Bonaparte ao território português, foi a pessoa que mais defendeu a saída da Família Real de Portugal e a instalação da corte portuguesa no Brasil. Para ele, a soberania do Estado português dependia, em grande medida, da preservação da colônia na América e a instalação da corte portuguesa, em terras americanas.

Academia Real Militar do Rio de Janeiro os compêndios mais atualizados, escritos em sua grande maioria em língua francesa. Este conhecimento linguístico era então exigido como prerrogativa para o ingresso na Academia Real Militar e vistos com grande utilidade e notório prestígio por ser ele um instrumento de acesso ao moderno conhecimento científico da época.

1.3 Os objetivos da pesquisa e sua metodologia

Em consonância com os procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa é classificada como bibliográfica-documental. Situada entre os períodos colonial e imperial brasileiros, tempo de grande instabilidade política e de escassas fontes para os estudos acadêmicos sobre a história do Brasil, o levantamento bibliográfico desta investigação foi em grande parte realizado nos espaços virtuais das bibliotecas nacionais do Brasil, Portugal e França, que concedem livre acesso às suas legislações sobre instrução pública, bem como aos manuais de ensino de francês, fontes de nossa investigação.

Salientamos que a digitalização em massa de impressos, projeto conhecido por Google Book Search, da multinacional Google, disponibilizou na primeira década dos anos 2000 um banco de dados virtual das edições digitais de obras dos acervos de inúmeras bibliotecas, “[...] tornando-se a maior biblioteca do mundo, muito mais vasta do que qualquer coisa jamais sonhada desde a biblioteca de Alexandria” (DARNTON, 2010, p. 7). Dessa maneira, sem cair em comparações infundadas entre o Iluminismo e os dias atuais, o acesso livre ao mundo das letras, de fato, ratificou a quebra dos privilégios tão condenada pelos filósofos franceses do século XVIII sendo possível, com isso, a construção de uma nova história.

Este processo histórico de transformações propostas pelo Iluminismo, iniciadas em Portugal no período pombalino, pensou a institucionalização do ensino como um dos braços de ação do projeto de edificação das nações que surgiam, sendo tratado nessa pesquisa o caso da América portuguesa, com a fundação do Império do Brasil. Buscando então *delinear as representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais do ensino de francês no Brasil*, esta pesquisa foi estruturada em duas seções de desenvolvimento argumentativo e em uma seção conclusiva.

O estudo das representações e finalidades políticas do ensino de francês no Brasil, primeiro objetivo específico da pesquisa, partiu da análise de três obras da literatura percebidas como fontes historiográficas e literárias que motivaram a reestruturação da instrução na Europa e em seus domínios bem como das medidas legislativas para a instrução do povo português no ministério pombalino. Nessas produções literárias percebemos

elementos das propostas pedagógicas apresentadas em lei das três primeiras instituições de orientação militar do Ocidente - a Escola Real Militar de Paris, o Collegio Real dos Nobres de Lisboa e a Academia Real Militar do Rio de Janeiro, trazendo em seus textos os modelos de ensino de francês esperados pelo Estado.

A primeira obra analisada é a *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et de métiers, par une société de gens de lettres*, de d'Alembert e Denis Diderot. Publicada em 1751, mesmo ano de criação da Escola Real Militar de Paris, esta obra defende a máxima iluminista da razão como fonte de conhecimento sendo aqui analisado o verbete intitulado *École Militaire*, no qual são levantadas questões referentes à instrução iluminista e a formação do corpo militar francês.

Cartas sobre a educação da mocidade, de Ribeiro Sanches, é a segunda obra estudada. Lançada em 1760, um ano antes da criação do Collegio Real dos Nobres de Lisboa, seu texto faz evidente menção às benéncias da instrução militar de modelo iluminista francês para o Estado português que vivenciava os ecos do discurso iluminista com as reformas pombalinas.

A terceira produção é *O Verdadeiro Método de Estudar, ou, O Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*, de Luís António Verney, publicada em 1746 e tida com um tratado pedagógico de reforma da instrução em Portugal e em seus domínios. As diretrizes pedagógicas apresentadas por Verney, em comunhão com os objetivos estabelecidos pela política de Estado para a educação, foram a base da instrução militar de cunho científico da Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Uma periodização do ensino de francês no Brasil foi estabelecida ao ser analisado o documento oficial de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Com o texto da Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, que criou a Academia, atualmente denominada Escola de Engenharia da UFRJ, é inaugurada no Brasil a educação secularizada. Na lei foi observada a influência da literatura contemporânea nos aspectos estruturais dessa instituição de ensino, assim como do ensino de francês por ela oferecido.

No que tange ao estudo das representações e finalidades pedagógicas e culturais do ensino de francês no Brasil, segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa, uma análise da relação entre o que se entende por cultura escolar e por cultura militar foi realizada, tomando por mote a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Foram elencados para análise oito compêndios de ensino de francês publicados entre os anos de 1647 e 1836 a

partir de um levantamento realizado no acervo digital da Biblioteca Nacional⁶, da Biblioteca Nacional de Portugal⁷ e da *Bibliothèque Nationale de France*⁸, no primeiro semestre do ano de 2015.

1.4 O recorte cronológico

Percebendo a Academia Real Militar do Rio de Janeiro como lócus da pesquisa, tomaremos a data de sua instituição, o ano de 1810, como o marco inicial do estudo. Como é sabido, com a instituição da Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi também instituído o ensino de francês no Brasil. Com isso não afirmamos que foi em 1810 o início do ensino de francês em território brasileiro, pois alguns anos antes da promulgação desse documento oficial, já em 1788, dois professores pediram Licença para a abertura de Aulas Públicas de Língua Francesa, iniciando, dessa forma, o ensino de francês no Brasil. Segundo Oliveira (2006), a única modalidade de formação para o qual o conhecimento do francês se fazia necessário no Brasil colonial era a instrução militar, uma vez que seu conhecimento era exigido como um dos requisitos para ingresso naquela instituição. Quanto à solicitação dos professores,

[...] tendo seus requerimentos aprovados com base em Provisões válidas pelo período de um ano. A primeira dela, concedida ‘em utilidade do bem público’ a Francisco José da Luz, em 23 de julho de 1788, pelo Juiz, Vereadores e Procurador do Senado da câmara da cidade do Rio de Janeiro, e assinada por Felliipe Cordovil de Siqueira e Mello (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

A Carta de Lei de 1810, promulgada por D. João VI, e que estabelecia o Estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, permaneceu vigente até o ano de 1832, sofrendo depois algumas reformas. Uma das primeiras medidas reformatórias foi a exclusão do ensino de Línguas Estrangeiras – Francês, Inglês ou Alemão – da instituição, pois a composição, pelos professores, de seus próprios compêndios escritos em português era uma indicação legislativa, não sendo mais necessário o conhecimento em outras línguas. Tomamos, então, o ano de 1832 como o marco temporal final do presente estudo por ser este o ano da saída do ensino de francês do currículo da instituição. Mesmo que o ensino de francês ainda continuasse na colônia, este não mais era exigido nem como prerrogativa de ingresso, nem

⁶Acervo Digital disponível no site eletrônico: <https://www.bn.br/>

⁷Acervo Digital disponível no site eletrônico: <http://www.bnportugal.pt/>

⁸Acervo Digital disponível no site eletrônico: <https://www.bnf.fr/>

como língua de uso escolar pela Academia Real Militar do Rio Janeiro, instituição que inaugurou o ensino de francês no Brasil.

Contudo, é de significativa importância esclarecer um necessário recuo e avanço temporal da pesquisa para além dos anos de 1810 e 1832. Na tentativa de se estabelecer uma periodização dos mais importantes compêndios de francês, entendidos como agentes das práticas pedagógicas do Estado português no momento de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, foram elencadas oito obras que atenderam ao apelo do mercado editorial, alcançando grande circulação na Europa e notório prestígio no Brasil, fato que se infere pelo grande número de edições lançadas até a primeira década dos anos 2000. Assim, estabelecemos um segundo escopo temporal para a pesquisa que se estende de 1674, data do mais antigo compêndio de francês, ao ano de 1836, ano de publicação do compêndio de francês que atingiu o maior número de edições lançadas nos anos de 1830.

1.5 As fontes da pesquisa

No que diz respeito ao trabalho do pesquisador e suas ferramentas de pesquisa, Chervel e Compère (1999) enfatizam a importância de se “refazer a historiografia educacional” em busca de “novas fontes” para se obter novas perspectivas de estudo para a História da Educação. Nesse sentido, a missão de pesquisar as instituições de ensino deve ter em foco o estudo de seus aspectos internos, denunciando as lacunas de uma produção que apenas buscou entendê-la pelo exterior, como instituição e como fruto de deliberações exclusivas das políticas públicas.

Assim, a leitura de textos oficiais, a exemplo da Carta de Lei de 1810, foi articulada à utilização de novas fontes documentais para a pesquisa, produzidas pelas instituições de ensino, tais como livros e manuais escolares, na tentativa de se repensar o papel da escola em suas especificidades, como espaço de produção de saber e não como mero lugar de reprodução de conhecimentos impostos externamente.

Nessa perspectiva, em consonância com seus procedimentos de coleta de dados, a pesquisa fez uso dos *compêndios de francês* como uma das fontes para o estudo. De uso recomendado pelas proposições legislativas referentes ao ensino de Línguas Estrangeiras, especificamente o caso do ensino da Língua Francesa, neles observamos em que medida suas orientações ratificavam ou não a lei. Baseados em Compère e Chervel (1999), defendemos a ideia de que os livros didáticos são uma das principais fontes para a história das disciplinas escolares, trazendo para o pesquisador as necessárias condições de análise dos conteúdos pedagógicos propostos. Não propomos, contudo, uma análise desses compêndios no tocante à

metodologia empregada para o ensino do francês no Brasil, mas sim um estudo da composição de seus conteúdos, uma vez que repercutem as ideias pedagógicas que os fundamentavam, assim como as finalidades de seu ensino.

Tais finalidades estão expressas nas *leis sobre a Instrução Pública no Brasil e em Portugal* que também nos serviram como fontes para a pesquisa. Documentos oficiais como as Coleções de Leis do Brasil foram utilizados para se atingir o objetivo maior do estudo que é o de investigar o processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil.

Algumas peças legislativas dos séculos XVIII e XIX, tais como Alvarás, Provisões e Decisões com força de lei sobre a Instrução Pública, ao indicarem algum método ou compêndio de determinada matéria, ou regularem a remuneração de um ou mais professores, não são previsões legais, mas verdadeiras sentenças – no sentido jurídico do termo – proferidas, muitas vezes, sobre requerimento das partes interessadas, constituindo, portanto, representações bastante significativas de situações concretas, de práticas enfim (OLIVEIRA, 2009, p. 15).

Dessa forma, o processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil é observado mediante as políticas educacionais do Estado, pela análise da legislação promulgada por esse mesmo Estado. Por conseguinte, o uso da legislação como fonte de pesquisa nos exigiu um trabalho interpretativo de aspectos que ultrapassam o seu conteúdo explícito, ou seja, de aspectos sociais relativos a essa legislação pois eles efetivamente interferem no seu processo de construção de sentido, na sua proposta de organização e normatização das relações do homem na sociedade (OLIVEIRA, 2010, p. 50). Assim, o texto assume inicialmente um caráter descritivo da Carta de lei de 1810, na tentativa de se escrever uma historiografia do ensino de francês no Brasil, ganhando, posteriormente um movimento mais interpretativo do tema.

1.6 Revisão de literatura

Da minha licenciatura em Letras Português-Francês, concluída no ano de 2009, e do meu gosto particular pela História, nasceu o interesse sobre a história do ensino de francês em território brasileiro. Alguns poucos trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil, escritos na primeira década dos anos 2000 – entre dissertações de mestrado e teses de doutoramento, – disponíveis em base de dados e bibliotecas digitais das respectivas Universidades nas quais foram produzidas, trouxeram para o meu estudo o delineamento do que já se conhece sobre o ensino de Línguas Estrangeiras, sobre o ensino de Língua Francesa e sobre Instrução Militar.

As produções acadêmicas mais significativas para a construção dessa dissertação foram produzidas na área de Educação entre os anos de 2006 e 2015. Sobre o ensino de Línguas Estrangeiras, na tese de doutoramento *A instituição das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809 – 1890)*, de Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, produzida em 2006, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o processo de institucionalização do ensino das Línguas Estrangeiras como medida política é apresentado ao longo de quase quatrocentas páginas. O ensino das “Línguas Vivas” é anunciado em sua configuração como disciplina escolar sendo observadas as principais finalidades assumidas pelo seu ensino no sistema de instrução pública do país no início do século XIX.

Sobre a história do ensino de francês no Brasil colonial e imperial, a dissertação e a tese de Rita Cristina Lima Lages, defendidas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais em 2007 e 2013, respectivamente, tomam como objeto de estudo o ensino de francês na instrução pública em Minas Gerais. Em *O ensino de francês na instrução pública em Minas Gerais entre 1831 e 1855*, sua dissertação de mestrado, Lages e Silva investiga o processo de escolarização do francês na instrução pública da província mineira nas primeiras décadas do século XIX. A análise partiu da legislação que instituiu o ensino da língua francesa na província de Minas Gerais, promovendo, dessa maneira, a “passagem” de uma prática cultural para um saber escolarizado, relacionando esse processo com o seu contexto cultural. Ainda sobre a instrução pública do francês em Minas Gerais, Lages defendeu em 2013 *As vitrines da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX*. Em sua tese de doutoramento, a autora investiga as experiências dos países estrangeiros, consideradas bem-sucedidas, que serviram de parâmetros para os dirigentes políticos e educacionais na elaboração de propostas para o ensino público de Minas Gerais entre os anos de 1822 e 1889.

Sobre a instrução militar brasileira, duas dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe abordaram aspectos sobre a formação militar no Brasil do século XIX. Em 2007, Ricardo Nascimento Abreu defendeu *Os Oficiais do Exército Brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX (1822-1889)* onde buscou compreender a dinâmica de formação dos Oficiais do Exército brasileiro nos oitocentos desconstruindo o estereótipo de que estes pertenciam a uma categoria social desprovida de quaisquer qualidades intelectuais. Sobre o ensino de línguas na instrução militar, Elisson Souza de São José, em 2015, defendeu *As armas e as letras inglesas: a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro (1810 – 1832)*. Com ênfase

no ensino de inglês como objeto de pesquisa, São José analisou o primeiro Estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro observando aspectos relativos a composição de seu corpo docente, em particular, da cadeira de língua inglesa.

1.7 O referencial teórico

A leitura de trabalhos desenvolvidos nas áreas da Educação e da História também foi indispensável para garantir o suporte investigativo e o rigor científico necessários à pesquisa. Assim, serviram como pressupostos teóricos algumas obras de autores como Darnton (2005) e Geary (2008), que tocam em questões relativas à identidade nacional e à educação sob a ótica iluminista de progresso e perfectibilidade humana; as reflexões de Dominique Julià (2001), para pensarmos o conceito de cultura escolar, assim como as produções de Chartier (1999) e Chervel e Compère (1999), que tratam do conceito de disciplina escolar.

Na oportunidade de aguçar a historicidade do objeto, procuramos conhecer a composição da sociedade europeia na transição do século XVIII para o século XIX. Buscamos entender esta comunidade que via na educação uma bandeira política de orientação iluminista para o progresso. Darnton (2005), em *Os dentes falsos de George Washington*, oferece um guia “para o século XVIII, [...] para alguns de seus recantos mais curiosos e singulares, e também para seu tema mais importante, o processo do Iluminismo” (DARNTON, 2005, p. 9). O autor critica e desconstrói o Iluminismo definindo-o como o “[...] imperialismo cultural sob o disfarce de uma forma mais elevada de racionalidade” (DARNTON, 2005, p. 12). A respeito dos agentes políticos, categoriza-os como pensadores comprometidos com uma causa, classificando-os como uma elite intelectualizada que, “a despeito das tendências de nivelamento inerentes a sua fé na razão, almejavam alcançar as posições de comando da cultura e iluminar de cima para baixo” (DARNTON, 2005, p. 19). Geary (2008), em *O mito das Nações*, nos auxilia a conhecer o conceito de Estado-Nação defendido pelos intelectuais e políticos do século XIX, que “transformaram tradições nacionalistas românticas, mais antigas, em programas políticos” (GEARY, 2008, p. 24). Para o autor, o nacionalismo revelou-se como uma ideologia política poderosa e a nação tornou-se um elemento identitário fundamental que via a educação como um instrumento de ação do Estado num regime que buscava a afirmação da identidade nacional.

No que tange a conceitos próprios da Educação, os aportes de Julià (2001), apresentados em *A cultura escolar como objeto histórico* descrevem o conceito de cultura escolar como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a

incorporação desses comportamentos” (JULIÀ, 2001, p. 9). Assim, para observarmos as normas que regem o caso do ensino de francês na Academia Real Militar do Rio de Janeiro no momento de sua criação os conceitos de Julià nos foram muito caros. Entendemos as normas presentes no Estatuto de criação da Academia como a expressão das finalidades de seu ensino, assumindo o francês uma função social na transmissão de um saber. Com a realização da análise dos conteúdos de ensino dos compêndios de francês, na medida em que o material didático é concebido como agente da cultura escolar, buscamos perceber estas finalidades de ensino propostas pela lei em suas práticas. Chartier (1999), por sua vez, em *Lecture scolaire entre histoire des disciplines et histoire culturelle*, afirma o lugar de importância das disciplinas escolares nas pesquisas em história cultural, servindo estas de veículo de transmissão ideológica. Chartier (1999) ainda questiona a pertinência científica e educativa dos saberes dispensados à juventude francesa e sobre os efeitos sociais e intelectuais da transmissão desses conhecimentos.

Aliando pressupostos políticos aos epistemológicos, Chervel e Compère (1999), em *As humanidades no ensino*, defendem a premissa de que a história das disciplinas escolares deve partir de uma concepção de disciplina entendida em suas especificidades, com objetivos próprios. Dessa forma, conhecer o percurso do currículo humanístico, suas transformações e articulações com o currículo científico e tecnológico na França foi de significativa importância para o estudo, pois esse movimento pode ser integrado à nossa história da educação, seguidores que fomos da produção educacional francesa.

As Humanidades Clássicas⁹ apresentaram-se no percurso da história da educação não somente como uma *instrução*, mas como uma *educação* do indivíduo, uma educação do espírito, da inteligência, da alma (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 152). Por razões históricas, a literatura do currículo humanístico, formadora desse espírito elevado, se constituía de lições morais ou cívicas, que traziam comportamentos dignos de serem imitados. O ensino de francês começou, então, lentamente, a fazer parte das práticas escolares, por meio de exercícios de leitura que antes eram estreitamente realizados em línguas antigas como o latim.

A educação clássica é, assim, uma formação do espírito que tende a desenvolver um certo número de qualidades, ou seja, a clareza do

⁹“A expressão *humanidades clássicas* é pura redundância quando empregada tomando-se como referência o Antigo Regime francês e a maior parte do século XIX, já que as humanidades eram clássicas em essência e coincidiam exatamente com a noção de *estudos clássicos*. A expressão *humanidades clássicas* só aparece no fim do século, época em que os partidários de uma modernização do ensino secundário falam de *humanidades modernas, francesas* e mesmo *científicas*” (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 151).

pensamento e da expressão; o rigor no encadeamento das ideias e de proposições; o cuidado com a medida e o equilíbrio; a adequação mais justa possível da língua à ideia (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 155).

Durante o reinado de Luís XIV (1638 – 1715), a ascensão da literatura francesa transformou profundamente a formação da juventude. A querela entre antigos e modernos¹⁰, sem implicações diretas no plano educativo, trouxe uma concepção vanguardista para as letras¹¹, pois, segundo os ilustrados, “[...] o centro de gravidade da cultura literária e artística adiantou-se alguns milhares de anos” (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 156). A pedagogização de autores franceses para o uso da juventude escolar, na virada do século XVII para o XVIII, assim como a adoção, por grande parte dos países europeus e seus domínios, da língua e cultura francesas, fez com que, pouco a pouco, o francês ocupasse um terreno até então dominado exclusivamente pela língua latina. Da importância do ensino das línguas e das literaturas para a formação não somente linguística, mas, também, intelectual do aluno no século XIX, surgiu o movimento de substituição do ensino das línguas antigas, também chamadas de línguas clássicas, pelas línguas vivas, modernas ou vulgares, em oposição ao clássico, dando a este ensino uma concepção utilitarista, fato que contribuiu para que o francês assumisse um lugar de centro na nova cultura escolar (CHERVEL, COMPÈRE, 1999).

Pensando a história das disciplinas escolares como um campo de estudos, Chervel (1990) investiga a história do termo “disciplina (escolar)” e nos afirma que para assumir o sentido de *conteúdos do ensino*, categoria de análise do objeto de estudo aqui proposto, o termo recebeu alguns sentidos, chegando na segunda metade do século XIX a significar “exercício intelectual”. Chervel nos esclarece que até os anos de 1900, as Humanidades Clássicas eram o único meio para a formação do espírito, não recebendo esse status a educação fundamentalmente matemática ou científica. Somente após a Primeira Guerra Mundial, um termo genérico é dado à palavra e “disciplina escolar” torna-se então uma rubrica que classifica as matérias de ensino.

Com ele, os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem de lver a nada

¹⁰Intelectuais franceses pertencentes à Academia de Letras discutiram se deveriam exaltar Luis XIV, o rei-sol, recorrendo às citações dos clássicos do mundo greco-romano ou se deveriam inspirar-se em obras mais próximas, da história do cristianismo ou do presente. Esta discussão, iniciada em Paris no ano de 1687, abriu caminho para a crescente valorização do Moderno como oposto ao Antigo (OLIVEIRA, 2014).

¹¹“As *letras*, que designavam o conjunto do saber, incluindo também as ciências, têm de limitar seu sentido por volta de 1720, às obras literárias” (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 157).

além delas mesmas, quer dizer à sua própria história. (CHERVEL, 1990, p. 180).

Nas instituições de ensino os conteúdos seriam, então, impostos pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha, defendendo o senso comum a ideia de que a escola ensinaria as ciências, as quais fizeram suas comprovações em outro local. Tanto Julià (2002) quanto Chervel (1990) rejeitam a ideia da disciplina escolar como mera transposição didática. Concebem, esses autores, as disciplinas escolares como entidades epistemológicas relativamente autônomas, fruto do casamento de saberes e métodos pedagógicos. A história das disciplinas escolares, embora tributária da História Cultural e da História da Pedagogia, não se define pela função de transmissão de saberes vulgarizados, ou de iniciação às ciências de referência, mas como uma instância a partir da qual os saberes são elaborados e ensinados pela própria escola, na escola e para a escola.

1.8 As seções

O estudo sobre o processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil, ora apresentado, buscou delinear as representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais do ensino de francês na instrução militar estruturando-se em duas seções de desenvolvimento e uma seção final de considerações sobre os resultados obtidos com a pesquisa.

A primeira seção de desenvolvimento configura-se como um breve histórico sobre a organização da instrução militar em Portugal e no Brasil, tomando como fonte a legislação sobre instrução pública. A educação é assim vista como braço de ação da política iluminista dos países europeus que entendiam sua secularização como uma via de desenvolvimento da nação.

As três mais antigas instituições de ensino de orientação militar do mundo ocidental surgiram nesse contexto e são apresentadas em sua configuração interna, inspiradas pelas produções literárias contemporâneas, como local de desenvolvimento e divulgação da modernidade iluminista. O Estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi analisado no que se refere aos aspectos do ensino de línguas, mais especificamente o caso do ensino de francês como disciplina escolar na tentativa de se estabelecer uma periodização do ensino de francês no Brasil, do ponto de vista legislativo.

A segunda seção de trabalho concebeu a Academia Real Militar do Rio de Janeiro como signo da modernidade, por ser os lócus da circulação de suportes que anunciavam o progresso. Os compêndios de francês foram neste momento analisados, sendo entendidos como mediadores da cultura esclarecida que se cultivava. Foram elencadas para análise oito

compêndios publicados para o ensino de francês lançados entre os anos de 1647 e 1836. A análise realizada buscou informações com o estudo da composição de seus conteúdos, uma vez que estes repercutiam as ideias pedagógicas que os fundamentavam, assim como as finalidades de seu ensino.

As considerações finais acerca da temática desenvolvida tomaram como base as informações e dados levantados nas seções anteriores, buscando identificar e avaliar o modo como se delinearam, no período recortado, as finalidades pedagógicas, políticas e culturais do ensino de francês no Brasil, para, desse modo, estabelecer uma periodização relacionada ao seu ensino, levando em conta suas finalidades e práticas educativas.

2 A INSTRUÇÃO MILITAR EM PORTUGAL E NO BRASIL: O iluminismo português e a instrução pública

Visando formar o cristão útil aos seus propósitos, e desejoso de colocar o Reino lusitano em condições políticas e econômicas que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras, o gabinete de D. José I, representado pela figura de Pombal, buscou modernizar o Estado português, reformulando um dos setores mais estratégicos para o seu almejado progresso: as Milícias de Terra e Mar, e a opção que se fez foi pela formação do “perfeito militar” (OLIVEIRA, 2006, p.36).

A Modernidade, no território europeu, foi marcada por um movimento de completa reformulação nas percepções entre o homem e o mundo, conhecido por Iluminismo. Acompanhado da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (1789 – 1799), tais transformações tinham a racionalização das relações humanas como lema. O Iluminismo, numa tentativa de explicar cientificamente a existência do homem e sua interação com seus semelhantes e a natureza, combatiam a crítica da autoridade, da tradição cultural, fazendo uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos da sociedade. Sobre esta definição do conceito de Iluminismo, Darnton (2005) comenta:

O Iluminismo inflado pode ser identificado com toda a modernidade, com quase tudo o que se agrupa sob o nome de civilização ocidental, e assim pode ser responsabilizado por quase tudo que causa descontentamento, especialmente nos campos dos pós-modernistas e antiocidentalistas (DARNTON, 2005, p. 25).

Esse movimento não aconteceu de forma homogênea em toda Europa, possuindo a península Ibérica uma especificidade cultural e política de resistência às modernas ideias. Pela sua complexidade, a questão do Iluminismo na Espanha e em Portugal possui interpretações distintas na historiografia, tendo o Portugal do século XVIII seu conceito de modernidade associado ao período pombalino (OLIVEIRA, 2010).

Os que assim concebem o iluminismo português geralmente partem do pressuposto de que o iluminismo, ou a ilustração, é algo acabado, quase uma essência, que tem seus modelos perfeitos na França e Inglaterra, de modo que, tratando-se de um fenômeno do centro europeu, não poderia ser bem sucedido em sua periferia. Dessa forma, ignoram a condição de construção discursiva da ilustração e de seus pressupostos básicos, pela historiografia, literatura, filosofia e mesmo pelos documentos oficiais emitidos pelos Estados absolutistas ou por déspotas esclarecidos (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

O discurso das reformas pombalinas reconhecia este possível estado de atraso português em relação às nações civilizadas, responsabilizando os jesuítas pelo retardamento de Portugal em todos os setores da vida – econômico, político e cultural.

Tendo em consideração outro sim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão, quando as Aulas se confiarão aos Religiosos Jesuitas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Domínios; [...], que, depois de serem por elle conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove e mais annos, se achavão no fim delles tão illaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noções das Linguas Latina, e Grega, para nellas fallarem; e escreverem sem hum tão extraordinario desperdicio de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares todas as outras Nações da Europa, que abolirão aquelle pernicioso Methodo; dando assim os mesmos Religiosos causa necessaria á quase total decadencia das referidas duas Linguas; sem nunca já mais cederem, nem á invencivel força do exemplo dos maiores Homens de todas as Nações civilisadas; nem ao louvável, e fervoroso zelo dos muitos Varões de eximia erudição, que [...] clamarão amplamente nestes Reinos contra o Methodo; contra o máo gosto; e contra a ruina dos Estudos (PORTUGAL, 1830, p. 673-674).

Um dos braços de ação da política iluminista de Pombal via na secularização das suas instituições de ensino uma via para o desenvolvimento da nação “[...] isso porque a educação, passando a ser razão de Estado, adquiriu um caráter pragmático e até utilitário, uma vez que estava a serviço da administração do todo poderoso ministro de D. José I” (NUNES, 2013, p. 11).

As três mais antigas instituições militares do mundo moderno ocidental surgiram nesse contexto e serão apresentadas nesta seção em sua configuração interna, inspiradas pelas produções literárias contemporâneas, como local de desenvolvimento e divulgação da modernidade iluminista. O Estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro é também analisado em seus aspectos relacionados ao ensino de línguas, mais especificamente o caso do ensino de francês como disciplina escolar, na tentativa de se estabelecer uma periodização do ensino de francês no Brasil, do ponto de vista legislativo, e conhecer as representações e finalidades políticas de seu ensino.

2.1 Pombal e a Instrução Pública

No Brasil, a influência do iluminismo francês também se fez presente nos campos político, social e intelectual nos idos de 1800. Segundo Lages (2013), “Destacava-se, na primeira metade do século XIX, uma ambiência cultural na Província de Minas Gerais, fortemente marcada pela cultura francesa, que se fazia, sobretudo, por meio da circulação de livros e impressos” (LAGES, 2013, p. 98). No campo educacional, a saber, a instrução pública brasileira foi pensada por ideais iluministas de progresso e perfectibilidade humana, reconfigurando seu panorama em busca da organização do Estado do Brasil. O ideal de civilização dos países europeus e, sobretudo, da França, se apresentava como uma finalidade, como uma meta em direção à qual a nação brasileira deveria marchar, rumo a modernidade.

Definir-se uma época, ou qualquer outra coisa, como ‘moderna’ é pressupor, de imediato, que ela se constitui em algo de novo a contrapor àquilo que, a partir daí se torna ‘antigo’; significa, num primeiro reflexo, constatar o atual, o recente, ao que se considera velho, passado. Isto talvez ajude a compreender por que essa noção se faz presente com relativa frequência ao longo da história, ainda que suas conotações complementares possam variar bastante (FALCON, 1993, p. 3).

Para o desenvolvimento de novas diretrizes, bem como para sua aplicação, assume como personagem central das negociações o então ministro plenipotenciário do reinado de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782).

Quando o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do rei D. José I, recebeu autorização de melhorar o desenvolvimento do Estado, ele criou diversas reformas que visavam tirar Portugal da crise que se encontrava. Na época, a situação administrativa de Portugal passava por problemas que se agravaram com terremoto de 1755. Uma das formas vistas por Pombal de tirar Portugal desta situação foi através de reformas administrativas nos diversos setores, em especial na educação (SÃO JOSÉ, 2015, p. 21).

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, é, sem dúvida, o maior representante do despotismo esclarecido em Portugal. “Luxurioso, bronco, déspota esclarecido, excelentíssimo, fidalgo provinciano, ditador sanguinário, mecenas, tirano progressista, autocrata, homem prático e estrangeiro” são alguns dos termos atribuídos ao Conde de Oeiras (1759), depois Marquês de Pombal (1769) por historiadores e biógrafos (LEMOS, 2010, p. 319). Com uma política autoritária em seus objetivos, o Marquês de Pombal teve como legado, entre muitos feitos, a reforma da instrução pública portuguesa à luz das orientações iluministas.

[...] a governação pombalina impõe-se como uma ruptura sem precedentes na história portuguesa, uma vez que propôs mudanças estruturais, com destaque para sua reforma da instrução pública que, ao estatizar o ensino e institucionalizar a profissão docente, teve um papel pioneiro na Europa (OLIVEIRA, 2010, p. 44).

Com o ministro de D. José I, novas medidas foram tomadas na tentativa de afirmação da autoridade nacional. Peças legislativas do período pombalino discorriam sobre vários temas, dentre eles, questões referentes à administração religiosa e eclesiástica, sobre as atividades empresariais e a autoridade real na criação de impostos, a nova estrutura de segurança do Estado e a criação de um novo corpo militar, bem como sobre a estruturação da instrução pública em substituição ao ensino dos jesuítas. Todas essas medidas estavam encerradas em um grupo de leis públicas codificadas e sistematizadas, nomeadas hoje de legislação pombalina.

[...] o ‘pombalismo’ apresenta-se muito mais como um denominador comum de opiniões correntes, antes e durante os anos de seu governo, integradas no protagonismo de um ministro que buscou realizar, na prática, mediante o seu poder legiferante, os ideais e aspirações de caráter político, econômico, pedagógico e cultural de muitos intelectuais setecentistas (OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Nesse momento, Portugal e suas colônias viveram a corporificação do Iluminismo com medidas como:

- A abolição da escravatura na Metrópole e na Índia em 1761;
- A aplicação de uma política imperialista de incentivo à miscigenação para o aumento da população em terras brasileiras;
- A reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755;
- A redução do poder da Inquisição, que passava a ser controlada pelo governo;

- A padronização da administração e organização militar e o treinamento de seus oficiais sob a alçada do Estado;
- A reforma da Universidade de Coimbra¹²;
- A reforma da instrução pública e a secularização da educação, a padronização do currículo e o ensino da língua portuguesa como idioma oficial e meio de integrar as comunidades nativas no Brasil bem como do emprego da pedagogia dos oratorianos¹³ e da obra de Verney¹⁴ (MAXWELL, 1996).

Era necessária a instituição, ou seja, a fundação, na América portuguesa, de um estabelecimento de ensino que se ocupasse da instrução desse novo homem, temente à Deus e útil aos propósitos do soberano. Com o ministro Marquês de Pombal, a reforma da instrução pública portuguesa e a secularização da educação ocorreu por meio das Academias Militares em Portugal e, por extensão, no Brasil.

Pelo *Diccionario da Língua Portuguesa*, de Raphael Bluteau (1638 – 1734), publicado na Lisboa de 1789, percebemos que os verbetes que fazem menção aos estabelecimentos de instrução militar e às suas regras de funcionamento, como a indicação de livros didáticos, por exemplo, são todos da família semântica do verbo *instituir*. Assim, podemos falar em institucionalização da educação, da instrução militar, do ensino de português, do ensino de francês, percebidos então como processos simultâneos que se iniciam com a política pedagógica de Pombal.

Dessa maneira, fazendo uso dos termos do referido dicionário, a legislação sobre a instrução pública buscou portanto instituir, em 1810, na cidade do Rio de Janeiro a Academia Real Militar, com a função de instruir, de educar na lei de Deus e com justiça. A Academia assume, então, um sinônimo de *instituição* e a seu regimento e a sua política de formação militar, o sentido do termo *instrução* como afirmam os seguintes vocábulos:

INSTITUIR, v. at. estabelecer, fundar v. g. ,, instituir morgado , capella. § Instituir jogos , **Collegios.** , fábricas, oficinas. § Lobo instituir em sua casa pública mancebia de todos os vícios,, a virtude para que os primeiros serão instituidos,, Vieira § Nomear, declarar v.g.,,, instituir ao pai ou filho por seu herdeiro. •§ 1,. da Orden. **instruir, educar** v. g. Instituir na Lei de Deus ,, Camões. Arraes l. ,, a pátria nos instituiu com leis justas.

¹²Sobre a Reforma da Universidade de Coimbra ver Nunes (2013).

¹³Os oratorianos propunham a simplificação das regras gramaticais, a suavidade e a brandura no modo como tais regras seriam inculcadas nos discípulos e, o mais importante, que a gramática latina fosse ensinada em português.

¹⁴A obra *O verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney, de orientação oratoriana, é um manual eclético de lógica, método de ensino de gramática pelo português, livro sobre ortografia e tratado de metafísica.

INSTITUIÇÃO, f. f. estabelecimento v. g., instituição. dos feudos.; nomeação v. g. ,, instituição do herdeiro. § Instituições, f. pl. **livro didático** , regras , preceitos. § Fundação v. g. ,, **instituição de Academias**; Capellas; **Collegios**.

INSTRUÇÃO, ,f. f. ensino , educação , documento.- Lobo **instruções da política militar**. § Apontamento , regimento que se dá a alguém para se reger por elle v.,g., instruções dadas aos Ministros que se envião, aos Governadores, procuradores, agentes, e pessoas que nos vão fazer algum serviço. (BLUTEAU, 1789, p. 725, grifo nosso).

Veremos adiante como alguns intelectuais e suas produções bibliográficas inspiraram as leis que fundaram as três primeiras instituições de ensino militar do Ocidente: a Escola Real Militar de Paris, inaugurada em 1751, na França, o Collegio Real dos Nobres de Lisboa, fundado em Portugal no ano de 1761, e no Brasil, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro, criada em 1810.

A primeira obra elencada para estudo foi a *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, uma das primeiras enciclopédias de que temos notícia. Iniciada sua publicação em 1751 e com editoração concluída somente no ano de 1765, esta obra compreende trinta e nove volumes, 71.818 artigos/verbetes e 2.885 ilustrações. Planejada primeiro por d’Alembert e Diderot e depois apenas por este com o auxílio de Louis Jaucourt, esta obra contou com a contribuição das mais notáveis figuras do Iluminismo francês, a exemplo de Voltaire, Rousseau e Montesquieu (HOHLFELDT, 2009). Dos seus quase 72 mil verbetes, um em especial, intitulado *École Militaire*, nos traz questões referentes ao pensamento iluminista e à formação do corpo militar francês na Escola Real Militar de Paris.

A segunda obra, publicada em 1760 e intitulada *Cartas sobre a educação da mocidade*, constitui-se como um importante documento para aferir as representações, em matéria educativa, do Iluminismo no tempo e no território do Marquês de Pombal. Escrita por Ribeiro Sanches, esta obra serviu como contributo decisivo para a criação do Collegio Real dos Nobres, em Lisboa, segundo a historiografia portuguesa.

A terceira e última produção por nós analisada se destacou pelo seu profundo empenho para a reforma da cultura e da educação em Portugal e seus domínios. *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney, foi publicado em 1746. Nele observamos as diretrizes de uma proposta de educação secular que buscava construir a modernidade científica no ensino português, tendo seus ideais também presentes nas diretrizes da Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

2.2 A *Encyclopédie* e a Escola Real Militar de Paris

Originalmente planejada para oito volumes, mas atingindo a marca de trinta e nove, a *Encyclopédie* alcançou uma reputação de livro maldito, chegando a ser perseguido pelos jesuítas e incluído no Index da Igreja Católica por defender a razão como fonte de conhecimento (HOHLFELDT, 2009). A *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et de métiers, par une société de gens de lettres*¹⁵ ocupou vinte e cinco anos de trabalho ininterrupto, primeiro de d'Alembert (1717 – 1783) e de Denis Diderot (1713 – 1784); depois apenas deste, auxiliado por Louis Jaucourt (1704 – 1779), que conseguiram reunir 71.818 verbetes e 2.885 pranchas ilustrativas, publicadas inicialmente em 1751 e com editoração concluída em 1765, na França.

Do volumoso número de vocábulos, um, em particular, ocupa-se de questões relativas à formação do militar francês. Para a construção do verbete intitulado *École Militaire*, D'Alembert, organizador da primeira edição do *Tome Onzième*, contou com a colaboração de M. Paris de Meyzieu¹⁶, Diretor Geral dos Estudos e Intendente da Escola Real Militar de Paris no momento de sua inauguração. Em pesquisa no acervo virtual da *Bibliothèque Nationale de France*, tivemos acesso ao texto da trigésima nona edição do décimo primeiro volume da obra, publicado em 1777, ano do início dos consórcios internacionais de editoração que “[...] disseminaram por toda a Europa, atingindo a Rússia, a Dinamarca e a Itália; de onde viajam para a China, a América do Sul e os Estados Unidos” exemplares da *Encyclopédie* (HOHLFELDT, 2009, p. 16).

No verbete assinado por Meyzieu, a concepção de instituição de ensino militar é definida pelas diretrizes da Escola Real Militar de Paris, fundada pelo rei Luís XV (1710 – 1774) em 1751, mesmo ano de publicação da primeira edição da *Enciclopédia*. Desde sua criação, a Escola foi exemplo em organização e ensino dispensados, com vistas em uma educação de princípios baseados no ideal iluminista de valorização da ciência e da razão humanística, a Escola Real Militar de Paris destinava-se à instrução da mocidade nobre francesa, cujos pais consagraram seus dias e suas vidas a este serviço.

¹⁵Seu título completo e traduzido para o português é *Enciclopédia ou dicionário raciocinado de ciências, de artes e de artes mecânicas, por uma sociedade de gente de letras*. Disponível em: <http://institutions.ville-geneve.ch/fr/bge/>

¹⁶Jean-Baptiste Paris de Meyzieu (1718 – 1778) foi um bibliófilo francês da abastada família dos irmãos Paris. Antigo conselheiro do Parlamento, ele reuniu uma rica biblioteca cujo catálogo foi impresso em Paris em 1779 com o título *Bibliotheca elegantissima Parisina* (HOEFER, 1862, p. 208).

Em sua introdução, o autor situa o leitor quanto às origens da educação militar. Meyzieu afirma que este não era um pensamento recente, pois os gregos e os romanos já cultivavam o espírito e o corpo para a defesa de seus territórios. Assim, todas as nações praticaram a guerra, seja em disputas com nações vizinhas, seja em conflitos particulares, obrigando a nobreza a cultivar o que ele denominou por “arte da guerra”. Ele explica que esta arte se tornou complexa ao longo da história e que suas operações tornaram-se cada vez mais elaboradas, exigindo uma estruturação de suas teorias, que serviriam de base para toda sua prática.

Na França, algumas iniciativas de criação de escolas militares já haviam sido lançadas antes da criação da Escola Real Militar de Paris. A primeira a ser lembrada por Meyzieu é o projeto apresentado pelo cardeal Mazarin para a criação de uma espécie de instituto militar no qual seriam ensinados os exercícios do corpo para a arte da guerra. Este instituto tornou-se o Colégio Mazarin¹⁷, importante por ter sido nele fundada a primeira cadeira de Matemática (DIDEROT; ALEMBERT, 1777). Outra propositura partiu de M. de Louvois, que tinha a intenção de estabelecer no *Hôtel Royal des Invalides*, uma escola própria para a formação dos jovens militares.

O plano de criação de uma escola militar se fazia necessário e o projeto apresentado pela Marquesa de Pompadour, conhecida amante do então rei da França, agradou o soberano, que, em janeiro de 1751, criou a Escola Real Militar de Paris. A tarefa não foi fácil, pois “a educação, este ramo precioso da sociedade não possui leis escritas; elas são depositadas nas mãos dos sábios que fazem o seu melhor uso, sem deixar aprofundar o espírito”¹⁸ (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 757, tradução nossa). A criação da Escola Real Militar de Paris tinha por objetivo a formação de militares, do perfeito militar, com uma instrução dirigida ao espírito e ao corpo.

¹⁷“O cardeal Mazarin, querendo perpetuar seu nome como seu antecessor havia feito ao fundar a Sorbonne, mandou construir, com sua enorme fortuna, em meados do século 17, o Colégio das Quatro-Nações, também conhecido como Colégio Mazarin. O nome da instituição faz referência às quatro regiões incorporadas à França como decorrência dos Tratados da Westfália e dos Pirineus, assinados, respectivamente, em 1648 e 1659. Sessenta estudantes dessas quatro nações (vinte de Flandres, Artois, Hainaut e Luxemburgo; quinze da Alsácia e outros territórios alemães; dez de Roussillon, Conflent e Cerdagne e quinze do Pignerol e dos Estados Papais), provenientes de famílias nobres, teriam bolsas garantidas para estudar, sob o regime de internato, na instituição que foi extinta sob Napoleão, sendo seu prédio, uma das mais notáveis construções à margem esquerda do Sena, defronte ao Louvre, ocupado em 1795 pelo Instituto da França, que reúne as Academias Nacionais Francesas (Babelon, 2001). Segundo Poirier (1996), pouco depois da fundação do Colégio, que ocorreu no início da década de 1660, o número desses estudantes bolsistas foi reduzido para 30 e outros alunos, não só os nobres das nações incorporadas, começaram a ser admitidos” (GARNICA; GOMES; ANDRADE, 2013, p. 137).

¹⁸Texto original : «L'éducation, ce lien si précieux de la société, n'a point de lois écrites ; elles sont déposées dans des mains qui savent en faire le meilleur usage, sans en laisser approfondir l'esprit» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 757).

A cultura do espírito consiste principalmente no cuidado particular de instruir apenas coisas úteis, empregando os meios mais abastados e indicados às disposições que se encontram. O corpo não merece uma atenção menor; e a este respeito devemos admitir que somos bastante inferiores, não somente aos Gregos e aos Romanos, mas também à nossos ancestrais, cujos os corpos eram melhor exercitados, estando mais preparados para a guerra que os nossos (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 758, tradução nossa).¹⁹

Além do espírito e do corpo, a educação religiosa foi também concebida como parte importante da formação militar na Escola Real Militar de Paris, sendo ela confiada ao arcebispo da cidade, que determinava as horas e a duração das orações, do catecismo e geralmente de todos os exercícios espirituais que iniciavam as atividades diárias, assim como eram confiadas aos doutores da Sorbonne as demais instruções (DIDEROT; ALEMBERT, 1777). A Engenharia e a Artilharia eram para Meyzieu as duas mais importantes bases teóricas dessa grande “arte do combate” que, somadas aos demais conhecimentos científicos então disponíveis, formariam o perfeito militar.

A gramática, as línguas francesa, latina, alemã, e italiana, as matemáticas, o desenho, a engenharia, a artilharia, a geografia, a história, a lógica, um pouco de direito natural, muito de moral, as ordens militares, a teoria da guerra, as evoluções; a dança, a esgrima, a equitação, e suas partes, são os objetos de estudo da *escola real militar* (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 759, tradução nossa).²⁰

A instrução da Gramática se fazia necessária tanto para a língua vernácula como para as outras línguas ensinadas: as línguas latina, alemã e italiana. Uma vez aprendido os princípios da língua materna, aplicando o aluno facilmente o exemplo à regra e a regra ao exemplo, este começava então a perceber o que havia de comum entre os princípios da Gramática Francesa e os princípios das Gramáticas Latina, Alemã e Italiana. A metodologia indicada para o trabalho com as lições baseava-se nos exercícios de viva voz, defendidos por Meyzieu por trazerem como vantagem o desenvolvimento maior da atenção pelos discentes do que os exercícios de lições ditadas. O aluno, quando interrogado sobre o ponto da lição, era obrigado a substituir por equivalentes os termos e explicações dadas pelos mestres, pois era impossível lembrar-se de todos os termos. Dessa forma, qualquer indicação de incerteza

¹⁹ Texto original : «La culture de l'esprit consiste principalement dans un soin particulier de ne l'instruire que de choses utiles, en n'employant que les moyens les plus aisés, & proportionnés aux dispositions que l'on trouve. Le corps ne mérite pas une attention moins grande ; & à cet égard il faut avouer que nous sommes bien inférieurs, non-seulement aux Grecs & aux Romains, mais même à nos ancêtres, dont les corps mieux exercés, étoient plus propres à la guerre que les nôtres» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 758).

²⁰ Texto original : « La grammaire, les langues françoise, latine, allemande, & italiennne; les mathématiques, le dessin, le génie, l'artillerie, la géographie, l'histoire, la logique, un peu de droit naturel, beaucoup de morale, les ordonnances militaires, la théorie de la guerre, les évolutions; la danse, l'escrime, le manege, & ses parties, sont les objets des études de l'école royale militaire» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 759).

obrigava uma repetição da explicação de maneira mais inteligível. Os alunos escreveriam, portanto, como eles haviam entendido a lição, sendo em seguida esta produção corrigida pelo professor. Vantagens e desvantagens são elencadas pelo autor na aplicação deste método.

Vamos observar duas coisas principais sobre este método: a primeira é que ele talvez seja viável com poucos alunos ou muitos mestres; a segunda é que o espírito das crianças se encontra aqui em uma tensão bastante forte, a duração das aulas deve ser proporcional. Nós acreditamos que ele traz vantagem com curta duração e repetidos com mais frequência (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p.760, tradução nossa).²¹

Depois de terem sido lançados os primeiros fundamentos dos conhecimentos gramaticais e de terem sido feitas as analogias e diferenças entre as outras línguas ensinadas, de terem sido fixados os princípios comuns às línguas e as características particulares de cada uma, o uso da língua escrita e falada era visto como a melhor maneira de aquisição de uma língua para um militar.

As razões para o ensino das línguas latina, alemã e italiana são explanadas por Meyzieu em um tópico nomeado *Langues*. O ensino do latim, com a sua utilidade já legitimada pela Academia, era parte essencial de toda educação formal das elites. Seu reconhecido estatuto cultural pode ser atestado pelo uso de expressões e palavras latinas como *o manu militari*²² na diplomacia, por exemplo. (CHERVEL, COMPÈRE, 1999).

Ensinar-se-á latim porque o latim é o requisito para um certo número de profissões que exigem certificado desse idioma: clero, magistratura, alta função pública, profissões liberais. Ora, todas essas profissões tem uma relação com o poder, ou ao menos com a autoridade, a maior parte sendo ligadas aos serviços do Estado (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 162).

Ser militar significava estar a serviço do Estado em missões no exterior, sendo as línguas alemã e italiana também ensinadas pela Escola e de conhecimento necessário principalmente quando em missões diplomáticas. Contudo, apresentavam diferentes graus de dificuldade na sua aprendizagem, afirmando Meyzieu que “a língua italiana não é difícil, especialmente para alguém que estuda latim e francês. Não é o mesmo com o alemão, cuja

²¹ Texto original : «Nous observerons deux choses principales sur cette méthode : la premiere, c'est qu'elle n'est peut-être praticable qu'avec peu d'élèves ou beaucoup de maîtres ; la seconde, est que l'esprit des enfans se trouvant par-là dans une contention assez forte, la durée des leçons doit y être proportionnée. Nous croyons qu'il y a de l'avantage à les rendre plus courtes, & à les réitérer plus souvent» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 760).

²² A expressão latina *manu militari* segundo a enciclopédia e dicionário online *Larousse* é uma locução adverbial que significa “pelo emprego da força pública; pela força, pela violência”. Fonte: <<http://www.larousse.fr/encyclopedie>.> Acesso em: 28 ago. 2014.

pronúncia sobretudo é adquirida principalmente com dificuldade [...]” por ter esta língua uma origem etimológica diferente das demais (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 760, tradução nossa).²³

Entre todas as ciências necessárias aos militares, a Matemática é indicada, sem dúvida, como a de maior importância. O seu ensino na Escola possuía uma ligação direta e imediata com a arte da guerra. A Aritmética, a Álgebra, a Geometria Elementar, a Trigonometria, a Mecânica, a Hidráulica, entre outros saberes das ciências matemáticas, ocupavam um lugar de destaque no ensino teórico e prático da instituição. A capacidade cognitiva dos alunos era o termômetro para o ensino das duas mais complexas Matemáticas: a Geometria e a Lógica. O estudo da Geografia também era útil para a formação do militar, tendo esta disciplina grande ênfase na Topografia.

A Geografia era também considerada uma introdução necessária à História, disciplina até então ausente nas escolas francesas mas de grande importância para a formação do “homem do mundo”, para quem “A história de seu país, tão necessária e tão comumente ignorada, vai fazê-lo conhecer o atual estado de coisas e sua origem, os direitos do príncipe que ele serve, e os interesses de outros soberanos [...]” (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 763, tradução nossa).²⁴

O Direito Natural também é elencado como disciplina, precedendo o Direito da Guerra. A Moral, ensinada como um campo da Religião, era confiada aos doutores encarregados das instruções espirituais, sendo preferível a explicação de seus princípios pelos exemplos aos preceitos. Já a instrução, no que o autor denomina por “arte de exercer as tropas”, é indicada como disciplina diária, sendo inclusive os dias de domingo e feriados destinados ao desenvolvimento do manejo com as armas. Somente após esses princípios necessários poderiam os alunos passar para a grande teoria da arte da guerra, ou seja, a Tática.

Após a apresentação das disciplinas que cultuavam o espírito dos alunos, breves comentários são feitos no verbete *École Militaire* sobre os exercícios indicados para se possuir um “corpo robusto, vigoroso e inteligente”. A Dança é vista como vantajosa, pois mantém o corpo em um estado de equilíbrio, de flexibilidade e de leveza; características necessárias para a execução dos movimentos do exercício militar. Os exercícios vivos e impetuosos da Esgrima também mereciam atenção, já que aumentavam o vigor e a agilidade

²³Texto original : «La langue itlienne n’a rien de difficile, particulièrement pour quelqu’un qui fait le latin & le français. Il n’en est pas de même de l’allemand, dont la prononciation surtout ne s’acquiert qu’avec peine [...]» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 760).

²⁴Texto original: «L’histoire de son pays, si nécessaire & si communément ignorée, lui fera connoître l’état présent des affaires & leur origine, les droits du prince qu’il sert, & les intérêts des autres souverains [...]» (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 763).

do militar em formação. São ainda elencadas como disciplinas a Natação e a Equitação para a formação dos jovens oficiais.

Algumas linhas são dispensadas a respeito da administração da Escola Real Militar de Paris. Por disposição particular da criação da instituição, o Secretário de Estado, encarregado do Departamento da Guerra, seria indicado como o intendente do estabelecimento. Os outros oficiais seriam um major, que possuiria dois ajudantes e um subajudante e um capitão para cada companhia de alunos. Os sargentos e cabos de cada companhia deveriam ser escolhidos por mérito e sapiência. É também indicado um número diário de oficiais de piquete. Sua função começava ao levantar dos alunos e seguia até o deitar, presidindo os exercícios e mantendo a ordem, o silêncio e a subordinação. Durante a noite, sentinelas seriam escalados para a vigia dos quartos individuais dos internos, alunos, oficiais e professores, com o propósito de evitar a desordem, sob a pena de prisão em caso de descumprimento.

O rei também fixou três conselhos na Escola Real Militar: um conselho administrativo, que se ocupava da gestão geral da instituição; um conselho de economia, destinado a reger o abastecimento e os gastos e um conselho de polícia, com a missão principal de reprimir e punir as faltas dos alunos. O intendente era o responsável pela administração geral dos bens da Escola Real Militar e a pessoa que dirigiria toda a economia do estabelecimento, mantendo sob suas ordens um inspetor controlador geral e um subcontrolador, bem como um número suficiente de empregados. Havia também um Diretor Geral de Estudos e um professor para cada ciência ou arte já elencadas, sendo que, para cada professor haveria um número suficiente de adjuntos escolhidos pelos docentes (DIDEROT; ALEMBERT, 1777).

Percebemos que o verbete *École Militaire*, um dos mais de setenta mil vocábulos da *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert, é o texto que melhor define a organização da Escola Real Militar de Paris, instituto de ensino destinado à formação do militar francês no reinado de Luís XV. Assinado por Meyzieu, então Diretor Geral dos Estudos e Intendente da Escola Real Militar de Paris e publicado no mesmo ano de criação da instituição, o verbete anuncia uma formação de orientação iluminista para a instrução de seus oficiais.

Apesar da grande importância dada aos conhecimentos científicos em desenvolvimento e do grande destaque dado as ciências matemáticas, a Escola Real Militar de Paris não se limitava à formação somente do intelecto, do espírito de seu alunato. Ao corpo também era garantido seu desenvolvimento no espaço de disciplinas como a Dança, a Equitação e a Esgrima. Inspirado neste modelo de instituição que visava a formação do

perfeito militar, Portugal buscou criar em Lisboa um estabelecimento de instrução militar que permitisse colocar o reino lusitano em igualdade com a nação mais moderna da Europa.

2.3 As Cartas sobre a educação da mocidade e o Collegio Real dos Nobres de Lisboa

A então necessária modernização do Estado português contava com uma série de reformas inspiradas pelas luzes e guiadas pela fé, segundo os termos da maioria das peças da legislação pombalina. No que tange à educação, alguns intelectuais, antes mesmo do período pombalino, isto é, ainda durante o reinado de D. João V (1707 - 1750), defendiam a ideia da criação, na cidade de Lisboa, de um instituto responsável pela instrução da juventude, um estabelecimento que fosse compatível com o século de progresso material vivido na Europa (OLIVEIRA, 2006). Entre esses intelectuais, António Nunes Ribeiro Sanches (1699 - 1783), que vivia por esta altura em Paris, tinha pelas questões da educação e do ensino grande interesse. Sanches pertencia ao grupo dos intelectuais portugueses que exerceram a sua atividade profissional no estrangeiro, os designados *estrangeirados*. Saído de Portugal aos vinte e sete anos de idade, e de personalidade então muito conhecida na vida cultural portuguesa no século XVIII, suas reflexões tinham o propósito de intervenção na reforma da cultura filosófica e científica do seu país (CARVALHO, 1986, p. 437).

Sobre a educação, duas das produções de Sanches influenciaram significativamente as transformações realizadas posteriormente pelas reformas da política do ministério do Marquês de Pombal. A primeira, *Método para aprender e estudar a Medicina*, publicada em 1763, lançou as bases teóricas para a instituição de uma Faculdade Real de Medicina, semelhante às então existentes em Bolonha, Nápoles, Paris e Viena (OLIVEIRA, 2006). A segunda, *Cartas sobre a educação da mocidade* surgiu na ocasião da publicação, pelo Marquês de Pombal, do Alvará de 28 de junho de 1759, que reformou o ensino de Humanidades, sendo também conhecido como Lei Geral dos Estudos Menores.²⁵

Assim, ao ter notícia de que em Portugal fora publicado o alvará de 28 de Junho de 1759 em que se decretava a nova metodologia a aplicar no ensino das Escolas Menores, após a eliminação da Companhia de Jesus, Sanches ficou entusiasmado e sentiu-se impelido a aproveitar a situação de abertura

²⁵Segundo Oliveira (2010, p. 66) “A chamada Lei Geral dos Estudos Menores é indiscutivelmente a mais importante peça legislativa pombalina sobre o ensino de línguas. Com tal reforma, que deu novo sentido ao ensino de Humanidades, tornando o estudo da gramática e da retórica mais compatível com as modernas orientações linguísticas e pedagógicas do chamado ‘século das luzes’, a educação passou oficialmente a ser gerida pelo Estado, que por sua vez tornou-se responsável por controlar a seleção e a carreira dos professores, institucionalizando assim a profissão docente”.

para a expressão de novas ideias e a oferecer as suas na matéria em causa (CARVALHO, 1986, p. 438).

Cartas sobre a educação da mocidade tem como objetivo, explicitado pelo autor em sua introdução, a construção de uma história do ensino e da pedagogia na Europa. A obra é uma das mais importantes referências bibliográficas da pedagogia portuguesa e foi redigida em forma de cartas, como era frequente no século XVIII. As cartas começaram a circular em 1760, um ano após a publicação em Portugal do Alvará que buscava a reforma do ensino das “Letras Humanas”, no momento de expulsão dos supostos causadores do estado calamitoso em que se encontrava o ensino português, os padres jesuítas da Companhia de Jesus.

Enfatizando a necessidade de revogar as leis que garantiam excessivos privilégios à nobreza, imunidades aos eclesiásticos, que contrariavam, segundo Sanches, todo o bom governo civil, é proposto então um método norteador para a criação de novas leis pelas quais se deveria governar o reino e a educação da mocidade. Dos privilégios dos fidalgos e da nobreza decorreu a escravidão, assim como das imunidades eclesiásticas, resultou a intolerância civil. Tais privilégios e imunidades, defendidos nas normas de então, destruíam a igualdade entre os súditos e, não havendo igualdade, não haveria justiça. As leis causaram efeitos sobre a educação e, conseqüentemente, sobre os costumes do povo português.

Pelos preceitos iluministas de progresso e de ordem pelo uso da razão, defendidos em *Cartas sobre a educação da mocidade*, uma boa educação não aconteceria em terras onde houvesse a escravidão, pois nela não é concebida o princípio de humanidade, não havendo ideia alguma de justiça, muito menos da dignidade da pessoa humana, perdendo-se assim a igualdade civil, base do Estado (SANCHES, 19--).

El-rei D. Manuel [...] decretou uma lei, de seu muto-próprio, sem intervenção das cortes, pela qual eximiu todos os eclesiásticos de pagarem peitas, sisas e outros tributos que pagavam antes, como os leigos (SANCHES, 19--, p. 95).

Como pela lei do reino não pode ser preso por dívidas, como os seus bens não podem ser vendidos para pagá-las [...](SANCHES, 19--, p. 97).

A nova configuração da Europa, agora não mais sustentada pelas conquistas territoriais e sim pelo trabalho e pela indústria, mudou o estado político e civil com a valorização das ciências e das artes (MAXWELL, 1996). A educação aplicada em Portugal seguia, até então, as orientações das máximas eclesiásticas, as leis das monarquias góticas eram militares e sua educação tinha por objetivo vencer e conquistar territórios, estabelecendo

a religião pela força e intolerância, e o estado militar e civil pela tirania e pelas leis civis (SANCHES, 19--).

Determinadas e decretadas assim as leis do reino para sustentar um exército e uma frota para defesa dos domínios próprios e adquiridos, e, ao mesmo tempo, para estabelecer o trabalho e a indústria, seria já necessário mudar a educação da mocidade portuguesa, apercebendo-se facilmente o legislador que não tinha súbditos para executar esta segunda parte da constituição da monarquia (SANCHES, 19--, p.123).

O intento de Sanches era, pois, propor um ensino a toda a mocidade com os princípios de utilidade à pátria, propondo a virtude, a paz e a boa fé como os alvos desta educação e a doutrina e as ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs.

O meu intento é propor tal ensino a toda a mocidade dos dilatados domínios de Sua Majestade, que no tempo da ocupação e do trabalho e no tempo do descanso lhe seja útil, e à pátria: propondo a virtude, a paz e a boa fé por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs. Nunca me sairá do pensamento formar um súbdito obediente e diligente a cumprir as suas obrigações, e um cristão resignado a imitar sempre do modo que alcançamos aquelas imensas acções de bondade e de misericórdia (SANCHES, 19--, p. 125).

O plano geral de educação da mocidade portuguesa apresentado por Sanches pensava a estrutura do ensino desde a educação primária até o ensino universitário. Todavia, esta mocidade apresentava-se separada em três grupos sociais – o povo, a classe média e a nobreza, e tinham o seu destino escolar traçado não pela capacidade de seus componentes, mas apenas por sua situação social. A orientação das *Cartas*, em conformidade com as tendências fisiocratas de muitos intelectuais das Luzes, mostrava-se contra a extensão do ensino à globalidade da população. Limites, sobretudo às populações rurais, são impressos em seu plano pedagógico com o simples propósito de não estimular, pelo desejo de melhor vida, a migração para as cidades, o despovoamento dos campos e a extinção de alguns ofícios do meio rural.

Que filho de Pastor quererá ter aquele ofício de seu pai se à idade de doze anos soubesse ler e escrever? [...] O Rapaz de doze ou quinze anos, que chegou a saber escrever uma carta, não quererá ganhar a sua vida a trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar de pela manhã até à noite, nem a cavar (SANCHES, 19--, p. 127).

Para a mocidade da classe média, a instrução deveria ser feita pelas Escolas Menores, a que Sanche prefere nomear por “Pensões”, caso a família não pudesse custear a instrução desse jovem com mestres particulares. Nestes estabelecimentos, a educação utilitarista era o lema, perdendo o jovem o “mimo e regalo” típicos da casa de seus pais,

ganhando, contudo, maiores conhecimentos da vida civil, como o patriotismo, o sentimento de pertença ao Estado [...]” (SANCHES, 19-- , p. 148-149).

Nestas Escolas Menores, que Sanches designa por Pensões, por Escolas Reais e ainda por Escolas de Latim, aprender-se-ia a ler, a escrever e a contar, e também o catecismo cristão, a educação cívica (por um compêndio apropriado a que chama “Catecismo da Vida Civil”), e o governo doméstico aprendido por uma “Arte de ter livros de conta e razão” onde se trataria de róis, quintanças, letras de câmbio e procurações. A esta preparação propedêutica se seguiria o estudo do Latim, do Grego, da Língua Materna, Princípios de Filosofia Moral, Retórica, História e Geografia (CARVALHO, 1986, p. 442).

É proposta a elaboração de um “livrinho impresso em português” para uso nas “Pensões”, uma espécie de manual didático para o ensino das primeiras letras e de um “livrinho de catecismo da *Vida Civil*” para os princípios da vida civil. A produção desse compêndio estava a cargo do conselho da educação e a obra deveria conter de 150 a 200 páginas e ter por título *Arte de ter livros de conta e de razão* (SANCHES, 19--). Quanto ao ensino superior da mocidade burguesa, as *Cartas* indicavam a criação de Escolas Maiores ou Colégios Reais bem como da Universidade Real que tinham por metodologia a memorização e a ilustração dos conhecimentos pela observação, leitura, ensino e conversação fazendo uso do método de explicação de viva voz.

A educação destinada à fidalguia e nobreza portuguesas buscava a conservação da monarquia, sendo ofertado aos nobres uma instrução que lhe garantisse seguir um caminho profissional no qual fosse permitida a acumulação de honrarias, pois somente entre a nobreza se achavam as pessoas mais aptas para servirem à pátria pelas armas, nos exércitos de Oficiais de Mar e Terra.

A arte da guerra hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo: necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão; que o guerreiro tome a pena e saiba tão bem calcular e escrever, como é obrigado a combater com a espada e com o espontão. O verdadeiro guerreiro é hoje um misto de homem de letras e de soldado (SANCHES, 19-- , p. 174).

Sanches defendia uma educação para a fidalguia não somente nas letras mas também na política e nas matemáticas, buscando, com isso, a formação de um corpo de funcionários capazes de servirem à sua pátria nos governos e importantes cargos administrativos em tempos de guerra e de paz. Descartadas as vias da educação doméstica ou daquela realizada nas escolas ordinárias pela ausência da emulação e da imitação, recursos tão caros para o desenvolvimento do vigor, altivez e ânimo, predicativos necessários ao perfil da fidalguia e

nobreza, o único modo indicado para a educação desta mocidade seria o de aprender em sociedade²⁶ ou em colégios.

É proposta então a instituição de um *Corpo de Cadetes* ou *Escola Militar* ou *Collegio dos Nobres* que buscasse transformar os hábitos sociais da nobreza, condenados por Sanches. Valores como a tolerância, a utilidade pública e a instrução de dominância militar e técnico-científica seriam ensinadas a um corpo de guarda onde os soldados seriam os meninos e moços nobres ou fidalgos (SANCHES, 19--). Para a construção desse projeto de instituto militar, Sanches se valeu da experiência de outras nações, como a Dinamarca, a Suécia e a Prússia, mas principalmente a França.

No ano 1751 se estabeleceu em Paris a Escola Real Militar. A sua instituição é para educar-se nela quinhentos gentis-homens à custa real: os militares são os mestres para ensinar a arte da guerra; e os seculares, homens de letras, as artes e as ciências. Mas como na **Enciclopédia**, impressa em Paris, se acha uma exacta descrição desta famosa escola no artigo *École Militaire – tome cinquième*, não necessito entrar aqui em maior explicação. E só farei algumas observações sobre o que se podia imitar de louvável em Portugal desta instituição (SANCHES, 19--, p. 183, grifo do autor).

Assim, para o caso português, a orientação de Sanches era a educação da nobreza pela nobreza, prática que se manteve em Portugal até o reinado de D. João III, sendo suas posteriores gerações educadas por amas plebeias. A criação do Collegio Real dos Nobres indicava por isso o ingresso do seu alunato o mais cedo possível, entre oito ou nove anos, no intento principal de formá-lo na virtude, no amor à pátria e na obediência às leis.

No intuito do cumprimento da obrigação de cristão, a Religião era o primeiro ensino, ministrado por pároco e vigários particulares. Para as disciplinas da mente e do corpo, deveriam ser indicados oficiais militares em número de seis a oito: um major, um vice-major, três ou quatro capitães e outros tantos tenentes, todos estrangeiros (SANCHES, 19--, p. 193). Sanches propõe um quadro de mestres estrangeiros por acreditar não ser habitual entre eles a prática de distinção ou submissão para com a nobreza, pois “o oficial português, que ensinar ou instruir na sua obrigação um menino fidalgo, sempre lhe mostrará uma distinção ou

²⁶Para a ideia de educação em sociedade, Sanches exemplifica o modo romano da educação da nobreza. “O seu ensino, no tempo da puerícia, se reduzia à filosofia moral e trato da vida que lhes ensinavam os filósofos. Mas esta instrução era prática: entravam no senado com seus pais ou tutores, como ouvintes; ali ouviam praticar o que aprendiam em casa; de tal modo que um menino de dezassete anos estava instruído na eloquência, na arte de escrever, porque sabia falar, nas leis da pátria, no sacerdócio, nas leis civis e políticas, que pela prática aprendiam; e vendo diante de si aqueles senadores – um que tinha triunfado, outro que tinha ganhado um reino, outro que tinha decretado leis, como cônsul – enchia-se o coração daqueles ilustres objetos, para imitar aquelas acções ordenando, mandando e obrando” (SANCHES, 19--, p.179-180).

submissão, e não se atreverá a executar com ele o que pede a disciplina militar” (SANCHES, 19--, p. 194). Os únicos de origem portuguesa seriam os mestres das disciplinas do corpo.

Os mestres de dança, esgrima, equitação e natação, seriam também portugueses, e seriam até os únicos portugueses do conjunto do corpo docente, pois todos os outros professores, de Línguas, de Ciências, de História, de Filosofia, etc., deveriam ser estrangeiros, e as matérias ensinadas ou em Latim ou em Francês (CARVALHO, 1986, p. 445).

Um total de vinte ou vinte e uma lições, ensinadas em Latim ou Francês e distribuídas em cinco dias de aula – segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, sexta-feira e sábado; compunham a grade curricular do Collegio, sendo “[...] o dia da quinta-feira destinado inteiramente para o exercício militar – o *manejo da espingarda*, as *evoluções militares* e a *táctica*” (SANCHES, 19--, p. 195).

Cinco lições de gramática da sua própria língua, escrevê-la e compor nela com propriedade e elegância; a língua latina, castelhana, francesa e inglesa.

Três lições de aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, secções cónicas, etc.

Três lições de geografia, história profana, sagrada e militar.

Duas ou três do risco, fortificação, arquitectura militar, naval, civil, com os instrumentos e modelos necessários para aprender estas ciências.

Duas de hidrografia, náutica, com os instrumentos.

Cinco dos exercícios corporais: dança, esgrimir, manuseio da espingarda, montar a cavalo e nadar (SANCHES, 19--, p. 197).

Saber escrever com propriedade em língua portuguesa, bem como escrever e falar em língua castelhana, francesa e inglesa foram conhecimentos em evidência no texto de Sanches, apresentando para o ensino de gramática a maior carga horária das aulas. Além do ensino destas línguas, aos alunos do Collegio foi também proposto o contato com o alemão e o italiano.

Os mestres para ensinar a *língua castelhana, francesa e inglesa* necessariamente deviam ser estrangeiros. E na Escola Militar de Paris os serventes são alemães e italianos para que, pelo uso, aprendam aqueles educandos estas línguas, além do ensino que têm dos mestres – método que se devia imitar (SANCHES, 19--. 195).

Com a criação do Collegio Real dos Nobres, o Estado português nutria a certeza de ofertar à sua pátria um núcleo de formação de estadistas capazes de engrandecê-la. O pensamento científico de Sanches enfatizava as excelências do método experimental e as

virtudes das Ciências Exatas, da Matemática, em particular, como elemento componente do rigor necessário para a construção das ciências que trariam a modernidade, o progresso. O francês era no Collegio Real dos Nobres ensinado como um conhecimento necessário, pois todo o curso deveria ser ministrado nesta língua, o que o caracterizava como veículo de acesso aos demais saberes, “Já se vê que – ao passo que os educandos souberem a sua língua, a latina e a francesa, a geografia, a cronologia e os elementos da história – devem passar a outras classes, onde se ensinarão as ciências que dependem destes conhecimentos” (SANCHES, 19--., p. 195).

O texto da obra possui, dessa forma, um caráter pragmático, na tentativa de justificar a tutela do ensino pelo Estado, marcando, dessa maneira, o ideal de laicização da educação em Portugal e em seus domínios, embora na prática a instrução pública portuguesa se mantivesse ainda durante mais de um século com forte marca religiosa. No ano seguinte ao da publicação das *Cartas sobre a educação da mocidade*, foi criado, em 1761, o Collegio Real dos Nobres, em Lisboa.

Carvalho (1986) defende a ideia de uma relativa influência das proposições das *Cartas* na redação dos estatutos publicados em 7 de março de 1761 que regularam a criação do Collegio Real dos Nobres. Dizemos relativa influência porque, o “Colégio dos Nobres de Lisboa não foi uma Escola Militar, conforme era ideia fundamental de Sanches”, mas uma escola civil com a particularidade de ser destinada também a nobres (CARVALHO, 1986, 446).

Algumas das proposições apresentadas por Sanches foram acatadas na elaboração da Carta de Lei de 1761, principalmente no que se refere às matérias do seu plano de estudos. No Collegio Real dos Nobres foram incluídas matérias como a Física e a Astronomia e retirada a Natação das atividades físicas. Quanto ao ensino de Línguas, ocorreram algumas mudanças como o acréscimo do ensino de Grego e Italiano e a saída do ensino do Castelhamo (CARVALHO, 1986).

A abertura do Collegio Real dos Nobres só ocorreu em 19 de março de 1766, encerrando suas atividades em 1837. As *Cartas sobre a educação da mocidade*, de Sanches, assim como a proposta de educação apresentada nos Estatutos de funcionamento do Collegio Real dos Nobres, são exemplos da tentativa de modernização da educação de Portugal. Elementos como a equidade no tratamento dos nobres, o estudo das línguas, a prática de atividades físicas foram mecanismos adotados com o objetivo de formar um cidadão útil aos propósitos do Estado português naquela altura. As *Cartas* também apresentaram um projeto de divisão da sociedade em clases, e uma educação com objetivos específicos para o

desenvolvimento de cada classe, o que revela para nós as implicações políticas a que todo pensamento pedagógico está ligado.

2.4 O Verdadeiro Método de Estudar e a Academia Real Militar do Rio de Janeiro

A ilustração pombalina produziu mudanças também no território da América portuguesa, uma vez que “ [...] a reforma de Pombal buscou substituir a formação jesuítica por um iluminismo de base católico-regalista, com uma afirmação nacionalista de surgimento do Estado” (NASCIMENTO, 2010, p. 148). Um dos colaboradores do projeto do Estado pombalino foi o intelectual e militante político Luís António Verney (1713-1792), que muito contribuiu no campo da educação.

Verney é apontado como um dos principais mentores das luzes no Portugal da época, tendo por objetivo de vida o trabalho em uma reforma pedagógica adequada à situação intelectual do seu país. A pedagogia portuguesa, por certo, recebeu significativas contribuições com a publicação, em 1746, da obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, considerada um manifesto do moderno pensamento iluminista português (NASCIMENTO, 2010). De fato, as páginas do *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal* são progressistas e abordam o vasto e ambicioso plano de reforma do ensino em Portugal e seus domínios, em seus vários níveis e nos seus diversos setores, tendo seus ecos repercutidos no Brasil.

O Verdadeiro Método de Estudar é atribuído a um autor anônimo, um autor ficcional identificado apenas por pertencer à Ordem Franciscana. Constituída por dezesseis cartas escritas na Itália e dirigidas a um suposto doutor da Universidade de Coimbra, cada uma ocupa-se de um dos setores dos estudos então vigentes, indo dos estudos elementares às diversas faculdades. As dezesseis cartas discorrem sobre a utilidade e necessidade das disciplinas, o método a ser empregado nos cursos e os erros comuns que deveriam ser evitados para o bom funcionamento da política proposta pelo Estado. Suas dezesseis cartas são assim ordenadas:

I – Gramática e Ortografia da Língua Portuguesa;

II – Gramática Latina;

III – Latinidade;

IV – Grego e Hebraico (e línguas modernas);

V e VI – Retórica;

VII – Poética;

VIII – Filosofia e Lógica;

IX – Metafísica;

X – Física;

XI – Ética;

XII – Medicina;

XIII – Jurisprudência;

XIV – Teologia;

XV – Direito Canônico;

XVI – Observações várias (sobre a organização prática dos estudos e sobre a educação das mulheres).

Nelas, o conceito básico de educação apresentado é o da utilidade, pilar das Reformas Pombalinas para a reorganização dos estudos em Portugal e suas colônias.

Os livros tinham o formato de 17x11 centímetros e título completo muito esclarecedor: *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal. Exposto em várias cartas, escritas pelo R. P. *** Barbadinho da Congregação da Itália, ao R.P. *** Doutor na Universidade de Coimbra*. O título do trabalho dizia muito do projeto do seu autor, ao pretender ser útil, inicialmente à República e somente depois à Igreja (NASCIMENTO, 2010, p. 154).

No Brasil, os ecos desta reforma ressoaram quando da vinda do príncipe regente e de sua corte para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808, iniciando-se na prática o processo de estabelecimento de um Estado iluminista na América portuguesa. No que tange à educação, na justificativa de instruir e de formar um corpo de milícias para a defesa da ameaçada costa brasileira, foi proposta a criação de uma instituição de orientação militar que tinha por diretriz o discurso apresentado na obra de Verney.

As vertentes reformadoras desta obra são propostas seguindo uma apresentação crítica ao atual estado das coisas. São por Verney desveladas racionalmente todos os aspectos

que carecem de mudança, seguindo de uma apresentação de soluções, de vias alternativas para o presente atraso em que se encontrava a instrução portuguesa. A obra defende ideias revolucionárias para o seu tempo, como a concessão da possibilidade de estudos àqueles que anteriormente não se enquadravam na estrutura institucional, nomeadamente aos nobres, que deveriam ter os seus próprios colégios, bem como às mulheres, que agora teriam acesso à instrução.

A educação seria diferenciada para “o povo, a burguesia e a nobreza”. Os pobres, a quem o ensino afastaria das atividades laborais que somente poderiam ser exercidas pela classe socialmente inferior, não deveriam ter uma educação contínua, mas apenas a suficiente para desenvolver suas atividades profissionais, assim como pensou Sanches em suas *Cartas sobre educação da mocidade*. A burguesia seria então a classe com as reais condições financeiras para o custeio da educação de seus jovens. Já a nobreza, por sua vez, estava “acima dessas questões”, pois não desempenharia atividades para sustento do Estado, pelo contrário, deveria ela ser preparada para assumir postos estratégicos, em sua maioria burocráticos. Eles seriam formados para ocupar cargos que por direito já lhes pertenciam, gozando de uma formação educacional diferenciada (BARBOSA; NUNES, 2012, p. 5).

Marcada pela crítica ao método de ensino vigente realizado pelos padres jesuítas, a obra de Verney introduziu na história da educação de Portugal e seus domínios uma nova lógica pedagógica. Segundo Verney, a área do conhecimento mais vanguardista era o ensino das Línguas propondo para a formação desses jovens além do estudo das Línguas Clássicas, o conhecimento das Línguas Modernas. O ensino de português passou a ser defendido como essencial para qualquer estudo posterior, sendo por Verney ressaltada a necessidade de valorização da sua própria língua, “tratando-a bem, lendo bons autores e acima de tudo, não utilizando termos estrangeiros, quando existissem equivalentes em sua língua nativa” (VERNEY, 1746, p. 32). Assim, para além das reflexões sobre o ensino de línguas apresentadas por Sanches, a importância dada ao ensino de português é defendida por Verney em vários momentos de seu discurso, principalmente quando trata do ensino de outras línguas que, segundo ele, “[...] se deve explicar na língua que um homem sabe” (VERNEY, 1746, p. 48).

Verney (1746) também nos diz que o conhecimento apenas do Latim não é mais suficiente para acompanhar o mundo em fervor científico no qual vivia. Começava então a ganhar o espaço do Latim as chamadas Línguas Vulgares²⁷, Vivas ou Modernas.

²⁷ O ensino das Línguas Vulgares, Vivas ou Modernas, a exemplo do francês, opunha-se ao modelo de instrução baseado no ensino das Línguas Clássicas, como o latim e o grego, por exemplo.

No ‘apêndice II da Carta Primeira’, Verney justifica a necessidade e a importância do estudo das Línguas Vivas nos mesmos termos de Martinho de Mendonça, mas opta pelo ‘francês ou italiano’, pois ‘nestas línguas se tem composto em todas as Ciências, de que não temos traduções latina’. Seguindo o exemplo de ‘ingleses, holandeses, franceses, alemães, etc.’, o autor descartava a exigência da aprendizagem da Gramática Latina para se ter acesso à Ciência, pelo grau de dificuldade enfrentado pelos ‘rapazes’. Pela prática da tradução dos livros ingleses e franceses, argumentava, citando o caso dos ‘Transmontanos’, seria possível, com o tempo, compor originalmente (OLIVEIRA, 2006, p. 272-273).

O ensino de Línguas Modernas, em especial, do francês, e sua boa compreensão, tornaram-se, pois, necessários na busca de uma maior integração na comunidade acadêmica internacional tendo em vista que os livros mais atualizados estavam escritos nas línguas de nações ilustradas como a França, por exemplo. Estas ideias só viriam ser reveladas no reinado de D. José I, que marcou um novo e decisivo tempo para o ensino em Portugal e no Brasil.

Assim como no caso português, no Brasil, os Estatutos da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, publicados pela Carta de Lei em 4 de dezembro de 1810, concebiam o caráter ornamental das Línguas Clássicas como incompatível com o atual século de progresso sendo por isso justificado o ensino das Línguas Modernas como um instrumento de acesso ao conhecimento científico da época. No momento do ingresso na Academia, os discípulos que possuíssem o seu conhecimento, segundo o Título Quarto do documento que a criou, seriam preferidos aos que não possuíssem tal conhecimento.

Os discipulos que quizerem ser admittidos, se dividirão nas duas classes de obrigados e voluntarios. Tanto os primeiros como os segundos, serão obrigados a pedirem a sua admissão á Junta Militar, que mandará proceder ao exame do que sabem em arithmetica; sendo todos obrigados a terem ao menos 15 annos de idade, e a darem conta das quatro primeiras operações, sem o que a Junta não poderá conceder-lhes a sua admissão. Os que souberem a lingua latina, grega, e as linguas vivas, occuparão os primeiros logares nas aulas, e serão os seus nomes postos nos primeiros logares nas listas que se publicarem da sua matricula, e quando forem depois despachados, terão preferencia na mesma antiguidade. Os obrigados assentarão logo praça de Soldados e Cadetes de Artilharia, e terão a preferencia em todos os exercicios scientificos das mesmas aulas, sendo chamados a dar lição, e a todas as explicações; o que com os voluntarios se não praticará com tanto rigor, excepto com aquelles que mais se distinguirem pela sua applicação e talentos (BRASIL, 1810, p. 232).

Percebemos que a educação ofertada pela Academia pretendia formar, dessa maneira, homens habilitados para assumirem os postos de comando do Exército. Vale a pena enfatizar o fato de que, para a instrução destes oficiais, uma instrução literária se fazia necessária, pois somente esta formaria homens detentores de perfeita razão e corretos juízos. Com isso, a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro trouxe novidades em seu

Plano de Estudos. Com um currículo de base nas Ciências Matemáticas estavam também recomendados os estudos das Línguas Francesa, Italiana e Inglesa como matérias usuais no ensino das Humanidades.

Este tipo de instrução, segundo Chervel e Compère (1999), tem origem na Grécia. Baseada, de um lado, no conhecimento prático, de outro, é apoiada em textos vindos de uma longa tradição no estudo da língua, útil à comunicação e à persuasão para a formação de um oficial modelo de força e inteligência. Com isto, queremos dizer que a proposta de educação apresentada por Verney e orientada para a Academia Real Militar do Rio de Janeiro era composta por essas duas vertentes educacionais que visavam à construção de um tipo especial de homem. Este, desse modo, deveria ser instruído numa educação apoiada em uma longa tradição, oriunda da antiguidade clássica e voltada majoritariamente para o domínio da língua e o controle da palavra, mas também ser orientado para o domínio e controle das técnicas militares, para o conhecimento de cunho científico com o qual ingressaria no mundo profissional.

2.5 A Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a Carta de 04 de dezembro de 1810

D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem publico dos meus vassallos, e á defesa e segurança dos meus vastos dominios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, um curso regular das Sciencias exactas e de observação, assim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e praticos que formam a sciencia militar em todos os seus difficeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem haveis officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiros geographos e topographos, que possam tambem Ter o util emprego de dirigir objectos adminsitrativos de minas, de caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas: hei por bem que na minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro se estaveleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de tactica como de fortificação, e artilharia, na fórmula que mais abaixo mando especificar; havendo uma Inspeção geral que pertencerá ao Ministro e Secretario de Estado da Guerra, e immediatamente debaixo das suas ordens á Junta Militar que mando crear para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na fórmula dos seguintes estatutos (BRASIL, 1810, p. 232).

Com estas palavras inicia-se o texto de um dos mais importantes documentos da história da instrução militar e da engenharia no Brasil. Trata-se da Carta de Lei de 04 de

dezembro de 1810, promulgada pelo então Príncipe Regente português, futuro rei D. João VI, com o objetivo de criar em terras brasileiras a Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Segundo Telles (2003), a Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi a primeira instituição de ensino de orientação militar a funcionar nas Américas e a terceira no mundo ocidental. Este vanguardismo no campo da educação só teve como antecedentes as instituições de ensino militar francesa e portuguesa, criadas em janeiro de 1751 e março de 1761, respectivamente.

Da conturbada transferência da corte portuguesa para a América, surgiu a necessidade de criação de instrumentos políticos e administrativos que dessem suporte à emergente metrópole. Muitas medidas para a organização do Estado do Brasil foram traçadas antes mesmo da chegada da coroa portuguesa. A exemplo, podemos citar a abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, a criação do Supremo Conselho Militar e de Justiça e do Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a publicação de um manifesto declarando guerra ao Imperador dos franceses, a regulamentação do Corpo da Brigada Real da Marinha, o estabelecimento da Real Fábrica de Pólvoras, a criação do Erário Régio e do Banco do Brasil, sendo nomeadas pelo rei as autoridades que tomariam os cargos administrativos, judiciários e eclesiásticos da corte e das capitanias (OLIVEIRA, 2010, p. 101). Além da preocupação com as questões referentes ao desenvolvimento econômico e com a proteção e o controle do território, importante tópico na política do governo joanino foi a Instrução Pública.

É a chegada da Família Real ao Brasil que impõe ao novo império uma grande onda desenvolvimentista com o fito de gerar as condições mínimas de governabilidade por parte dos integrantes da corte portuguesa. A abertura de várias instituições de nível superior a exemplo das escolas de Direito em São Paulo e em Olinda (1827), das escolas de Medicina da Bahia (1815) e do Rio de Janeiro (1813) e da Academia de Belas Artes (1820) visava formar aqui mesmo no Brasil, uma *intelligentsia* que pudesse assumir importantes postos da burocracia e da vida intelectual brasileira (ABREU, 2006, p. 7).

O ensino era então uma questão comum aos três ministérios que compunham o governo de D. João VI, não sendo estabelecido por ele um órgão específico para o trato com a matéria.

Seu ministério era composto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 – 1812), o Conde de Linhares, como Ministro da Guerra e dos Estrangeiros; D. Fernando José de Portugal, depois Conde e Marquês de Aguiar (1752 – 1817), na pasta dos Negócios do Brasil; e João Rodrigues de Sá e Melo, o Visconde de Anadia (1755 – 1809), depois Conde do mesmo título, no Ministério da Marinha e Ultramar (OLIVEIRA, 2010, p. 103).

Contemporânea a este surto de criação de estabelecimentos públicos foi fundada, em 1810, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro, uma das primeiras ações da administração portuguesa na recente metrópole americana. Seu idealizador foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, afilhado do Marquês de Pombal e então ministro da Guerra e dos Estrangeiros. Abreu (2006), analisando o processo de criação da Academia, sinalizou as dificuldades enfrentadas pelo Conde de Linhares com a declarada resitência dos generais portugueses no Brasil, bem como das escolas de formação militar em Portugal, que tentaram inviabilizar o projeto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro pois com sua fundação seria retirada paulatinamente das mãos dos oficiais portugueses a hegemonia dos postos de mando. Foi, por exemplo, negado para a Academia a remessa de material didático utilizado nas escolas militares portuguesas que versasse sobre estratégia militar (ABREU, 2006).

Apesar de boicotada, a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro justificava-se pela urgente necessidade de defesa bélica “com vistas a formar um contingente de oficiais compatível com as dimensões territoriais brasileiras” assim como pelo plano de imediata modernização nacional (ABREU, 2006, p. 8).

Seria dela a função de formar um contingente de engenheiros que fosse capaz de, sem oferecer resistências maiores, ser enviado para todos os cantos do Império a fim de concretizar a construção de obras públicas surgidas das demandas que o desenvolvimento impunha (ABREU, 2006, p. 8).

Dessa forma, a Academia buscava formar não só “oficiais para as armas”, mas também “engenheiros, geógrafos e topógrafos com a finalidade de conduzir estudos e elaborar trabalhos em minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas” (TELLES, 2003, p. 4). Para tanto, a valorização do conhecimento científico moderno como parte dos saberes da formação intelectual de sua oficialidade pode ser considerada um aspecto inovador à configuração cultural do Exército brasileiro. Pautada em parâmetros racionalistas, civilizatórios e confiantes no progresso garantido pelo avanço da ciência, assim se instituiu a Academia Real Militar do Rio de Janeiro, acompanhando o movimento das Reformas Pombalinas de Instrução Pública iniciadas em Portugal.

Em seus 12 Títulos, a Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810 descreveu com detalhes sua estrutura administrativa, sua direção e organização, os programas e livros a serem adotados, os requisitos e vencimentos dos professores e dos alunos, a organização das aulas, exames e prêmios para os discentes, constituindo-se em um verdadeiro regulamento da instituição. Com sua criação confiada ao Conde de Linhares e “com o texto de autoria dos

engenheiros Tte. Gen. Napion, primeiro Presidente da Junta Diretora da Academia, Cel. José Manoel da Silva e Cel. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi e primeiro Ministro da Fazenda do Império” ficavam definidas as finalidades e funcionamento da instituição (TELLES, 2003, p. 6).

Em ordem de importância estratégica, foi então estabelecida pela Carta de Lei como finalidade da Academia a formação de oficiais de Artilharia e de oficiais de Infantaria e de Cavalaria, abrangendo estas formações um curso teórico e prático de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, um curso de Engenharia e Ciências Militares e um curso do que hoje entende-se por Engenharia Civil (TELLES, 2003). A duração do curso e o currículo dispensado para a formação dos oficiais de Artilharia eram distintos da formação dos oficiais de Infantaria e de Cavalaria. Enquanto os artilheiros e engenheiros tinham um curso de, em média, sete anos, os infantess e cavalarianos permaneciam na Academia por somente dois anos. Por conta desta divisão, os oficiais de Infantaria e de Cavalaria, nomeados pejorativamente por “tarimbeiros”, assumiram na historiografia militar a representação do antônimo do termo “científico”, em decorrência de sua baixa instrução. Considerados uma tropa de menor valor intelectual por ser “aquele destinado a conduzir o grosso das tropas a pé (infantes) ou a cavalo (cavalarianos)”, aptos ao manuseio de “uma estrutura de formação muito mais simplificada que as ditas ‘científicas’”, a formação dos infantess e cavalarianos dava-se muito mais pela prática que pela teoria (ABREU, 2006, p. 9).

No “Título Primeiro” da Carta de Lei, denominado “da Junta Militar”, o documento estabeleceu as diretrizes da administração da Academia no que tange à sua constituição e funcionamento. Deveria, pois, ela ser composta por uma junta formada por um “Presidente” com patente de Tenente General e por quatro ou mais “Officiaes” com patentes de, no mínimo, Coronel. O primeiro presidente da Junta Militar foi o Tte. Gen. Carlos Antônio Napion e a primeira Junta Diretora foi composta pelos oficiais Marechal Francisco de Borja Garção Stockler, futuro Barão de Vila da Praia, pelo brigadeiro João Manuel da Silva e pelo Brigadeiro Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi (TELLES, 2003, p. 7). À Junta eram orientadas reuniões que deveriam ocorrer “uma vez cada mez ordinariamente, além da época do principio e fim dos estudos em cada anno, e extraordinariamente quando for convocada, ou pelo seu Presidente ou por ordem especial do Inspector Geral” (BRASIL, 1891, p. 232). Estas sessões tinham por objeto a discussão em torno de questões econômicas e pedagógicas, sendo tratados temas que buscavam o “melhoramento dos estudos”, como “aprovar ou alterar os compendios de que deverão servir-se”, “sobre o tempo e forma dos exames”, “sobre a escolha dos Professores ou outros

Officiaes examinadores” e sobre a “adminssão dos alumnos nas suas differentes classes” (BRASIL, 1891, p. 232).

Como prerrogativas de ingresso na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, os candidatos deveriam ter a idade mínima de quinze anos e submeter sua “admissão á Junta Militar, que mandará proceder ao exame do que sabem em arithmetica [...], e a darem conta das quatro primeiras operações, sem o que a Junta não poderá conceder-lhes a sua admissão” (BRASIL, 1891, p. 232). O conhecimento em línguas também seria avaliado quando do ingresso nesta instituição, sendo eleitos àqueles que dominassem estes conhecimentos, segundo o Título Quarto, que versa sobre os “discipulos e condições que deverm ter para serem admitidos, assim como das diversas classes, em que deverão subdividir-se” (BRASIL, 1891, p. 232).

Os que souberem a lingua latina, grega, e as linguas vivas, occuparão os primeiros logares nas aulas, e serão os seus nomes postos nos primeiros logares nas listas que se publicarem da sua matricula, e quando forem depois despachados, terão preferencia na mesma antiguidade (BRASIL, 1891, p. 232).

O ano letivo tinha nove meses e pela lei tinha início em primeiro de abril. As atividades seguiam de abril até a véspera do Natal, sendo o mês de janeiro dedicado aos exames. Cada lição durava uma hora e meia sendo a manhã dividida em duas ou tres lições de matérias de ensino distintas, das sete e meia ou oito horas até as onze ou meio dia. Os primeiros quarenta e cinco minutos de aula deveriam ser destinados à explicação pelo Lente do conteúdo de ensino e o restante do tempo destinado à arguição da matéria da aula anterior (BRASIL, 1891, p. 232).

A criatividade do aluno era uma máxima proposta pelo regulamento da instituição, que incentivava “conhecer aos discipulos, não só o necessario encadeamento do que lhes tiver ensinado, mas ainda as consequencias que se seguem das verdades mostradas” orientando-os a utilizar diferentes métodos para a resolução de um problema prático, como bem esclarecem os Título Sexto e Sétimo” da Carta de Lei (BRASIL, 1891, p. 232). O regulamento dava, dessa forma, especial ênfase aos exercícios práticos e à criatividade dos alunos como metodologia de ensino, sendo os Lentes “obrigados a sahir ao campo com os seus discipulos, para os exercitar na pratica das operações que nas aulas lhes ensinam”, segundo o texto da lei, em seu Título Oitavo (BRASIL, 1891, p. 232).

O curso completo tinha a duração de sete anos e o seu aproveitamento contava para as promoções dos alunos em oficiais. Para os postos de oficiais de engenharia e de artilharia

era necessário o curso completo com aproveitamento; já os de infantaria e cavalaria só eram obrigados ao primeiro ano do curso matemático e ao primeiro ano do curso militar. Sobre esta formação diferenciada, Abreu (2006) nos esclarece que

Esta divisão das distintas formações, já conceitualmente explícita no estatuto de 1810 fez surgir, dentro da própria corporação, estereótipos que distinguiam os grupos de alunos entre científicos, para aqueles que seguiam as carreiras de artilheiro ou engenheiro e tarimbeiros, para os oficiais que faziam os cursos de infantaria e de cavalaria. Esta segregação, nascida entre os próprios alunos da escola, era um reflexo da duração do curso ao qual cada grupo era submetido. Enquanto os artilheiros e engenheiros tinham um curso mais longo, com sete anos em média, os infantess e cavalarianos permaneciam na escola por somente dois anos. A duração do curso refletia, logicamente, a quantidade de disciplinas cursadas por cada um dos grupos de oficiais (ABREU, 2006, p. 9).

O primeiro ano do curso era uma espécie de preparatório que buscava suprir a quase inexistência do ensino secundário no Brasil contando com a “Arithmetica e Algebra”, o “Desenho”, “a Geometria, a Trigonometria Rectilínea, dando também as primeiras noções da Espherica como disciplinas” (BRASIL, 1891, p. 232). O segundo, terceiro e quarto anos eram compostos de matérias de nível superior, “repetindo e ampliando as noções de calculo já dadas no primeiro anno” e permanecendo em todos os anos subsequentes as lições de “Desenho” e as de “Arithmetica e Algebra” (BRASIL, 1891, p. 232). Ao currículo do segundo ano somavam-se os conceitos da “Mecanica”, “Hydrodynamica”, “Optica”, “Geometria Descriptiva” e “Cálculo Differential e Integral” (BRASIL, 1891, p. 232). No terceiro ano, “os princípios de Mecanica, tanto na Statica como na Dynamica, e os da Hydrodynamica, tanto na Hydrostatica, como na Hydraulica”, aparecem como matérias de ensino (BRASIL, 1891, p. 232). Os três últimos anos contavam com disciplinas do curso de engenharia e das ciências militares. O quarto ano de estudos apresentava aos alunos conhecimentos sobre “Trigonometria Espherica”, “os principios de Optica, Catoptica e Dioptrica”, a “Physica” bem como “noções geraes sobre a Geographia do globo e suas divisões” (BRASIL, 1891, p. 232). O quinto ano se ocupava com as orientações sobre Topografia, “Tactica, Estrategia, Castrametação, Fortificação de campanha” bem como os conceitos da “Chimica” (BRASIL, 1891, p. 232). O sexto ano tomava como conhecimentos a serem ensinados a “Fortificação regular e irregular: ataque e defesa das praças, principios de Architectura Civil, traço e construcções das estradas, pontes, canaes e portos”, bem como a “Mineralogia” (BRASIL, 1891, p. 232). Já no sétimo ano do curso os alunos aprenderiam sobre “Artilharia theorica e pratica, Minas e Geometria subterranea” e teriam instruções sobre “Historia Natural nos dous Reinos animal e vegetal” (BRASIL, 1891, p. 232). A lei previa

ainda um oitavo ano, assim que fosse possível organizar uma biblioteca científica e militar na qual o Lente de “Historia Militar” fosse também bibliotecário e explicasse “a historia militar de todos os povos; os progressos que na mesma fez cada nação; e dando uma idéa dos maiores Generaes nacionaes e estrangeiros, explicará tambem os planos das mais celebres batalhas” (BRASIL, 1891, p. 232).

Quadro 1- Matérias de ensino da Academia Real Militar do Rio de Janeiro com base na Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810.

Ano de estudo	Matérias de ensino
1 ° ano	Arithmetica*, Algebra*, Desenho*, Geometria, Trigonometria Retilínea, Espherica, Lingua Franceza**, Ingleza** e Allemã**
2 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Geometria Descriptiva, Cálculo Differential e Integral, Mecânica, Hydrodynamica e Optica, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
3 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Mecânica Statica e Dynamica, Hydrodynamica, Hydrostatica, Hydraulica, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
4 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Trigonometria Espherica, Optica, Catoptica e Dioptica, Mecânica, Physica, Geographia do globo e suas divisões, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
5 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Tactica, Estrategia, Castrametação, Fortificação de Campanha, Chimica, Topografia, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
6 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Fortificação Regular e Irregular, Architectura Civil, Mineralogia, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
7 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Artilharia Theorica e Prática, Mineralogia, Geometria Subterranea, História Natural, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
8 ° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Historia Militar, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã

*As matérias de ensino de “Arithmetica, Algebra, Desenho” fazem parte do programa de disciplinas dos oito anos de curso de formação sendo seus conteúdos aprofundados progressivamente.

**As matérias de ensino de “Lingua Franceza, Ingleza e Allemã” fazem parte do programa de disciplinas dos oito anos de curso de formação sendo seu caráter facultativo.

Fonte: Elaborado com base na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.

Ainda sobre as disciplinas ofertadas na Academia, a Junta poderia propor que fossem estabelecidos professores da Lingua Franceza, Ingleza e Allemã tendo a obrigação de substituírem uns aos outros em caso de ausência segundo nos orienta a Carta de Lei, em seu Título Segundo. Esta configuração dá ao ensino de línguas, no momento de criação da Academia, um caráter facultativo. Contudo, este conhecimento fazia-se necessário pelo fato de estarem as referências bibliográficas estrangeiras escritas, sobretudo, em língua francesa.

[...] julgando-o necessario a Junta poderá propor que se estabeleçam Professores da Lingua Franceza, Ingleza e Allemã; e será obrigação dos Professores substituirem-se uns aos outros, quando succeda não bastarem os Substitutos, de maneira que jámais se dê caso de haver cadeiras que deixem de ser servidas, havendo alumnos que possam ouvir lições (BRASIL, 1810, p. 232).

Quanto ao material físico da instituição, esta deveria dispor de um observatório, um gabinete mineralógico, um gabinete de física e de química e de uma casa dos modelos das máquinas de mecânica e hidrodinâmica. Quanto ao material humano, a Academia Real Militar contava, no momento de sua criação, com o corpo docente de onze professores e cinco substitutos, devendo dispor, em sua estrutura, de um Guarda-livros, que seria também Secretário, de um Guarda-instrumentos e de Guardas, dos quais um seria Porteiro.

De inspiração portuguesa eram os privilégios e prerrogativas da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, gozando os professores e alunos desta instituição dos mesmos “privilégios, indultos e franquezas” que gozavam os docentes e discentes da Universidade de Coimbra.

Os Professores da Academia Real Militar, além do que já fica expresso a seu respeito, gozarão todos os privilegios, indultos e franquezas que tem e gozam os Lentes da Universidade de Coimbra. Serão tidos e havidos como membros da faculdade de mathematica existente na dita Universidade; sem que entre os Lentes da Academia Real Militar, e os de Coimbra, se haja de interpôr differença alguma, ainda a respeito daquellas graças e franquezas que requerem especial e expressa menção, porque quero que tambem estes sempre se entendam, e julguem comprehendidos, e serão considerados em tudo e por tudo como se realmente regessem as suas respectivas cadeiras na mesma Universidade. Os discipulos que legitimamente frequentarem a dita Academia, gosarão dos mesmos privilegios e franquezas, que se concedem aos estudantes da sobredita Universidade (BRASIL, 1891, p. 232).

Com um ordenado de 400.000 réis²⁸ por ano para os professores e de 200.000 réis por ano para os substitutos, o equivalente a cerca de 8 mil reais por ano para os professores e de 4 mil reais por ano para os substitutos, todos os professores deveriam ter sua nomeação indicada pela Junta Militar, carecendo de serem oficiais de prestígio e alta patente.

Em seu Título Segundo, intitulado “Numero dos Professores, Sciencias, que Devem Ensinar, e dos Seus Substitutos”, a Carta de Lei atribuía também como função dos professores a elaboração de compêndios atualizados e escritos em língua portuguesa (BRASIL, 1891, p. 232). Para a elaboração dessas obras, a lei orientava o conhecimento, pelos professores da Academia, dos renomados autores e das constantes e importantes descobertas científicas no campo das Ciências Matemáticas, não podendo “ser adiantados em postos, nem obter recompensas e graças, sem que cada um delles tenha organizado e feito a seu compendio pelo methodo determinado nos Estatutos, e sem que o seu trabalho seja approvedo pela Junta Militar” (BRASIL, 1891, p. 232).

O Lente deverá formar o seu compendio debaixo dos principios de algebra, calculo differencial e integral de la Croix, e terá cuidado de ir addicionando todos os methodos e novas descobertas que possam ir fazendo-se. [...] Estará ao cuidado do professor apontar no seu compendio a facilidade com que se deduzem as consequencias que formam as mesmas sciencias, e abrir assim o caminho que se deseja; o que elle conseguirá se procurar dar aos seus discipulos o conhecimento intimo dos principios de calculo, e se com mão destra lhes grangear não só a facilidade do calculo, mas se lhes ensiar o modo de advinhar o que luminosamente elle aponta, e que muitas vezes o olho pouco conhecedor não sabe distinguir, nem entender em toda a sua extensão (BRASIL, 1891, p. 232).

Entre muitos intelectuais que os professores da Academia poderiam tomar como referência, a Carta de Lei cita nomes como La Croix, Le Gendre, Delambre, para as matérias do primeiro ano; Gaspard Monge, no segundo ano; Francoeur, Prony, Abade Bossut, Fabre, Gregory, Bézout, Robins, no terceiro ano; Le Gendre, La Caule, La Lande, La Place, Haiüy e Brisson, no quarto ano; Guy de Vernon, Lessac, Lavoisier, Vauquelin, Fourcroy, La Grange e Chaptal, no quinto ano; Bossut, Werner, Napión e Brochant, no sexto ano; Roza, Lineu, Jussieu e La Cepède, no sétimo ano. Os compêndios elaborados pela e para a Academia Real Militar do Rio de Janeiro seriam posteriormente lançados com recursos do governo pela

²⁸As mudanças de moedas e períodos de inflação que o Brasil atravessou em sua história impedem, segundo especialistas, de termos uma noção dos valores monetários de épocas passadas. O Réis foi a moeda brasileira que ficou em circulação até 30 de outubro de 1942 e um cálculo informal e aproximado de conversão para a atual moeda brasileira em circulação, o Real, foi realizado baseando-se no preço dos jornais publicados pelo *Jornal Estadão* no século XIX. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores>. Acesso em: 10 nov. 2015.

também recém-criada Imprensa Régia²⁹, colocando-se entre seus primeiros livros publicados (TELLES, 2003).

²⁹ A Imprensa Régia foi estabelecida pelo decreto de 13 de maio de 1808 com a finalidade de se imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais como também quaisquer outras obras de interesse do rei. Durante os anos de 1808 a 1821, cerca de mil títulos foram impressos, sem contar os atos governamentais. No dia em que foi criada, foi lançada sua primeira obra: *Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia*. Subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sua abertura no Brasil representou o fim da proibição de instalação de tipografias, que vigorou durante o período colonial (CAMARGO, 2011).

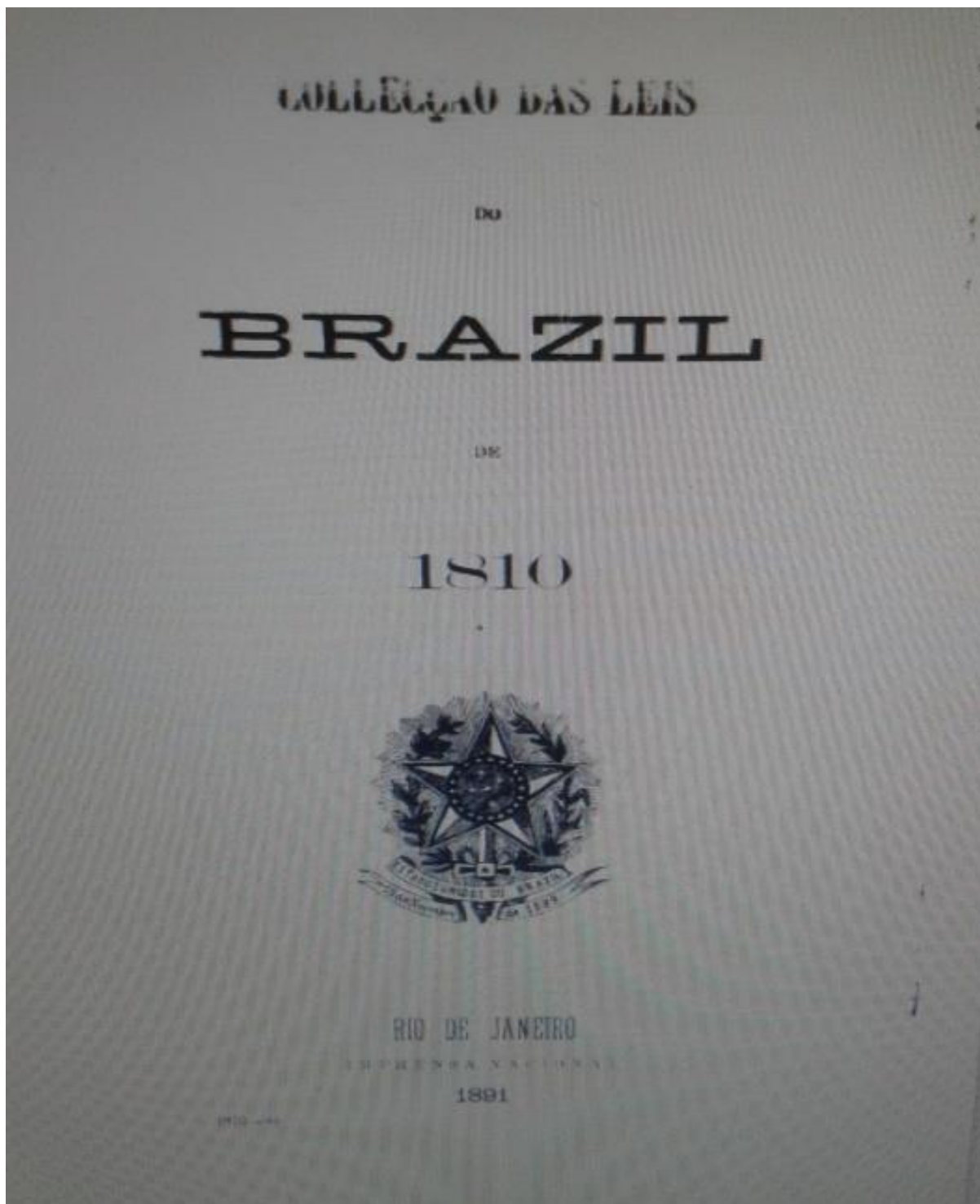


Ilustração 01 – Capa da **Collecção Das Leis Do Império Do Brasil de 1810. Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810. Crêa uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro.** Obra na qual foi publicada a Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Fonte: BRASIL, 1891. Disponível em: <[Http://Www2.Camara.Leg.Br/Legin/Fed/Carreg_Sn/Antioresa1824/Cartaregia-35757-28-Janeiro-1808-539177-Norma-Pe.Html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/antioresa1824/cartaregia-35757-28-janeiro-1808-539177-norma-pe.html)>. Acesso em: 22 dez. 2015.

Contudo, notória é a hegemonia do comércio de livros franceses como reflexo, entre outros fatores, de sua grande produção intelectual, sendo citados pelo Estatuto da Academia

mais de trinta nomes como referências nos saberes das Ciências Matemáticas e pelos quais os Lentes da Academia deveriam guiar-se. E é sobre a produção de compêndios para o ensino da Língua Francesa, que tem como autoria nomes consagrados no mercado editorial, que versarão as páginas que seguem.

Diferente do que ocorria com os conhecimentos das Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas, Militares e Naturais, o Estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, no que se refere à indicação bibliográfica para o ensino de francês, não faz menção a nenhum autor por se tratar de matéria de ensino facultativa. Partimos então do universo de oito compêndios de francês lançados entre os anos de 1647 e 1836 e de reconhecido prestígio intelectual, seja pelo grande número de reedições na França e em países europeus, como Portugal e Holanda, seja por serem adotados por diversas instituições das metrópoles e colônias da Europa, para serem neles observadas as representações e finalidades pedagógicas e culturais do ensino de francês no Brasil pois estes livros são entendidos por nós como elementos de uma prática pedagógica.

3 A ACADEMIA REAL MILITAR DO RIO DE JANEIRO: os compêndios de francês e os conteúdos utilizados como prática pedagógica no Brasil do século XIX

A Grammatica soube introduzir nas palavras aquella virtude, que pretendeo impôr nellas a supertição. Mais victorias ganháraõ as palavras bem regidas na bocca dos Oradores, que as armas melhor manejadas pelo braço dos mayores Capitães (Padre Joseph da Cunha Brochade, Qualificador do Santo Officio. Lisboa, 31 de Janeiro de 1721)

As normas que regem uma instituição de ensino são elaboradas com o objetivo de definir os conteúdos a serem ensinados, ou seja, são construídas com a finalidade de legitimar os saberes a serem transmitidos, bem como autorizar as práticas que possibilitam a sua transmissão, incorporando no indivíduo, novos comportamentos. Este é o conceito de cultura escolar defendido por Julià (2001), e que nos é caro para entendermos as práticas educacionais de orientação militar na América portuguesa no século XIX.

O livro didático é tomado então como elemento fundamental desta prática, repercutindo pelos seus conteúdos de ensino as ideias pedagógicas que os fundamentam, assim como as suas finalidades. Para o estudo das representações e finalidades pedagógicas e culturais do ensino de francês no Brasil, segundo e terceiro objetivos específicos propostos pela pesquisa, a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro é tomada como mote, numa tentativa de aproximação da relação entre o que se entende por cultura escolar e por cultura militar. Com a análise de oito compêndios de ensino de francês publicados entre os anos de 1647 e 1836, referências no mercado editorial europeu e brasileiro, com edições lançadas até os anos 2000, buscamos construir uma periodização dos compêndios de francês percebendo-os como elemento de uma prática pedagógica.

A instrução militar da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, seguindo as proposições da Reforma Pombalina para a instrução pública, buscou remodelar o comportamento da juventude nobre, numa profunda (trans)formação do caráter e das almas, configurando-se, desta sorte, como espaço institucionalizado da disciplina do corpo, da mente e do espírito.

O colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de habitus que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua

própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares (JULIA, 2001, p. 22).

A Academia é, assim, criada para ser o lócus de formação dos sujeitos políticos qualificados para o exercício das funções consideradas vitais para o funcionamento da máquina administrativa portuguesa recém instalada na América (ABREU, 2006). O progresso desejado só seria alcançado com a ordem, com uma rígida disciplina, predicativo essencial para o exercício militar, e então posta como o núcleo sobre o qual foram edificadas as diversas facetas desta cultura.

Para Alves (2010), pesquisas que se propuseram a estudar as forças militares identificaram comportamentos, valores e conhecimentos específicos que aparecem associados à atividade militar como reflexo desta prática educacional. Segundo o texto da Lei de 1810 que cria a Academia Real Militar do Rio de Janeiro, a disciplina, “[...] assim como tudo o que possa dizer respeito e interessar o seu melhoramento e dos seus estudos”, era tópico na agenda das reuniões mensais da Junta Militar da Academia, sendo esta responsabilidade conferida ao segundo Oficial, ou Deputado da Junta Militar.

Ao segundo Deputado pertencerá o exercício e disciplina das aulas, e de toda a Academia, vigiando particularmente sobre a observancia dos presentes estatutos, e propondo á Junta Militar todos os objectos que julgar convenientes e dignos da sua deliberação, para que possam ser levados á minha real presença pelo Inspector Geral (BRASIL, 1891, p. 232).

O exercício e a disciplina das aulas da Academia, com regras expressas em seu Estatuto de criação, foram pensados buscando reconfigurar as práticas escolares de então. Sob a tutela do Estado e com regimento formalizado em lei, esta instituição pode ser vista como um signo da modernidade tão desejada por Pombal. Com a institucionalização do uso de compêndios como materiais escolares industrializados, de uso em sala de aula, muitos deles escritos em francês e publicados na França, foi permitida a circulação e a apropriação de saberes, em seus valores eufóricos, da nação tida como a mais avançada da Europa.

O compêndio para o ensino de francês é, neste momento, tomado como elemento agente de uma prática escolar adotada pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro. As obras, apesar de não listadas como referência bibliográfica no Estatuto de criação da Academia, foram catalogadas no acervo da Biblioteca Nacional, indício de sua entrada na metrópole portuguesa. Assim, no universo de oito compêndios, selecionados por serem considerados de grande sucesso editorial pelo grande número de edições lançadas, foram levantadas algumas questões sobre as representações e finalidades pedagógicas e culturais do ensino de francês na metrópole portuguesa ao serem analisados os seus conteúdos de ensino.

As informações bibliográficas e o conceito de ensino de língua destas obras são apresentados em resumo ao final da seção.

3.1 Os caminhos do compêndio e a Impressão Régia

Para o desenvolvimento da instrução pública no Brasil, que tinha por modelo de prosperidade a França, o ensino de francês se fazia necessário, funcionando esta língua como mediadora de acesso aos “códigos de civilização”, segundo Lages (2013). Todavia, o trânsito das letras era lento e dispendioso, por conta da constata e rígida censura de todo material impresso. Entre os anos de 1769 e 1826, a entrada de livros na colônia americana era regulada por organismos de censura que concediam licença para o envio de livros de Portugal. Este controle, segundo Abreu (2003), tinha por objetivo, além da vigilância das ideias difundidas, a manutenção dos interesses corporativistas de impressores e vendedores de livros.

O movimento de livros em direção ao Brasil era muito mais intenso do que entre as cidades portuguesas e extraordinariamente superior ao registrado em relação à outras colônias. Entre 1769 e 1826, registram-se em torno de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, outros 700 para a Bahia, 350 para o Maranhão, 200 para o Pará e mais 700 para Pernambuco (ABREU, 2003, p. 27).

Os livros, mediadores da “expressão dos valores culturais de um povo”, tiveram uma maior circulação no Brasil com a chegada do príncipe regente português e a consequente abertura dos portos, em janeiro de 1808, assim como a criação da Impressão Régia, em maio do mesmo ano (HALLEWELL, 2005).

[...] Rio de Janeiro, cidade referida, na maior quantidade de pedidos, como o destino para o qual se remetiam obras impressas. É verdade que o volume de referências à Bahia era semelhante, mas o fato de a corte portuguesa ter-se transferido para o Rio de Janeiro [...] aí instalaram-se livreiros e negociantes estrangeiros, abriam-se bibliotecas, fundaram-se teatros, criaram-se jornais, dando maior animação à cidade e ampliando as possibilidades de contato com livros (ABREU, 2003, p. 15).

O crescimento da demanda por livros no Brasil só foi estimulado com a promulgação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, documento que concedia o direito aos habitantes da colônia de importarem bens de outras localidades que não Portugal, estando uma boa parte do comércio de livros existente nas mãos dos franceses. O domínio cultural exercido pela França no mundo contemporâneo proporcionou aos editores oportunidades comerciais em muitos mercados estrangeiros somados a uma receptividade excepcional a todos os adornos da cultura francesa (HALLEWELL, 2005).

Além das importações, a inauguração oficial do novo prelo no Brasil em 13 de maio de 1808 fez aumentar a circulação de livros entre nós. A Impressão Régia tinha por missão a publicação dos documentos oficiais da coroa portuguesa na América, mas também funcionou como uma espécie de órgão de auxílio na expansão da educação pública. Assim, como foram publicados trabalhos relacionados a problemas de interesse do governo, como economia, política e saúde pública, bem como material de propaganda relativa às guerras napoleônicas como panfletos, por exemplo, figuraram entre as produções dos dez primeiros anos da Impressão Régia um número representativo de compêndios escolares. Dentre os manuais de ensino lançados pela Impressão Régia, treze livros didáticos de matérias diversas, com autores indicados pelo Estatuto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, figuram entre as publicações do prelo oficial. São elas, a saber:

[...] 1809: *Elementos de Álgebra*, de Euler e *Elementos de Geometria*, de A. M. Le Gendre, ambos traduzidos por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. [...]

1810: *Tratado de Aritmética*, por Lacroix, traduzido por Silva Torres; *Tratado Elementar de Física*, de Haiüy (2 volumes ilustrados, com 400 páginas cada um) [...]

1812: *Elementos de Álgebra*, de Lacroix, traduzido por Francisco Correia da Silva Torres; *Elementos de Geometria Descritiva Extraídos da Obra de Monge*, de José Vitorino dos Santos e Souza; *Tratado Elementar de Mecânica*, de Francoeur, traduzido por José Saturino da Costa Pereira. [...]

1813: *Tratado de Óptica*, de La Calille, traduzido por André Pinto; *Prelecções Philosophicas Sobre a Theoria do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceósyna e Cosmologia*, de Silvestre Pinheiro Ferreira; *Tratado Elementar de Arte Militar*, de Gay de Vernon, traduzido por João de Souza Pacheco Leitão. [...]

1814: *Elementos de Astronomia*, compilados por Araújo Guimarães para a Real Academia Militar. [...]

1816: *Filosofia Química*, de A. F. Fourcoy, traduzido por Henriques de Paiva. [...]

1817: *Corografia Brasileira, ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de Manuel Aires de Cabral (HALLEWELL, 2005, p.112-114).

A Impressão Régia também executou uma quantidade notável de trabalhos para livreiros particulares, podendo ser distinguidas as publicações oficiais, expressas “por ordem

de S. A. R.”, das demais produções que apresentavam apenas a declaração “com licença de S. A. R.”, onde S. A. R. significava “Sua Alteza Real”.

Na primeira década de existência da Impressão no Brasil, percebemos uma hegemonia de publicações de compêndios dos conhecimentos locados nas Ciências Matemáticas, seja por serem estes saberes considerados de maior importância para a construção do Estado português, seja por ser este um período de grandes descobertas científicas que certamente aqueceram o mercado de livros. Contudo, ao menos nos anos iniciais de inauguração da Impressão Régia, não encontramos registro de publicação de compêndio para o ensino de francês no Brasil, sendo eles importados, em sua maioria, da França.

3.2 Os compêndios de francês e a composição de seus conteúdos de ensino

Nos anos iniciais à fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, sob o regimento da Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, o curso para os postos de oficiais de engenharia e de artilharia adotavam como material didático para todas as disciplinas obras de escritores renomados, que eram, em sua grande maioria, compêndios escritos em língua francesa e publicados na França. A tradução e versão da produção francesa era uma orientação presente na lei como atividade conferida ao professor, sendo estas obras as primeiras publicações da Impressão Régia recentemente constituída no Brasil.

A Carta de 1810 partia da idéia de que cada cadeira deveria corresponder a um compêndio, elaborado pelo seu lente, e que levasse em conta as condições especiais dos alunos da Academia. ‘Organizar o compêndio’ era para o professor tarefa obrigatória e não cumpri-la era ‘não poder ser adiantado em postos nem obter recompensas e graças’. Fácil imaginar a utilidade de disposições tais numa época em que o livro didático não existia, em que fontes de estudo não estavam à mão sequer dos professores quanto mais dos alunos, época sem bibliotecas e de livrarias precaríssimas (MOTA, 2001, p. 30, apud, ABREU, 2006, p. 26).

Apesar da ausência de referências para o ensino de línguas no Estatuto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, os compêndios de francês selecionados para estudo eram adotados pelos programas de instrução das instituições de ensino mais renomadas da França como as *Écoles Centrales*, o *Conseil de l’Université* e as *Écoles Normales*, estabelecimentos que serviam de parâmetro para as demais instituições de formação dos países ocidentais. Sendo obras de ampla circulação na Europa, estes compêndios alcançaram prestígio editorial, segundo notas dos prefácios analisados que declaram o grande número de edições lançadas. Na pesquisa realizada no primeiro semestre de 2015, no acervo digital da

Biblioteca Nacional³⁰, da Biblioteca Nacional de Portugal³¹ e da *Bibliothèque Nationale de France*³² foram elencadas para estudo oito compêndios publicados para o ensino de francês lançados entre os anos de 1647 e 1836.

Nossa pesquisa, buscando construir uma periodização dos mais importantes compêndios de ensino de francês disponíveis como material didático no momento de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro exigiu um recuo ao ano de 1647, data da publicação do mais antigo compêndio para o ensino de francês de que tivemos registro. Os compêndios selecionados foram analisados quanto aos seus conteúdos de ensino que repercutem para nós as ideias pedagógicas que os fundamentavam, assim como as finalidades de seu ensino. Assim, ao final desta seção é apresentada uma síntese das informações editoriais dos livros estudados, bem como o que cada obra apresenta por finalidade do ensino de francês visando com isso um acesso mais dinâmico aos resultados da pesquisa.

O primeiro e mais antigo compêndio de francês pesquisado foi *Remarques Svr La Langve Françoise Vtiles A Cevx Qvi Vivevrent Bien Parler Et Bien Escrire*³³, do senhor de Vaugelas, publicado na França em 1647. A segunda obra estudada é uma publicação holandesa lançada em 1696, de autoria de Pierre de La Touche e intitulada *L'art De Bien Parler François*³⁴. O estudo segue com a obra **Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Refflexoens Da Academia De França**, de Luís Caetano de Lima, publicada pela primeira vez em Lisboa em 1710. Nesta pesquisa, analisamos a edição portuguesa de 1756, pois o exemplar de lançamento encontra-se com acesso restrito na Biblioteca Nacional de Portugal.

Dez anos depois, em 1766, foi publicado em Trevoux, França, sem precedentes, uma gramática bilíngue português-francês, de autoria desconhecida e publicada na oficina de António Ginião, intitulada por **Novo, Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Ortographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza,...Ordenado Por Hum Genio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma**. O quinto compêndio analisado foi o renomado *Éléments De La Grammaire Françoise*³⁵, de M. Lhomond, publicado em 1780. Elaborado para os cursos de engenharia das *Écoles Centrales*, *Principes Généraux de Grammaire Pour Toutes Les*

³⁰Acervo Digital disponível no site eletrônico: <https://www.bn.br/>

³¹Acervo Digital disponível no site eletrônico: <http://www.bnportugal.pt/>

³²Acervo Digital disponível no site eletrônico: <https://www.bnf.fr/>

³³Tradução nossa: **Notas sobre a língua francesa, útil para aqueles que desejam falar e escrever bem.**

³⁴Tradução nossa: **A arte de falar bem o francês.**

³⁵Tradução nossa: **Elementos da gramática francesa.**

*Langues: Avec Leur Application Particulière à La Langue Française*³⁶, de Condillac, é o nosso sexto compêndio analisado. Lançado no ano de 1798 em Paris, seu título nos sugere a aplicação de regras gramaticais comuns ao ensino de línguas sendo observado o caso particular da Língua Francesa.

Apontamos também particularidades em duas publicações das primeiras décadas do século dezenove, ambas de autoria de Alexander Boniface. O sétimo compêndio estudado foi *Manuel des amateurs de la langue française, contenant des solutions sur l'étymologie, l'orthographe, la prononciation, la syntaxe, par A. B. Et par plusieurs gens sur les lettres*³⁷, publicado em Paris, em 1813. O oitavo e último compêndio pesquisado, lançado em 1836, foi *Agrégé De La Grammaire Française*³⁸.

3.2.1 Remarques Svr La Langve Française Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire, de Vaugelas.

De autoria de Claude Favre de Vaugelas, o senhor de Vaugelas (1585 – 1650), o compêndio para o ensino de francês *Remarques Svr La Langve Française*, publicado em Paris, em outubro de 1647, é sem dúvida uma obra de referência no mercado editorial ainda hoje, com exemplares publicados nos anos 2000³⁹. O autor buscou com esta obra fazer *remarques* sobre a língua francesa, ou seja, registrar em forma de notas, ao longo de quinhentas e noventa e três páginas, observações sobre o francês escrito e falado, nos apresentando, a natureza de seu trabalho já em seu título.

Escrita em língua francesa, a obra não se preocupa com o estabelecimento de uma regulamentação da língua, não tendo a intenção de “[...] reformar nossa língua (francesa), nem de abolir nossas palavras, mas somente mostrar o bom panorama dos fatos, se ele é duvidoso ou desconhecido, o esclarecendo, o fazendo conhecido”⁴⁰ (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa). Escrevendo um simples testemunho, Vaugelas documentou o que “viu e ouviu” na corte francesa, apresentando em seu texto o conceito de “uso” da língua, nos

³⁶Tradução nossa: **Princípios gerais de gramática para todas as línguas: com aplicação particular à língua francesa.**

³⁷Tradução nossa: **Manual dos amadores da língua francesa, contendo soluções sobre a etimologia, a ortografia, a pronúncia, a sintaxe, por A. B. e por outros sobre as letras.**

³⁸Tradução nossa: **Resumo da Gramática Francesa.**

³⁹A última edição de *Remarques Svr La Langve Française* foi lançada em 2009, em Genève, pela editora Droz. Fonte: <https://www.data.bnf.fr/>.

⁴⁰Texto original: «[...] de reformer nostre langue, n'y d'abolir des mots, n'y d'en faire, mais seulement de monstrier le bon usage de ceux qui sont faits, et s'il est douteux ou inconnu, de l'esclaircir, & de le faire connoistre». (VAUGELAS, 1647, Préface).

processos de fala e de escrita, pensando a linguagem em seu uso⁴¹, antes mesmo do surgimento da linguística (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa).

Segundo as notas de seu prefácio, a obra *Remarques Svr La Langve Françoise* foi elaborada a partir de anotações das conversações de festas frequentadas pelo seu autor na corte do Rei Sol. A língua escrita pelo senhor de Vaugelas era, portanto, o espelho do discurso que ele transcrevia, por assim dizer, em grafema. Assim, a codificação da língua falada, ou seja, a língua escrita, nomeada por “língua imagem”, ou a língua escrita dos “Autores”, pode ser encarada como um registro do uso da língua francesa pela elite parisiense nos anos de 1600. A representação social desta língua vinha da corte francesa, que assumiu um valor absoluto na descrição de seu bom uso.

A palavra que se pronuncia é a primeira em ordem e em dignidade, pois sendo ela escrita é somente a sua imagem [...]. Mas o consentimento dos bons Autores é como um selo ou uma atestação que autoriza a língua da Corte, e que marca o bom uso e decide aquilo que é duvidoso⁴² (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa).

De acordo com as tendências de seu século, Vaugelas buscou princípios que permitiriam descrever e explicar o uso da língua francesa defendendo a subordinação da língua escrita à língua falada e buscando distinguir o seu “bom uso” do seu “mau uso”. (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa). Baseado na hierarquia social, sendo atribuído à corte o mais alto prestígio linguístico, o bom uso da língua francesa era definido como “composto não da pluralidade, mas pela elite das vozes”⁴³, pela elite da comunidade linguística (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa).

Eis então como é definido o bom uso. É a maneira de falar da mais sadia parte da Corte, conforme a maneira de escrever da mais sadia parte dos Autores do tempo [...]. Quando eu digo a Corte, eu entendo as mulheres como os homens e várias pessoas da cidade onde o Príncipe reside, que pela comunicação que ele tem com as pessoas da Corte utilizam de sua polidez (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa)⁴⁴.

⁴¹Sobre o conceito de língua e suas abordagens teóricas consultar o artigo **O conceito de língua: um contraponto entre a Gramática Normativa e a Linguística** (NASI, 2007).

⁴²Texto original: « [...] la parole qui se prononce, est la premiere en ordre et en dignité, puis que celle qui est escrite n'est que son image [...]. Mais le consentement des bons Autheurs est comme le sceau, ou une verification, qui autorise le langage de la Cour, et qui marque le bon Vsage, et décide celuy qui est douteux» (VAUGELAS, 1647, Préface).

⁴³Texto original: «composé non pas de la pluralité, mais de l'élite des voix» (VAUGELAS, 1647, Préface).

⁴⁴Texto original: « Voicy donc comme on définit le bon Vsage. C'est la façon de parler de la plus saine partie de la Cour, conformément à la façon d'escire de la plus saine partie des Autheurs du temps [...]. Quand ie dis la Cour, i'y comprends les femmes comme les hommes, et plusieurs personnes de la ville où le Prince réside, qui par la communication qu'elles ont avec les gens de la Cour participent à sa politesse» (VAUGELAS, 1647, Prefácio).

O que Vaugelas chama por “uso duvidoso” da língua francesa é definido como “aquilo que não se sabe” (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa). Sendo, neste caso, “necessário consultar os bons Autores vivos e todos estes que tenham particular conhecimento da língua” (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa). Tudo o que “a mais sadia parte da corte”, ou seja, a alta nobreza definia por bom uso da língua era assim, por definição, “bonito e elegante” e deveria ser acatado pelos demais falantes da língua francesa (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução nossa).

Ao descrever e explicar o uso da língua francesa, Vaugelas deixa para a posteridade um registro senão das normas, mas do uso da língua francesa de uma pequena parcela da França do século XVII. A esta altura, segundo Chervel e Compêre (1999), começava a utilização escolar do francês nas cortes europeias, mesmo que ainda coexistindo com o latim, este já em declínio.

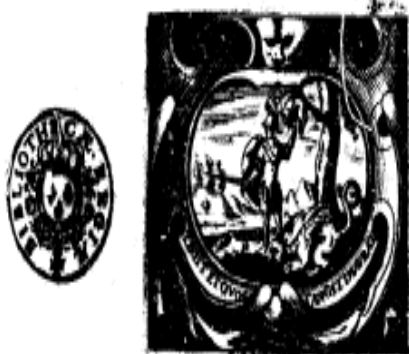
REMARQUES

SUR LA

LANGVE FRANÇOISE

VTILES A CEVX QVI VEVLNT

BIEN PARLER ET BIEN ESCRIRE.



A PARIS,

Chez la Veuue JEAN CAMUSAT,

ET

PIERRE LE PETIT, Imprimeur & Libraire
ordinaire du Roy, rue Saint Jacques,
à la Toison d'Or.

M. DC. XLVII.

AVEC PRIVILEGE DV ROY.

3.2.2 *L'art De Bien Parler François*, de Pierre De La Touche

L'art De Bien Parler François, Qui Comprend Tout Ce Qui Regarde La Grammaire & Les Façons De Parler Douteuses foi publicado em 1696 na também agitada cidade de Amsterdam, um dos mais importantes centros editoriais do continente europeu. De autoria de Pierre De La Touche (16-- – 1730), gramático francês refugiado em decorrência da revogação do Edito de Nantes⁴⁵, esta obra é uma exaltação da língua e cultura francesas.

Nas primeiras páginas de seu longo prefácio, o autor posiciona-se como um defensor do ensino de francês e um admirador de sua língua materna caracterizando-a como “doce e forte”, “simples e majestosa” (LA TOUCHE, 1696, tradução nossa). Para além da francofonia, o ensino de francês se apresentava como um conhecimento necessário para a formação completa dos nobres, de reconhecida utilidade no ensino das ciências contemporâneas. La Touche afirmava que,

[...] Ela é geralmente preferida às demais línguas e os Estrangeiros de qualidade, até aos Príncipes Soberanos acreditam que lhes faltava algo em sua educação se eles não a falassem puramente e com facilidade [...] Ela é própria para todo tipo de matéria, para a prosa e para a poesia; para a História e para o Romance, para os sérios e para o cômico (LA TOUCHE, 1696, Prefácio, tradução nossa)⁴⁶.

Escrita em francês e dividida em dois volumes, a obra foi sucesso editorial sendo ela reeditada até o ano de 1973⁴⁷. No primeiro volume, dividido em três partes, são abordados temas sobre a Gramatização. A gramatização, conceito definido por Auroux (1992), foi um fenômeno do século XVI que buscou fornecer elementos para a padronização dos vernáculos europeus, criando, com isso, uma rede de conhecimentos linguísticos. Na primeira parte do primeiro volume da obra de La Touche são explicadas questões referentes à pronúncia e à ortografia, consideradas por ele saberes difíceis e indispensáveis. A preocupação na

⁴⁵Assinado pelo rei da França Henrique IV, em Nantes, em 13 de abril de 1598, o Edito de Nantes garantia a tolerância religiosa para a prática do calvinismo em território francês. Conhecido como Edito de Pacificação este decreto colocou fim às guerras religiosas que assolaram a França durante o século XVI. Contudo, em 23 de outubro de 1685, o então rei da França, Luís XIV o revogaria com a promulgação do Edito de Fontainebleau, retornando, dessa maneira, a perseguição aos protestantes franceses que fugiram para países protestantes como Alemanha e Inglaterra (OLIVEIRA, 2014).

⁴⁶Texto original: «[...] Elle est généralement préférée à toutes les autres, & que les Etrangers de qualité, jufqu'aux Princes Souverains mêmes, croiroient qu'il manqueroit quelque chofe à leur éducation, s'ils ne la parloient purement & avec facilite [...]. Elle est propre à toutes fortes de matières, pour la profe & pour la poëfie; pour l'Histoire & pour le Roman; pour le férieux & pour le comique» (LA TOUCHE, 1696, Prefácio).

⁴⁷A última edição de *L'art De Bien Parler François* foi lançada em 1973, em Genève, pela editora Slatkine reprints. Fonte: <https://www.data.bnf.fr/>.

elaboração de um pequeno resumo deste tópico em alemão, inglês, flamenco e italiano apresenta-se como uma peculiaridade, demonstrando o caráter internacional de sua obra.

Percebemos, desta maneira, que as línguas escolhidas para o trabalho de versão do pequeno resumo sobre as regras de pronúncia e ortografia foram as mesmas apresentadas como línguas estrangeiras, e de conhecimento indicado como necessário para a formação da nobreza militar pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro, salvo o flamenco.

Na segunda parte da obra são ponderadas questões sobre a natureza da palavra. Ganham destaque aqui os Artigos, os Substantivos e sua variação em gênero, bem como a conjugação dos Verbos Regulares e Irregulares. A terceira e última parte do primeiro volume tocam em aspectos da Sintaxe, sendo dedicado um capítulo às qualidades do estilo e outro aos princípios da poesia francesa.

Para a construção de seu segundo volume, La Touche contou com a colaboração de alguns gramáticos franceses e procurou responder às dúvidas mais recorrentes sobre as normas gramaticais do ensino de francês. Buscando a praticidade na consulta de sua matéria, foi também elaborado, para este volume, um resumo com todos os pontos de aula, apresentados em ordem alfabética.

De maneira sistemática a exposição dos conteúdos é feita. A importância do ensino de francês na formação da nobreza não só francesa, mas de toda a Europa ocidental, partindo da análise da obra de La Touche, decorre de sua atuação como instrumento de acesso aos modernos conhecimentos científicos produzidos no início do século XVI e publicados em francês. A preocupação, por parte do autor, na elaboração de resumos explicativos escritos em várias línguas, visando o público estrangeiro insere esta obra no processo maior de internacionalização do conhecimento. Essa instrumentalização do francês também está presente nos Estatutos de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro quando este saber era exigido como requisito necessário para o ingresso de seu alunato na instituição, pois a maciça bibliografia orientada para os cursos de formação era de origem francesa.

L A R T
D E
BIEN PARLER
FRANCOIS,
QUI COMPREND TOUT CE
qui regarde la Grammaire & les façons
de parler douteuses.

Divisé en deux Volumes.

TOME PREMIER.



A AMSTERDAM,
Chez HENRI DESBORDES, dans le
Kalver-straat, près le Dam.

M. DC. XCVI.

3.2.3 *Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Refflexoens Da Academia De França, de Luiz Caetano de Lima.*

Com todas as licenças necessárias para sua publicação é lançada a *Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Refflexoens Da Academia De França*, um dos mais antigos compêndios para o ensino de francês escrito em língua portuguesa. Publicada pela primeira vez em 1710, em Portugal, com reedições que vão até o ano de 1911, esta obra apresenta-se em dois volumes. Foram, segundo seu autor, o clérigo português D. Luiz Caetano de Lima (1671-1757), membro da embaixada portuguesa enviada à Corte de Luís XIV em 1695⁴⁸, “quasi vinte annos de estudo” dedicados à elaboração desta “*Grammatica Franceza e Portugueza*” (LIMA, 1756). Para esta pesquisa, tomamos como fonte para análise apenas o primeiro tomo da obra, numa edição do ano de 1756, tendo em vista o restrito acesso às primeiras edições da *Grammatica Franceza* na Biblioteca Nacional de Portugal.

Escrito quando da passagem de seu autor nas cortes de Paris, Inglaterra e Holanda, esta obra pensou o ensino e a aprendizagem da língua francesa por “circumstancias géraes, transcendentés”, que as diferenciavam do ensino e da aprendizagem das demais ciências, defendendo Lima uma especificidade para o ensino de francês (LIMA, 1756).

Confesso ingenuamente que esta obra me tem levado grande applicação, porque sempre entendi, que nas Linguas não há mediania alguma, como se observa nas outras Artes, e Sciencias; e assim, ou se devem fallar com toda a propriedade, ou não devem as pessoas grandes usar dellas (LIMA, 1756, Prólogo).

Como conteúdo programático apresentado em seu primeiro volume, os seguintes temas trabalhados são: “Dos Nomes, e números das letras; Da pronúncia das Vogaes; Da pronúncia das Consoantes; Dos Dithongos; Dos Trithongos; Dos Artigos, e Declinações; Dos Nomes; De algumas outras castas de Nomes; Dos Pronomes; Das Conjugações dos Verbos Irregulares” (LIMA, 1756).

Com a *Grammatica Franceza* foi lançado um “methodo de aprender huma lingua estrangeira”, sem, contudo, esquecer-se da importância de sua língua nacional (LIMA, 1756). Segundo suas notas introdutórias, o ensino de francês é visto em sua utilidade como a língua da nobreza, a língua do comércio e da diplomacia, pois “Entre as linguas que mais facilitaõ o

⁴⁸Sobre a vida e obra de Luiz Caetano de Lima e sua missão como membro da embaixada portuguesa na França consultar Bem (1792-1794).

commercio das gentes, merece a lingua Franceza o principal lugar, e tem taõ grande fortuna com as testas Coroadas, que apenas se achará Principe algum, que despreze o seu uso” (LIMA, 1756, Prólogo).

O ensino de francês é também visto como o “primeiro elemento de todas as Sciencias”, servindo este conhecimento não só como via de acesso aos textos das recentes descobertas nas Ciências Matemáticas, mas também como auxiliar no estudo da língua portuguesa (LIMA, 1756, Prólogo).

Os preceitos, que se escrevem nesta breve Grammatica taõ bem influem sobre a língua Portugueza, que filha da mesína Mãy, naõ he menos dotada, nem menos nobre, antes tem a vantagem de se associar na Asia ás linguas Orientaes por ser naquela primeira parte do Mundo, familiar a quasi todas as Nações (LIMA, 1756, Prólogo).

Assim, o discurso pragmático de Lima é inovador e sua gramática é, sem dúvida, original no estabelecimento de um método novo em Portugal e em seus domínios. Lima construiu uma gramática bilingue que poderia haver noutras línguas, mas que até 1710 não existia para o português. Assim, trabalhando sem predecessores, o autor português munuiu-se de referências franceses e fez uma sistematização, em português, dos aspetos que considerou mais pertinentes da língua francesa.

GRAMMATICA
FRANCEZA,

OU

ARTE

PARA APRENDER O FRANCEZ
por meyo da Lingua Portugueza,

REGULADA PELAS NOTAS,
e Reflexões da Academia de França..

P A R T E I.

P O R

D. LUIZ CAETANO DE LIMA, C. R.



L I S B O A, M.DCC.LVI.

Na Officina de JOSEPH DA COSTA COIMBRA.

Com todas as licenças necessarias.

3.2.4 *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Ortographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ...Ordenado Por Hum Genio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma, de António Ginião*

Também escrito em língua portuguesa é o *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores*, compêndio de francês publicado pela primeira vez na comuna de Trevoux, região de Rhône-Alpes, ao sul da França, no ano de 1766. A obra não tem sua autoria nomeada, sendo indicada apenas a Officina de António Ginião como o lugar da impressão desta que pode ser considerada uma espécie de compilação das produções da época sobre o ensino de francês para os falantes de língua portuguesa. O novo método de ensino proposto para “aprender com perfeição [...] a língua Franceza, e de algum modo a Portugueza” apresenta em mais de trezentas páginas “as artes” praticadas no ensino de francês em Portugal, entendendo “artes” como metodologias de ensino propostas pelos estudiosos da língua francesa no século XVIII (GINIÃO, 1766, Prefácio).

Numa espécie de censura dos escritos submetidos ao Santo Ofício, o autor do *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza* condena as falhas cometidas por seus antecessores, citando dentre eles, o clérigo Luiz Caetano de Lima.

Muitas são as artes, que tem visto a luz pública a fim de ensinar a língoa Franceza aos nossos Portuguezes; porém todas com alguma infelicidade. A do grande Lima he Antiga, e extensa [...] porém todas estas faltas verás agora corregidas nesta Arte, da qual não digo mais, porque o teu mesmo sufrágio será o seu elogio (GINIÃO, 1766, Prefácio).

Buscando reparar os erros do passado cometidos pelos estudiosos do ensino de francês, a gramática bilíngue português-francês da Officina de António Ginião apresenta seus conteúdos de ensino divididos em cinco capítulos, sendo eles: “Capítulo I. Regras da Ortografia, e Pronunção Franceza. Dos accentos, e figuras da Orthografia Franceza; Da pontuação; Das Vogaes simples; Dos Dithongos; Das consoantes; Do modo de lêr. Capítulo II. Das partes do discurso. Do nome Substantivo, e Adjectivo; Do Gênero; Do Numero; Do Caso; Do Artigo; Dos Pronomes; Dos grãos da Comparação; Das declinaçoens dos nomes. Capítulo III. Das propriedades do Verbo. Capítulo IV. Diálogos familiares; Capítulo V. De alguns Provérbios Franceses” (GINIÃO, 1766, Prefácio).

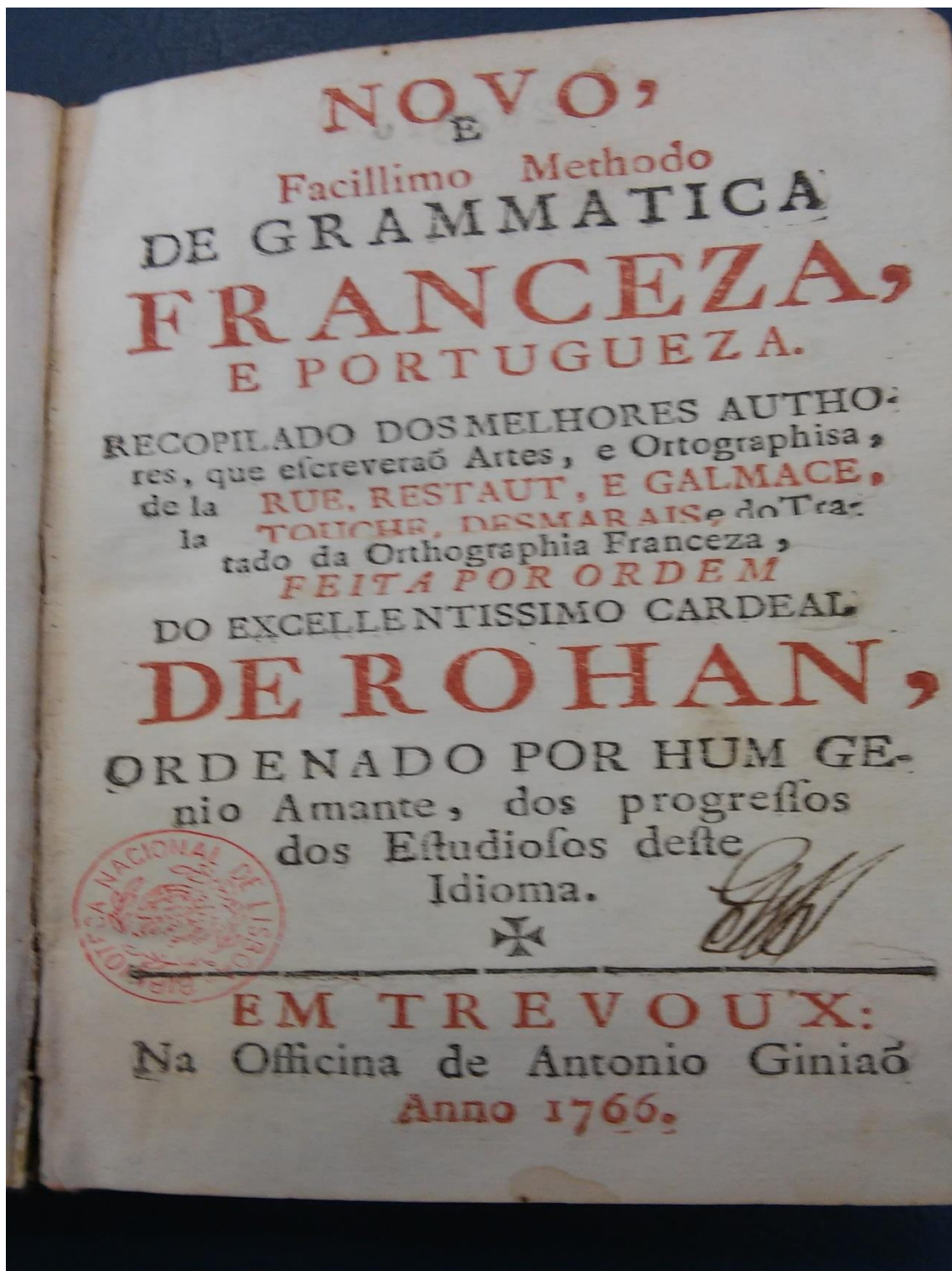


Ilustração 05 - Capa de compêndio de ensino de francês publicado em 1766. Fonte: GINIÃO, António. *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portuguesa, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Ortographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma.* Trevoux: Off. De António Ginião, 1766.

Percebemos expresso, tanto no prólogo da obra como no corpo de seu texto, nos exemplos de aplicação das regras gramaticais, o caráter instrumental atribuído ao ensino de francês, ratificando, dessa forma, sua hegemonia como conhecimento indispensável na construção do cristão útil.

Fico esperando, que te appliques a tua lição com aquelle cuidado, e deligencia, que se precisa para formar hum homem util ao Rey, e ao Estado por meyo da língoa Franceza, a qual he geralmente reconhecida em toda a Europa por thesouro, em que se achão depositadas as riquezas de toda erudição (GINIÃO, 1766, Prólogo).

A esta altura, em 1766, a Reforma Pombalina já havia lançado suas implicações na educação brasileira, modernizando o Estado português na tentativa de competir com as nações estrangeiras. Para a “luz pública” da instrução portuguesa a que se refere o *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza*, a “língua Franceza” assumiu o papel de veículo de acesso a este universo de saberes e de erudição da cultura francesa numa espécie de linguagem de admissão à modernidade (GINIÃO, 1766, Prefácio).

3.2.5 *Éléments De La Grammaire Française*, de M. Lhomond.

Com aprovação e privilégios do rei da França e de Navarra, Luís XVI (1754 – 1793), é publicada em Paris, no ano de 1780, a primeira edição de *Éléments De La Grammaire Française*, de M. Lhomond (1727 – 1794) (LHOMOND, 1780). Segundo as notas que introduzem a obra, seu autor, o padre Charles François Lhomond, um pedagogo e estudioso da gramática francesa, havia sido nomeado professor emérito da Universidade de Paris, uma das mais importantes instituições de ensino do continente europeu, no momento de publicação da obra.

Éléments De La Grammaire Française foi considerado apropriado ao público por “facilitar aos jovens leitores o essencial conhecimento dos princípios de sua língua materna” (LHOMOND, 1780, Prefácio, tradução nossa). A Carta de Privilégio, documento real que autorizava a publicação de obras impressas na França, permitia a impressão ilimitada do manual bem como a sua venda em todo o reino francês. Neste documento, o possível empréstimo da obra ou de seus trechos para a publicação por terceiros era proibido ao autor,

sob pena de redução dos privilégios, segundo os Artigos IV e V de *l'Arrêt Du Conseil*⁴⁹ de 30 agosto de 1777.

Desejamos que ele desfrute do efeito do presente Privilégio, para ele e seus herdeiros em perpetuidade; desde que ele não a empreste a ninguém; e se, no entanto, ele achar por bem fazê-lo, será registrado na *Chambre Syndicale de Paris*, a pena de anulação, tanto do Privilégio como do empréstimo; e então pelas partes registradas, a duração do presente Privilégio será reduzida ao tempo de vida do seu Expositor, ou para dez anos a contar de hoje, se o Expositor morrer antes do termo desses dez anos⁵⁰ (LHOMOND, 1780, p. 90, tradução nossa).

O documento ainda exigia uma boa qualidade de impressão da obra, devendo a edição ser feita em “bom papel e em bom aspecto” sob pena de perda dos Privilégios reais (LHOMOND, 1780, Prefácio, tradução nossa). O destino da publicação também vinha expresso na carta real: um exemplar deveria ser entregue ao Procurador Armand Thomas Hue de Miromesnil e outro ao Chanceler René Nicolas Charles Augustin de Maupeou. Dois exemplares também deveriam ser ofertados à Biblioteca Pública da França, indo um volume para a Biblioteca do Chateau du Louvre (LHOMOND, 1780, Prefácio, tradução nossa).

Em seu curto prefácio, são descritos de forma bastante suscinta o objetivo da obra e a composição de sua estrutura. Um plano para o ensino de francês é traçado e a experiência de vinte anos na instrução pública dão à M. L'Homond um discurso mais que autorizado pela prática. Com um texto de exaltação do estudo da língua materna baseado nos princípios da Gramática definida aqui como a arte de falar e escrever corretamente a Língua Francesa, o ensino de francês é defendido como uma disciplina auxiliar para o estudo das demais ciências.

É pela Língua materna que devem começar os estudos, diz M. Rollin. As crianças compreendem mais facilmente os Princípios da Gramática quando eles os veem aplicados à uma Língua que eles já entendem e este conhecimento serve como uma introdução às Línguas antigas que se deseja ensinar⁵¹ (LHOMOND, 1780, Prefácio, tradução nossa).

⁴⁹*L'Arrêt Du Conseil* é qualquer decisão tomada no Conselho de Estado da França.

⁵⁰Texto original: «Voulons qu'il jouisse de l'effet du présent privilege, pour lui & fes hoirs à perpétuité, pourvu qu'il ne le rétrocede à personne; & fi cependant il jugeoit à propos d'en faire une ceffion, ele qui la contiendra fera enregiftré en la Chambre Syndicale de Paris, a peine de nullité, tant du Privilege que de la Ceffion; & alors par Le feus fait de la Ceffion enregistree, la durée du présent Privilege fera réduite à celle de La vie de l'Exposant, ou a celle de dix années à compter de ce jour, si l'Exposant decede avant l'expiration def dites dix années» (LHOMOND, 1780, p. 90).

⁵¹Texto original: «C'est par la Langue maternelle que doivent commencer les Etudes, dit M. Rollin. Les Enfants comprennent plus aifément les Principes de La Grammaire, quand ils les voient appliqués à une Langue qu'ils entendent déjà, & cette connoiffance leur fert comme d'introduction aux Langues anciennes qu'on veut leur enseigner» (LHOMOND, III, 1780).

É L É M E N S
DE LA
GRAMMAIRE FRANÇOISE,

PAR M. LHOMOND,
Professeur-Emérite en l'Université de Paris.

Prix 15 sols, relié en parchemin.



A PARIS;
Chez COLAS, Libraire, place de Sorbonne, attenant
le Collège de Cluni.

M. DCC. LXXX.

Avec Approbation & Privilège du Roi.

O ensino das ciências modernas, bem como das línguas, em língua francesa, era posto então como um recurso pedagógico para o melhor aprendizado. As notas introdutórias da obra afirmam que seu conteúdo de ensino não foi, segundo seu autor, “simplificado” e sua apresentação é feita de maneira gradual, “como se introduz um líquido gota a gota em um vaso de gargalo estreito: se você derramar tudo de uma vez, o líquido escapará e nada entrará no vaso” (LHOMOND, III, 1780). Este modo de apresentação dos conteúdos de ensino, baseado numa progressão de nível ficou conhecido na modernidade como *modus parisiensis*⁵² (JULIÀ, 2001).

Assim, na introdução da obra são apresentados os elementos da fonética e da fonologia da Língua Francesa com um breve estudo do alfabeto francês. São analisadas nos capítulos subsequentes as regras e exceções muito bem exemplificadas, com frases e tabelas das dez espécies de palavras: o Substantivo, o Artigo, o Adjetivo, o Pronome, o Verbo, o Particípio, a Preposição, o Advérbio, a Conjunção, a Interjeição. À Ortografia dos Substantivos, Pronomes, Verbos e Advérbios e à Pontuação são dedicadas algumas páginas de explicação da regra, sua aplicação pelos exemplos e apresentadas também as exceções.

A boa avaliação de *Éléments De La Grammaire Française*, conferida pelas autoridades reais, lhe garantiu uma rápida e eficiente circulação nos núcleos intelectuais europeus. Nestes espaços de saber, o discurso da utilidade do ensino de francês decorreu das necessidades e dos imperativos de uma cultura de educação científica que levava seus aprendizes “às mais altas funções da indústria e do exército” (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 165).

3.2.6 *Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française*, de Étienne Bonnot de Condillac.

Também em Paris, ainda no século dezoito, mais precisamente em 1798, foi publicada *Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française*, de Étienne Bonnot de Condillac (1714 – 1780). Destinada para servir às *Écoles Centrales* da França – instituições com programas de

⁵²“O período moderno e contemporâneo vê instaurar-se a mudança decisiva dos cursos em classes separadas: cada uma delas marca uma progressão de nível. De início, utilizado pelos Frades da Via Comum dos Países Baixos, o sistema foi retomado pela Universidade de Paris, de onde seu nome *modus parisiensis*” (JULIÀ, 2001, p. 14, grifo do autor).

reconhecido prestígio na formação em engenharia –, esta obra consagrou-se como uma referência para o ensino de francês na instrução de engenheiros e topógrafos das principais instituições de ensino da Europa.

Em seu prefácio, os feitos iluministas nos estudos elementares são lembrados no contexto de transformação ideológica e pedagógica que vivia a Europa. Assim, são reconhecidas as contribuições dadas pelos filósofos de Port-Royal no desenvolvimento da ciência da linguagem⁵³, campo de pesquisa para Condillac ainda bastante amador. Referindo-se aos filósofos de Port-Royal, que buscavam articular língua e razão, no sentido iluminista do termo, e que trabalhavam num plano de estabelecimento dos princípios gerais ou particulares de cada idioma, ele afirmou que “esta luz, é certo, era fraca ainda, mas é com eles que nós começamos a ver”⁵⁴ (CONDILLAC, 1798, p. 3, tradução nossa). Essa lucidez era representada pela instrução que se iniciava com o estudo da gramática, considerada a primeira parte da arte de pensar. Segundo Condillac, “Para descobrir os princípios da linguagem, é necessário observar como nós pensamos: é preciso procurar estes princípios na própria análise do pensamento” (CONDILLAC, 1798, p. 4, tradução nossa)⁵⁵.

Considerando a Gramática como um método analítico de estudos, o autor então propôs com esta obra uma pesquisa das regras gramaticais por meio da análise do discurso e dos elementos do discurso. A primeira parte do compêndio traz para reflexões os seguintes temas:

Da linguagem de ação; Considerações gerais sobre a formação das Línguas e seu progresso; Em que consiste a arte de analisar nossos pensamentos; Quantos sinais artificiais são necessários para quebrar as operações da alma, dando-nos idéias distintas; Com quais métodos deve-se utilizar os sinais artificiais para ser idéias distintas de todos os tipos; As Línguas consideradas como métodos analíticos; Como a linguagem de ação divide o pensamento; Como as línguas, no início, analisam o pensamento; Como é que a análise do pensamento formado e aperfeiçoado na língua; Como o discurso é dividido em proposições principais, subordinadas, incidentes, em frases e em períodos; Análise da Proposição; Análise dos termos da proposição; Continuação da mesma matéria, ou análise do Verbo; Algumas expressões que foram colocadas entre os elementos do discurso e, em aparência simples,

⁵³Para mais informações ler **Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas** (GONÇALVES, 2006).

⁵⁴Texto original: «Cette lumière, il est vrai, étoit foible encore, mais enfin c'est avec eux que nous avons commencé à voir [...]» (CONDILLAC, 1798, p. 3).

⁵⁵Texto original: «Pour découvrir les principes Du langage, il faut donc observer comment nous pensons: Il faut chercher es principes dans l'analyse même de la pensée» (CONDILLAC, 1798, p. 4).

são, na verdade, expressões compostas, equivalentes à vários elementos⁵⁶. (CONDILLAC, 1798, Prefácio, tradução nossa).

Assim, são elencados os “sinais” oferecidos pelas línguas para que seja feita a análise do pensamento. Em seguida são apresentados os elementos que compõem a linguagem e as regras comuns a todas as línguas. Estes elementos da linguagem são analisados na segunda parte da obra que é dividida em:

Os Substantivos; Os Adjetivos; Os Numerais; Os Gêneros; Observações sobre a maneira como concorda-se em gênero e em número os Adjetivos e os Substantivos; O verbo; Os nomes de pessoas consideradas como agentes de uma proposição; Os Tempos Verbais; Os Modos Verbais; As Conjugações Verbais; As formas compostas com os verbos auxiliares Ser ou Haver; Observações sobre os Tempos Verbais; As Preposições; Os Artigos; Os Pronomes; O emprego de nomes de pessoa; Os Adjetivos possessivos; Os Adjetivos demonstrativos; Os Adjetivos conjuntivos; Os participípios do presente; Os participípios do passado; As conjunções; Os Advérbios; As interjeições; A Sintaxe; As construções⁵⁷ (CONDILLAC, 1798, Prefácio, tradução nossa).

Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française é escrito em uma linguagem coloquial, em um francês de fácil compreensão, construído com vocábulos do convívio social. Esta era uma postura pedagógica recomendada por Condillac, que buscava com isso uma maior assimilação pelo alunato da exposição dos conteúdos, pela clareza da linguagem utilizada na preleção. Buscando a eficiência na comunicação, foram banidos do texto da obra os termos técnicos que

⁵⁶Texto original: «Du langage d’action; Considérations générale sur La formation des Langues et sur leurs progrès; Em quoi consiste l’art d’analyser nos pensées; Combien les signes artificiels sont nécessaires pour décomposer lés opérations de l’âme, et nous en donner des idées distinctes; Avec quelles méthodes on doit employer les signes artificiels pour se faire des idées distinctes de toute espèce; Les langues considérées comme autant de méthodes analytiques; Comment le langage d’action décompose la pensée; Comment les langues, dans les commencemens, analysent la pensée; Comment se fait l’analyse de la pensée dans les langues formées et perfectionnées; Comment le discours se décompose en propositions principales, subordonnées, incidentes, en phrases et en périodes; Analyse de la Proposition; Analyse des termes de la proposition; Continuation de la même matière, ou analyse du Verbe; De quelques expressions qu’on a mises parmi les élémens du discours, et qui, simples en apparence, sont, dans le vrai, des expressions composées, equivalentes à plusieurs éléments» (CONDILLAC, 1798, Prefácio, tradução nossa).

⁵⁷Texto original: «Des Noms Substantifs; Des Adjectifs; Des Nombres; Des Genres; Observations Sur La Manière Dont On Accorde, En Genre Et En nombre, Les Adjectifs Avec Les Substantifs; Du Verbe; Des Noms Des Personnes Considérés Comme Sujets D’une Proposition; Des Temps; Des Modes; Des Conjugaisons; Des Formes Composées Avec Les Auxiliaires Être Ou Avoir; Observations Sur Les Temps; Des Prepositions; De l’Article; Des Pronoms; De L’emploi Des Noms De Personne; Des Adjectifs Possessifs; Des Adjectifs Démonstratifs; Des Adjectifs Conjonctifs; Des Participes Du Présent; Des Participes Du Passé; Des Conjonctions; Des Adverbes; Des Interjections; De La Syntaxe; Des Constructions» (CONDILLAC, 1798, Prefácio, tradução nossa).

exigem do discente um conhecimento para além dos ensinamentos da gramática, salvo quando necessários à compreensão do tema abordado.

P R I N C I P E S
G É N É R A U X
D E G R A M M A I R E

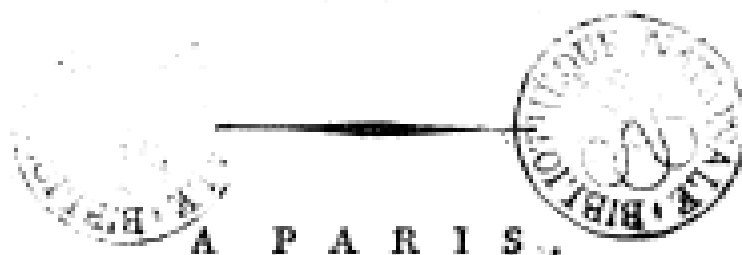
POUR TOUTES LES LANGUES,

Avec leur application particulière à la
langue française ;

P A R C O N D I L L A C.

Pour servir aux Écoles Centrales.

NOUVELLE ÉDITION.



Chez A. J. Desoign, Libraire, Rue et Hôtel Serpente.

AN VI DE LA RÉPUBLIQUE.

Ilustração 07 - Capa de compêndio de ensino de francês publicado em 1798. (CONDILLAC, 1798). Fonte: <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb35153694t>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Com isso, percebemos que o ensino de francês proposto pela obra de Condillac herda do Iluminismo seu objetivo pragmático estando baseada na concepção utilitarista de educação, cara a Diderot, segundo a qual a instrução pública deveria adaptar o ensino de cada aluno a sua futura profissão. Destinada para a instrução de engenheiros e topógrafos, o ensino de francês sugerido por este compêndio pode ser visto como uma “ginástica do espírito”, configurando-se, assim como o ensino de outras línguas, em um “curso de lógica tão natural, tão bem apropriado ao maior número de inteligências que, para a maior parte dos alunos, nada a substituirá” (CHERVEL; COMPÈRE, 1999, p. 156 – 157).

3.2.7 *Manuel Des Amateurs De La Langue Française*, de Alexandre Boniface.

No ano de 1813 foi publicado em Paris *Manuel Des Amateurs De La Langue Française, Contenant Des Solutions Sur L'étymologie, L'orthographe, La Prononciation, La Synonymie Et La Syntaxe*, de Alexandre Boniface (1790 – 1841), professor do Instituto M. Dubois, membro da Academia Céltica e da Sociedade Gramatical e um dos mais importantes divulgadores dos princípios pedagógicos de Pestalozzi. Para a realização desta obra Boniface contou com a colaboração de uma equipe numerosa de estudiosos da linguagem por ele dirigida. No grupo de pesquisadores figuraram estudiosos como Ballin, Butet, C. P. Chapsal, Dubroca, L. Dubois, Gobert, Jacmard, E. Johanneau, A. Lemare, Ledru, Pastelot, Perrier, Sallentin, Thiard e Vanier.

A extensa introdução da obra foi assinada pelo seu autor, que logo de início adverte o leitor sobre a forma como toma o conteúdo de ensino e como ele nos é apresentado. Com uma exposição do conteúdo gramatical bastante original, a obra apresenta-se como uma compilação de artigos científicos intitulados por frases quase sempre na forma interrogativa. As dúvidas dos falantes sobre o bom uso da língua francesa de referência estruturam artigos que pensam a gramática, a norma. Boniface já em sua introdução afirmava que “esta obra será útil ao gramático, ao homem de letras”⁵⁸, ou seja, aos interessados em questões sobre a língua (BONIFACE, 1813, p. 3). Assim, para falar sobre a flexão em gênero dos substantivos

⁵⁸ Texto original: «Cet ouvrage sera utile au grammairien, à l'homme de lettres» (BONIFACE, 1813, p. 3).

terminados em *eur* o autor usa como título da seção a seguinte pergunta: “Qual é a formação do feminino dos substantivos em *eur*, e qual é o seu emprego?” (BONIFACE, 1813, p. 8)⁵⁹.

Dos mais de cem artigos sobre a língua francesa um em especial, intitulado “História da pronúncia francesa, suas diversas vicissitudes até os nossos dias, seu gênio e necessidade de se estudar as regras”, assinado por Dubroca, tem a história da língua francesa como objeto de reflexão (BONIFACE, 1813, p. 59)⁶⁰. Variados temas sobre o uso da língua francesa guiam a construção da obra sendo eles:

Uma solução para a sintaxe; Resenha de uma gramática ou um memorando sobre as dificuldades de uma língua; A etimologia de uma palavra ou a origem de um provérbio; A diferença entre várias palavras ou entre várias expressões; Respostas sobre questionamentos sobre a sintaxe, ortografia e pronúncia; Uma anedota gramatical ou um pedaço de verso sobre a língua; Um extrato em verso ou em prosa dando lugar ao desenvolvimento de uma regra gramatical⁶¹ (BONIFACE, 1813, p. 2, tradução nossa).

Epígrafes introduzem os capítulos da obra sendo a produção literária europeia tomada como um recurso didático para as explicações teóricas. Por meio de extratos da ficção literária são tecidas ponderações acerca, por exemplo, da regência verbal do verbo *commencer* (começar). Na passagem a seguir um trecho da obra de ficção *Phèdre*, de Racine, publicada em 1677 é usada como exemplo para ilustrar a regência de um verbo.

COMMENCÉ À, COMMENCÉ DE.

Commencer à designa uma coisa que terá progresso, de aumento. O relâmpago começa a roncar. *Commencer de* é próprio de uma ação terminada que terá duração. Desde que eu comecei a quebrar o silêncio. **RACINE, Phèdre.**

Dizemos de uma criança: Ele começa a falar, a andar; e de um orador: Ele começa a falar às quatro horas e acaba somente às seis.”⁶² (BONIFACE, 1813, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

⁵⁹Texto original: «Quelle est la formation du féminin des substantifs en eur, et quel en est l’emploi?» (BONIFACE, 1813, p. 8).

⁶⁰Texto original: «Histoire de la prononciation française, ses diverses vicissitudes jusqu’à nos jours, son génie, et nécessité d’en étudier les règles» (BONIFACE, 1813, p. 59).

⁶¹Texto original: «Une solution sur la syntaxe; L’examen d’une grammaire, ou un mémoire sur une des difficultés de la langue; L’étymologie d’un mot et l’origine d’un proverbe; La différence entre plusieurs mots ou entre plusieurs expressions; Des réponses aux questions proposées sur la syntaxe, l’orthographe et la prononciation; Une anecdote grammaticale ou une pièce de vers sur la langue; Un morceau em vers ou en prose donnant lieu au développement d’une règle de grammaire» (BONIFACE, 1813, p. 2).

⁶²Texto original: «COMMENCÉ À, COMMENCÉ DE. *Commencer à* designe une chose qui aura du progrès, de l’accroissement: La foudre *commence à* gronder. *Commencer de* est propre à une action complète qui aura de la durée. Puisque j’ai *commencé de* rompre le silence. RACINE, Phèdre. On dit d’un enfant: Il *commence à* parler, à marcher; et d’un orateur: Il *commence de* parler à quatre heures, et ne finit qu’à six» (BONIFACE, 1813, p. 3).

Chervel e Compère (1999), ao pensarem sobre a escalada do poder da língua francesa no ensino, afirmavam que ainda na virada do século XVII para o XVIII foi iniciado o processo de constituição de um corpo de autores franceses para uso da juventude escolar, ou seja, de cânones escolares. Dessa maneira,

O primeiro ponto essencial a destacar é a constituição, na virada do século XVII para o XVIII, de um corpo de autores franceses, para uso da juventude escolar, que contivesse textos deliberadamente criados para esse fim (*Ester*, *Athalie* de Racine; *As aventuras de Telêmaco*, os *Diálogos dos Mortos* de Fénelon, o *Discurso sobre a História Universal* de Bossuet) ou criados com outras intenções (as fábulas de La Fontaine, os *Caracteres* de La Bruyère, os sermões e as orações fúnebres de oradores religiosos) (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 156 – 157, grifo do autor).

A literatura, pelo seu poder catártico, foi empregada como recurso didático no ensino de francês buscando através dela uma instrução prazerosa, como abaixo descrito:

Espero que neste Manual o leitor encontre juntos a diversão e a instrução: vários exemplos, extratos retirados dos melhores autores vêm sempre para apoiar as regras que eu dou; isto acontecerá com os bons escritores do grande século bem como com os de hoje, que estudará a sua língua. Tal é o curso indicado por nossos primeiros gramáticos: O melhor código gramatical, disse Lévizac, se encontra nos grandes escritores de uma nação (BONIFACE, 1813, p. 3, tradução nossa)⁶³.

Privilegiando questões relativas à comunicação, este modelo de ensino de francês baseava-se no conhecimento realista, ou também chamado enciclopédico, fundado no estado mais completo dos conhecimentos (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 165).

⁶³Texto original: «J'ose croire que dans ce Manuel le lecteur trouvera unis le plaisir et l'instruction: plusieurs exemples, extraits des meilleurs auteurs, viennent toujours à l'appui des règles que je donne; ce sera donc dans les bons écrivains du grand siècle, et dans ceux de nos jours, qu'il étudiera sa langue. Telle est la marche indiquée par nos premiers grammairiens: Le meilleur code gramatical, dit Lévizac, se trouve dans les grands écrivains d'une nation» (BONIFACE, 1813, p. 3).

1321.

H. ~~1813~~

MANUEL
DES AMATEURS
DE LA LANGUE FRANÇAISE,

CONTENANT DES SOLUTIONS SUR L'ÉTYMOLOGIE, L'ORTHOGRAPHE,
LA PRONONCIATION, LA SYNONYMIE ET LA SYNTAXE.

PAR A. BONIFACE,

ENSEIGNER A L'INSTRUCTION DE M. DUBOIS; MEMBRE DE L'ACADÉMIE CRITIQUE,
ET DE LA SOCIÉTÉ GRAMMAICALE;

ET PAR PLUSIEURS GENS DE LETTRES.

Toutant toute ma méthode en exemples, je ne vous
donne point d'autres règles pour bien écrire, que les
livres qui sont bien écrits. J. J. ROUSSEAU.

NUMÉRO 1 : 12 (1813)

CHEZ { L'AUTEUR, rue de la Planché, n^o. 13;
LE NORMANT, rue de Scinté, n^o. 8, F. S. S.
PÉRISSÉ et COMPÈRE, quai des Augustins, n^o. 47;
Alex. JOUBANEAU, rue du Coq S. Honoré, n^o. 6;
Et chez les principaux libraires des départements.

NOTA. Les mémoires et les questions seront adressés
francs de port à l'auteur, rue de la Planché, n^o. 13.

PARIS,
LE NORMANT, IMPRIMEUR-LIBRAIRE.

~~Paris~~

1813.

3.2.8 *Abrégé de la Grammaire Française Méthodique et Raisonnée*, de Boniface

A posição de editor da gramática de Lhomond, bem como o sucesso obtido na publicação de sua primeira obra⁶⁴ garantiram à Boniface o lançamento, em 1836, de um manual de ensino de gramática francesa que funcionaria como uma espécie de resumo dos temas próprios da língua. Publicada em Paris, a obra atingiu de 1838 à 1872, a marca de seis reimpressões, sendo analisada por nós a sua primeira publicação, do ano de 1836. Reconhecida pela crítica como obra de referência, seu método de ensino foi adotado pelo Conselho Real da Universidade, pelas classes elementares das Faculdades e pelas Escolas Primárias e Normais da França.

Como sugere seu título, *Abrégé de la Grammaire Française Méthodique et Raisonnée* é um manual resumido do primeiro compêndio assinado por Boniface, já adotado nas classes superiores. As notas do prefácio, assinadas pelo seu autor, orientam o leitor quanto à apresentação da obra. Boniface buscou reunir “[...] as principais regras gramaticais que são muito frequentemente expostas na maior parte das obras desse gênero” (BONIFACE, 1836, p. VI)⁶⁵

A metodologia utilizada para a exposição do conteúdo de ensino segue as orientações do método racional. Esse método tem como ponto de partida a observação da realidade dos fatos, ou a aceitação de certas proposições evidentes, princípios ou axiomas, para que, por meio da dedução ou indução, em virtude de exigências unicamente lógicas e racionais seja realizada a análise desses fatos. Boniface, na introdução de sua obra, o define da seguinte maneira:

[...] Eu começo citando um ou mais exemplos, onde a regra encontra-se aplicada e nas quais devemos de início chamar a atenção do aluno para que ele possa, com uma pequena ajuda, no entanto, deduzir ele mesmo a regra seguinte, e então ele compreenderá tudo melhor (BONIFACE, 1836, p. VI, tradução nossa)⁶⁶.

O professor, sendo o guia da discussão sobre a aplicação da regra gramatical, deveria

⁶⁴*Grammaire Française Méthodique et Raisonnée*, primeiro compêndio de Boniface publicado pela primeira vez em 1829 e atingindo a marca de 19 reimpressões até o ano de 1873.

⁶⁵ Texto original: «[...] des principales règles, qui sont trop succinctement exposées dans la plupart des traités du même genre» (BONIFACE, 1836, p. VI).

⁶⁶ Texto original: «[...] Je commence par citer un ou plusieurs exemples, où la règle se trouve appliquée, et sur lesquels on doit d’abord appeler l’attention de l’élève, afin qu’il puisse, avec un peu d’aide cependant, en déduire lui-même la règle qui suit, et qu’alors il comprendra d’autant mieux» (BONIFACE, 1836, p. VI).

despertar no aluno a atenção para exemplos⁶⁷ de frases curtas e objetivas por ele expostas. Estas frases configuram-se como o norte da proposta de trabalho da aula, devendo ser, em seguida, elaboradas questões sobre a gramaticidade do exemplo analisado. À provocação do professor deveriam ser produzidas respostas pelos alunos. A leitura e a memorização da frase utilizada como exemplo era parte importante da aula sendo encerrada a lição com a aplicação de exercícios com um certo grau de dificuldade buscando, com isso, a mais rápida compreensão do conteúdo de ensino exposto.

Outra característica bastante peculiar da obra é a diagramação de seu texto. Os parágrafos são todos enumerados com o objetivo de favorecer uma rápida consulta de qualquer tópico gramatical pelo professor e pelos alunos. Tomemos como exemplo o estudo sobre os verbos terminados em *eler* e em *éter*. Observe no trecho que segue um modelo de apresentação do conteúdo bem como a atividade proposta:

4° *Verbos em eler e em eter.*

144. – *Epelle, épelons, épelez, j'épellerai.*

Jette, jetons, jetez, je jetterai.

Em verbos terminados com o infinitivo em *eler* e em *éter* como *épeler, jeter*, dobra-se o *l* e o *t* antes do *e* mudo: *épelle, jette*.

São exceções *acheter, bourreler, déceler, geler, harceler* e *peler*, que ganham um acento grave: *j'achète*, etc.

Vamos conjugar: *acheter, cacheter, ficeler, geler* (BONIFACE, 1836, p. 50, tradução nossa)⁶⁸

O substantivo, o adjetivo, o pronome, o verbo e todas as classes gramaticais invariáveis são estudadas segundo a sua classificação morfológica e como parte constitutiva de um discurso. Boniface buscava com isso apresentar os domínios da sintaxe insistindo na

⁶⁷O corpus ilustrativo da obra é constituído de exemplos forjados, elaborados para a gramática, não sendo utilizados extratos de textos literários.

⁶⁸Texto original: «4° *Verbes en eler et en eter.*

144. – *Epelle, épelons, épelez, j'épellerai.*

Jette, jetons, jetez, je jetterai.

Dans les verbes terminés à l'infinitif en *eler* et en *eter*, comme *épeler, jeter*, on double l'*l* et le *t* avant un *e* muet: *épelle, jette*.

Sont exceptés *acheter, bourreler, déceler, geler, harceler* et *peler*, qui prennent un accent grave: *j'achète*, etc.

On fera conjuguer: *acheter, cacheter, ficeler, geler*» (BONIFACE, 1836, p. 50).

posição determinante de uma análise baseada na construção de um modelo explicativo do funcionamento da língua no qual o exercício era prática indispensável.

Assim, os “Conteúdos explícitos e baterias de exercícios constituem então o núcleo da disciplina” e a inversão de papéis sugerida pela obra, mesmo que momentânea, entre o professor e o aluno no instante da atividade em sala de aula, constitui o elemento fundamental desse interminável diálogo de gerações que se opera no interior da escola (CHERVEL, 1990, p. 204).



Ilustração 09 - Capa de compêndio de ensino de francês publicado em 1836. (BONIFACE, 1836). Fonte: < <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126551p> > . Acesso em 27 jul. 2015.

Quadro 2 – Catálogo dos compêndios de francês analisados (1647 – 1836)

Referência: VAUGELAS. **Remarques Svr La Langve Française Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire.** Paris: Pierre Le Petit, Imprimeur&Libraire ordinaire Du Roy, 1647.

Título: *Remarques Svr La Langve Française Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire.*

Autor: VAUGELAS, Claude Favre de (1585-1650)

Ano da Primeira Edição: 1647

Número de Volumes: 2

Editora/ Editor/ Livreiro: Vve J. Camusat et P. Le Petit

Local de Publicação: Paris

Língua: Francês

Finalidade do ensino de francês: Sem preocupação normativa. Registro do uso da língua.

Número de Páginas: 670 p.

Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Réserve des livres rares, RES-X-917.

Site: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31548981f>.

Referência: LA TOUCHE, Pierre de. **L'art De Bien Parler François.** Amsterdam: Chez Henri Desbordes, 1696.

Título: *L' Art De Bien Parler François.*

Autor: LA TOUCHE , Pierre de (16..-1730)

Ano da Primeira Edição: 1696

Número de Volumes: 2

Editora/ Editor/ Livreiro: Wetsteins et Smith

Local de Publicação: Amsterdam

Língua: Francês

Finalidades do ensino de francês: Instrumental.

Número de Páginas: 322 p.

Fonte: Bibliothèque Nationale de France

Site: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37228251g>.

Referência: LIMA, Luiz Caetano de. **Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portugueza, Regulada Pelas Notas E Refflexoes Da Academia De França.** Lisboa: Joseph da Costa Coimbra, 1756.

Título: *Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portugueza, Regulada Pelas Notas E Refflexoes Da Academia De França, parte I.*

Autor: LIMA, Luiz Caetano de. (1671-1757)

Ano da Primera Edição: 1710

Número de Volumes: 2

Editora/ Editor/ Livreiro: Joseph da Costa Coimbra

Local de Publicação: Lisboa

Língua: Português

Finalidades do ensino de francês: Instrumental. Utilitarista.

Número de Páginas: 297 p.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Site: <http://books.google.com>.

Referência: GINIÃO, António. **Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portuguesa, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Orthographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma.** Trevoux: Off. De António Ginião, 1766.

Título: *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portuguesa, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Orthographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma*

Autor: Officina De António Ginião

Ano da Primera Edição: 1766

Número de Volumes: 1

Editora/ Editor/ Livreiro: Off. De António Ginião

Local de Publicação: Trevoux

Língua: Português

Finalidades do ensino de francês: Instrumental.

Número de Páginas: 342 p.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Site: Acesso restrito

Referência: LHOMOND, Charles François. **Éléments De La Grammaire Française.** Paris: Chez Colas, 1780.

Título: *Éléments De La Grammaire Française*

Autor: LHOMOND, Charles François (1727-1794)

Ano da Primeira Edição: 1780

Número de Volumes: 1

Editora/ Editor/ Livreiro: Chez Colas

Local de Publicação: Paris

Língua: Francês

Finalidades do ensino de francês: Instrumental.

Número de Páginas: 92 p.

Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, X-10609.

Site: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30814471j>.

Referência: CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Principe Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française.** Paris: Chez A. J. Du cour Libraire, 1789.

Título: *Principes généraux de grammaire pour toutes les langues: avec leur application particulière à la langue française.*

Autor: Condillac, Étienne Bonnot de (1714 – 1780)

Ano da Primeira Edição: 1798

Número de Volumes: 1

Editora/ Editor/ Livreiro: A. J. Ducour

Local de Publicação: Paris

Língua: Francês

Finalidades do ensino de francês: Instrumental.

Número de Páginas: 369

Fonte: Bibliothèque nationale de France, 215

Site: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb35153694t>.

Referência: BONIFACE, Alexandre. **Manuel Des Amateurs De La Langue Française, Contenant Des Solutions Sur L'étymologie, L'orthographe, La Prononciation, La Syntaxe, Par A. B. Et Par Plusieurs Gens Sur Les Lettres.** Paris: Lenormant, 1813.

Título: *Manuel des amateurs de la langue française, contenant des solutions sur l'étymologie, l'orthographe, la prononciation, la syntaxe.*

Autor: BONIFACE, Alexandre (1790 – 1841)

Ano da Primeira Edição: 1813

Número de Volumes: 1

Editora/ Editor/ Livreiro: Lenormant

Local de Publicação: Paris

Língua: Francês

Finalidades do ensino de francês: Instrumental, utilitarista. Conhecimento enciclopédico.

Número de Páginas: 390 p.

Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, X-13387

Site: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126584n>.

Referência: BONIFACE, Alexandre. **Abrégé De La Grammaire Française Méthodique Et Raisonnée. Adoptée Par Le Conseil Royal De L'Université, Pour Les Classes Élémentaires Des Colléges Et Les Écoles Primaires Et Normales.** Paris: Imprimerie et Librairie Classiques de Jules Delalain, 1836.

Título: *Abrégé De La Grammaire Française Méthodique Et Raisonnée. Adoptée Par Le Conseil Royal De L'Université, Pour Les Classes Élémentaires Des Colléges Et Les Écoles Primaires Et Normales.*

Autor: BONIFACE, Alexandre (1790 – 1841)

Ano da Primeira Edição: 1836

Número de Volumes: 1

Editora/ Editor/ Livreiro: Delalain

Local de Publicação: Paris

Língua: Francês

Finalidades do ensino de francês: Instrumental.

Número de Páginas: 170 p.

Fonte: Source : Bibliothèque nationale de France, département Littérature et art, X-9913

Site: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126551p>.

Com isso, ao término da análise dos conteúdos de ensino apresentados pelos oitos compêndios de francês elencados para pesquisa, observamos uma única finalidade de ensino: a proposta utilitarista do ensino de francês como medida de uma política linguística do Estado iluminista. O francês, como língua do comércio e da diplomacia, assume um caráter instrumental, saber necessário para o exercício da função de oficial em missões de paz e guerra, servindo, portanto, aos propósitos do soberano.

No compêndio *Remarques Svr La Langve Françoise*, de Vaugelas, não houve uma preocupação no trabalho de normatização da língua. Contudo, a justificativa de seu ensino baseou-se na hierarquia social, sendo atribuído à corte francesa o mais alto prestígio linguístico, configurando-se, portanto, como conhecimento necessário para a instrução de todo nobre.

Para além da francofonia, em *L'art De Bien Parler François*, de Pierre De La Touche, o ensino de francês foi apresentado como um conhecimento necessário para a formação completa da nobreza sendo também levantadas neste compêndio questões sobre a gramatização, fornecendo, dessa maneira, elementos para a padronização do francês como matéria de ensino na qual são problematizadas regras de pronúncia e ortografia, por exemplo, saberes úteis no trabalho diplomático exercido pelos oficiais portugueses em missões no exterior.

Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Refflexoens Da Academia De França, de Luís Caetano de Lima, foi o mais antigo compêndio para o ensino de francês escrito em língua portuguesa por nós pesquisado. Sua natureza bilíngue é inovadora para o ensino de português da época que se vê auxiliado pelo francês. Seu conhecimento assume, portanto, um caráter utilitário quando de seu espaço como veículo de acesso aos códigos de modernidade exportados pela França.

A obra *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores*, publicada na oficina de António Ginião como uma compilação das produções da época sobre o ensino de francês para os falantes de língua portuguesa configura-se como recurso de censura de algumas metodologias para o ensino de línguas trazendo para as pesquisas em história do ensino de línguas um retrato das representações pedagógicas desta matéria de ensino.

O compêndio *Éléments De La Grammaire Française* defende o ensino de francês como disciplina auxiliar para o estudo das demais ciências, para além do ensino de português, configurando-se então como saber interdisciplinar que tem suas orientações baseadas no ensino da gramática.

Em *Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française*, de Étienne Bonnot de Condillac, as regras gramaticais definiram-se por meio da análise do discurso e dos elementos do discurso. Consagrando-se como uma referência para o ensino de francês na instrução de engenheiros e topógrafos das principais instituições de ensino da Europa, nesta obra o ensino de francês assume um objetivo pragmático adaptando a sua instrução a futura profissão do aluno, numa espécie de ensino de línguas para fins específicos.

Em *Manuel Des Amateurs De La Langue Française*, de Alexandre Boniface, a produção literária europeia foi tomada como um recurso didático para as explicações teóricas, iniciando o processo de constituição de um corpo de autores franceses para uso da juventude escolar, ou seja, de cânones escolares, privilegiando em sua maioria, questões relativas à comunicação. Também de Boniface é *Abrégé de la Grammaire Française Méthodique et Raisonnée*, obra na qual os conteúdos de ensino explícitos em quadros e os exercícios práticos ocupam o núcleo da disciplina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa sobre o processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil, buscamos apresentar suas representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais tomando como lócus de estudo a instrução militar oferecida pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro nos anos de vigência de seu primeiro Estatuto, ou seja, de 1810 a 1832.

A institucionalização do ensino de francês, como um processo, representou uma transformação da natureza de seu ensino, formalizando e universalizando suas regras de funcionamento. Partindo do pressuposto de que as medidas legislativas para a instrução do povo português no ministério pombalino funcionaram como ecos dos discursos iluministas na América portuguesa, observamos as representações e as finalidades políticas do ensino de francês no Brasil.

Do ponto de vista legislativo, a promulgação, pelo então Príncipe Regente, futuro rei D. João VI, da Carta de Lei de 1810, que lançou o Estatuto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, representou o início desse processo de oficialização do ensino de francês como matéria de ensino, como disciplina escolar. Para a instrução dos oficiais brasileiros, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi criada, sendo a primeira instituição de ensino de orientação militar a funcionar nas Américas e a terceira no mundo ocidental, tendo como antecedentes as instituições de ensino militar francesa e portuguesa, criadas em janeiro de 1751 e março de 1761, respectivamente. Em observação da estrutura de funcionamento e da proposta de currículo apresentados pela Escola Real Militar de Paris, percebemos a clara inspiração francesa na instrução de orientação militar portuguesa oferecida pelo Collegio Real dos Nobres de Lisboa, bem como no caso brasileiro, com a Academia Real Militar do Rio de Janeiro.

Pautada em parâmetros racionalistas e civilizatórios e confiantes no progresso garantido pelos avanços da ciência, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro tinha por finalidade a formação de oficiais de Artilharia, Infantaria e Cavalaria, abrangendo estas formações um curso teórico e prático de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, um curso de Engenharia e Ciências Militares, e um curso do que hoje se entende por Engenharia Civil. Partindo de uma formação do tipo científica, a educação proposta pela lei assumiu uma concepção utilitarista de ensino, adaptando a formação de cada aluno à sua futura profissão,

concepção de ensino muito anteriormente defendido por Diderot (CHERVEL, 1990, p.163). A Academia foi, portanto, criada como espaço de formação dos sujeitos políticos do Exército, qualificados para o exercício das funções consideradas vitais para o funcionamento da máquina administrativa portuguesa (ABREU, 2006). Buscava-se com esta instrução a construção de um novo tipo de homem capaz de elevar Portugal e seus domínios aos padrões de modernidade, com parâmetros baseados no ideal de civilização, do uso da razão, dos países europeus, sobretudo da França.

Dada a hegemonia da cultura erudita francesa, do comércio de seus livros, reflexo, entre outros fatores, de sua grande produção intelectual, bem como a resistência dos militares portugueses em partilharem com os oficiais no Brasil os manuais para a formação militar produzidos em Portugal, a utilização de obras escritas em francês e publicadas, em sua maioria, na França, era indicação de lei na Academia Real Militar do Rio de Janeiro até a reforma de seu Estatuto em 1832, situação paradoxal uma vez que D. João havia declarado guerra aos franceses quando de sua chegada ao Brasil. Entre muitos intelectuais franceses, a lei cita nomes como La Croix, Le Gendre e La Place como referências a serem utilizadas nos cursos teóricos das Ciências Matemáticas, Físicas, Naturais, Militares e de Engenharia. A finalidade eminentemente instrumental do ensino de francês se justificava então como meio de acesso a um conhecimento tido como científico e professorado.

Percebemos que as normas de ensino elaboradas para a Academia Real Militar do Rio de Janeiro tinham também por objetivo, definir os conteúdos a serem ensinados, sendo elaboradas com a finalidade de legitimar os saberes a serem transmitidos, bem como autorizar as práticas que possibilitassem a sua transmissão, buscando remodelar o comportamento da juventude nobre, numa profunda (trans)formação do caráter e das almas, configurando-se, desta sorte, como espaço institucionalizado da disciplina do corpo, da mente e do espírito. Com o objetivo pragmático de instrução de engenheiros e topógrafos, o ensino de francês proposto, uma espécie de “ginástica do espírito”, configurava-se, portanto, assim como o ensino de outras línguas, em um “curso de lógica tão natural, tão bem apropriado ao maior número de inteligências que, para a maior parte dos alunos, nada a substituirá” (CHERVEL; COMPÈRE, 1999, p. 156 – 157).

Contudo, as finalidades do ensino de francês não estavam forçosamente inscritas nos textos oficiais, não podendo este trabalho ter se baseado apenas nestes documentos que, supostamente, representariam a expressão sublimada da realidade pedagógica. (CHERVEL,

1990). O compêndio para o ensino de francês, tomado então como elemento agente de uma prática escolar e por meio do qual observamos as representações e finalidades pedagógicas e culturais propostas para instrução oferecida pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro no início do século XIX para o ensino de francês.

A estrutura do ensino de francês foi observada por meio da análise dos textos que introduzem as obras, geralmente assinados pelos seus autores e que trouxeram para nós reflexões sobre a língua francesa, bem como por meio da configuração de seus conteúdos de ensino que, de fato, alicerçaram as finalidades que lhes deram origem. Apesar da ausência de referências bibliográficas para o ensino de línguas no Estatuto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, os compêndios de francês selecionados para esta pesquisa eram adotados pelos programas de instrução das instituições de ensino mais renomadas da França, como as *Écoles Centrales*, o *Conseil de l'Université* e as *Écoles Normales*, estabelecimentos que serviam de parâmetro para as demais instituições de formação dos países ocidentais.

Os oito compêndios analisados foram lançados na Europa, em sua maioria na França, mas também em Portugal e Holanda, entre os anos de 1647 e 1836. Consideradas obras de sucesso no mercado editorial pelo grande número de edições lançadas, estes compêndios, em sua maioria, apresentam, como finalidade pedagógica, o conhecimento das normas gramaticais elaboradas pela elite linguística francesa representada pela nobreza. A obra de Vaugelas, publicada em 1647, foi o único compêndio por nós analisado que não apresentava uma preocupação em normatizar a língua francesa, sendo configurada apenas como um documento de registro do uso do francês oral nas cortes europeias.

Resguardada a única exceção, todos os compêndios estudados buscaram articular língua e razão, no sentido iluminista do termo. A gramática é então defendida como a primeira arte de pensar, pois “Para descobrir os princípios da linguagem, é necessário observar como nós pensamos: é preciso procurar estes princípios na própria análise do pensamento” (CONDILLAC, 1798, p. 4, tradução nossa)⁶⁹. Com uma exposição sistemática dos conteúdos de ensino de francês, estas obras construíram um modelo explicativo de funcionamento da língua francesa.

A importância do ensino de francês na formação cultural da nobreza não só francesa, mas de toda a Europa ocidental, é defendida como máxima em todas as obras aqui estudadas.

⁶⁹ Texto original: «Pour découvrir les principes Du langage, il faut donc observer comment nous pensons: Il faut chercher es principes dans l'analyse même de la pensée» (CONDILLAC, 1798, p. 4).

Por ser esta a língua de acesso a alta cultura nomeada da época, a utilidade do ensino de francês como a língua do comércio e da diplomacia também são características que atendem as finalidades culturais propostas pelo seu ensino, assumindo com isso a representatividade cultural de uma prática condizente com os projetos de civilidade e modernidade apresentados no século da Luzes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- ABREU, Ricardo do Nascimento. **Os Oficiais do Exército Brasileiro e a Formação da Elite Intelectual Sergipana no Século XIX (1822-1889)**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe – SE. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=es_ES&id=136. Acesso: 01 jul. 2014.
- ALVES, Cláudia. Exército e cultura escolar no Brasil do século XIX. In: ALVES, Cláudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Militares e Educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartel, 2010. p. 125 – 138.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARBOSA, Sara Rogéria Santos; NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. As contribuições de Luiz Antonio Verney e Antonio Nunes Ribeiro Sanches para o ensino de Língua Latina durante as Reformas Pombalinas da Instrução Pública. In: **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, São Cristóvão, 2012. p. 1-16. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_05/PDF/25.pdf. Acesso: 13 jul. 2014.
- BEM, Tomás Caetano do. **Memorias historicas, chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na Índia Oriental**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1792-1794.
- BOTO, Carlota dos Reis. Pombalismo e Escola de Estado na História da Educação Brasileira. In: SAVIANI, Dermeval. **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011.
- BONIFACE, A. **Cours Analytique Et Pratique De La Langue Anglaise**. Paris: Perisse et Compere, 1812.
- BONIFACE, A. **Grammaire Française Méthodique et Raisonnée**. Paris, Imprimerie et Librairie Classiques de Jules Delalain, 1829.
- BONIFACE, Alexandre. **Manuel Des Amateurs De La Langue Française, Contenant Des Solutions Sur L'étymologie, L'orthographe, La Prononciation, La Syntaxe, Par A. B. Et Par Plusieurs Gens Sur Les Lettres**. Paris: Lenormant, 1813. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126584n>. Acesso: 06 jul. 2015.
- BONIFACE, Alexandre. **Abrégé De La Grammaire Française Méthodique Et Raisonnée. Adoptée Par Le Conseil Royal De L'Université, Pour Les Classes Élémentaires Des Colléges Et Les Écoles Primaires Et Normales**. Paris: Imprimerie et Librairie Classiques de Jules Delalain, 1836. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126551p>. Acesso em 27 jul. 2015.
- BRASIL. Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810 – Crêa uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro. **Coleção De Leis Do Império Do Brasil de 1810**. Rio de

Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 1, 1891, p. 232. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 – Abre os portos do Brasil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos estancados. **Coleção De Leis Do Império Do Brasil de 1810**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 1, 1808, p.1. Disponível em: Http://Www2.Camara.Leg.Br/Legin/Fed/Carreg_Sn/Antioresa1824/Cartaregia-35757-28-Janeiro-1808-539177-Norma-Pe.Html. Acesso Em: 22 Dez. 2015.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Impressão Régia**. Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2733>. Acesso: 24 jan. 2015.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CHARTIER, Anne-Marie. La lecture scolaire entre histoire des disciplines et histoire culturelle. **Éducation et Sociétés**. Revue Internationale de Sociologie de l'Éducation. Bruxelles, v.2, n.4, p 115 – 129. 1999.

CHERVEL, André ; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. Tradução: Circe Maria Fernandes Bittencourt. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149 – 170. 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177 – 229. 1990.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Principe Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française**. Paris: Chez A. J. Du cour Libraire, 1789. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126551p>. Acesso em 27 jul. 2015. Acesso em: 15 jun. 2015.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS et al. (Org). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57 -81.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington** : um guia não convencional para oséculo XVIII. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDEROT, Denis; ALEMBERT, Jean Le Rond d'. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers / par une Société de gens de lettres ; mis en ordre et publié par M. Diderot, et quant à la partie mathématique, par M. d'Alembert**. Genève: Chez Pellet imprimeur-libraire, Tome Onzième, 1777. Disponível em: http://www.e-rara.ch/gep_r/content/pageview/9681009. Acesso em: 03 ago. 2014

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FALCON, Francisco J. C. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1993.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; GOMES, Maria Laura Magalhães; ANDRADE, Mirian Maria. A instrução pública na França revolucionária: considerações a partir do *Essais Sur L'enseignement En General Et Sur Celui Des Mathématiques En Particulier*, de Sylvestre-François Lacroix. **História da Educação (Online)**. Porto Alegre, v. 17, n. 39, jan./abr., p. 129 – 151. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n39/a08v17n39.pdf>. Acesso em: 01 agos. 2014.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 2008.

GINIÃO, António. **Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portuguesa, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Ortographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma**. Trevoux: Off. De António Ginião, 1766.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Maria Filomena. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. In: **VII Congrès de Linguística General**. Barcelona, 2006, p. 18. Disponível em: http://www.academia.edu/6410929/Iluminismo_e_pensamento_lingu%C3%ADstico_em_Portugal_o_exemplo_das_gram%C3%A1ticas_filos%C3%B3ficas. Acesso: 21 jul. 2015.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: EDUSP, 2. Ed., 2005.

HAZARD, Paul. **Crise da consciência europeia**. Tradução: Oscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1971.

HOEFER, Ferdinand. **Nouvelle Biographie générale**. Paris : Firmin-Didot, 1862.

HOHLFELDT, Antonio. O projeto da Enciclopédia e seus desdobramentos sobre a liberdade de imprensa. In : **O Século das Luzes: Uma herança para todos**. Porto Alegre : Tomo Editorial/ Editora Movimento, 2009.

JULIÀ, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrinies da civilização: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX**. 2013. 265 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais – MG. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9FYFES/tese.rita_cristina.lima.lages.tese..2013.pdf?sequence=1. Acesso: 20 jun. 2014.

LAGES e SILVA, Rita Cristina Lima. **O ensino de Francês na instrução pública em Minas Gerais entre 1831 e 1855**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais – MG. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LMFF-7BLMH5>. Acesso: 20 jun. 2014.

LAROUSSE. Editora Larousse. Disponível em: <http://www.larousse.fr/encyclopedie>. Acesso em: 28 ago. 2014.

LA TOUCHE, Pierre de. **L'art De Bien Parler François**. Amsterdam: Chez Henri Desbordes, 1696. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37228251g>. Acesso em: 23 març. 2015.

LEMOS, Wagner Gonzaga. Arte da Gramática da Língua Portuguesa: um compêndio a serviço das reformas de Pombal. In: **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757 – 1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010.

LHOMOND, Charles François. **Éléments De La Grammaire Française**. Paris: Chez Colas, 1780. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30814471j>. Acesso em: 25 maio 2015.

LIMA, Luiz Caetano de. **Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portuguesa, Regulada Pelas Notas E Refflexoes Da Academia De França**. Lisboa: Joseph da Costa Coimbra, 1756. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MACHADO, Assis de. **Quincas Borba**. Jaraguá do Sul: Avenida Gráfica e Editora Ltda, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Duas Cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro Método de Estudar e a reforma pombalina. In: **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757 – 1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010. p. 147 – 164.

NASI, Lara. O conceito de língua: um contraponto entre a Gramática Normativa e a Linguística. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar**. Paraná, n. 13, ago./set./out./nov., 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13nasi.htm>. Acesso em: 09 set. 2015.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. **A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O Mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa: Gradiva, 2014.

_____. As disciplinas escolares e a profissão docente nas pesquisas do GPHELB. In: BERGER, Miguel André. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Bôas Carvalho do. **Imprensa, Impressos e Práticas Educativas: Estudos em História da Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 115 – 136.

_____. **A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)**. 2006. 378 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255. Acesso: 05 jun. 2014.

_____. A invenção da tradição e o mito da modernidade: aspectos principais da legislação pombalina sobre o ensino de línguas. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757 – 1827)**. Maceió:EDUFAL, 2010. p. 13 – 48.

_____. “A legislação pombalina e a história do ensino das línguas vivas no Brasil”. In: **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757 – 1827)**. Maceió:EDUFAL, 2010. p. 49 – 102.

_____. **Gramatização e escolarização: contribuições para a história do ensino das línguas no Brasil (1757 – 1827)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

PORTUGAL. Carta de Lei com os Estatutos do Real Collegio dos Nobres. Desde a última compilação das ordenações, redigida pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. **Collecção Da Legislação Portuguesa**. Lisboa:Na Typografia Maignense. Anno 1830. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=SF9FAAAAcAAJ&hl=pt-BR&pg=PP11#v=thumbnail&q&f=true>. Acesso em: 13 set. 2014.

PORTUGAL. Desde a última compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. **Collecção Da Legislação Portuguesa**. Lisboa: na Typ. De L. C. da Cunha, 1830.

S.A. O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SÃO JOSÉ. **As armas e as letras inglesas: a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro (1810 – 1832)**. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe – SE. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=es_ES&id=136. Acesso: 01 jul. 2014

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, 19--.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. Evolução histórica da engenharia no Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 397, n. 158, p. 1.107-1.116, out.-dez. 1997. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/arquivo/documentos-textuais.html>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. **História da engenharia no Brasil**. O início do ensino da engenharia: a Academia Real Militar; a Escola Central. Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia, n. 50, p. 3-21, jan. 2003. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim50.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

VAUGELAS, Claude Favre de. **Remarques Svr La Langve François Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire**. Paris: Pierre Le Petit, Imprimeur & Libraire ordinaire Du Roy, 1647. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb31548981f>. Acesso em: 02 març. 2015.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Valença: Na Officina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <http://purl.pt/118>. Acesso em: 30 ago. 2014